UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL

VALMIR FREITAS DE ARAÚJO

Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios
Acre e Purus – 1900-1975.

São Paulo

2015

VALMIR FREITAS DE ARAÚJO

**Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios
Acre e Purus – 1900-1975.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Peter Robert Demant

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva

São Paulo

2015

VALMIR FREITAS DE ARAÚJO

Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus – 1900-1975.

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para o ingresso no programa de Doutorado.

Aprovado em ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Peter Robert Demant**. Instituição: **Universidade de São Paulo**

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Marcos Antônio da Silva**. Instituição: **Universidade de São Paulo**

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Airton José Cavenaghi**. Instituição: **Universidade Anhembi Morumbi – SP**

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Carlos Alberto A. de Souza**. Instituição: **Universidade Federal do Acre**

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. **Jacó Cesar Piccoli**. Instituição: **Universidade Federal do Acre**

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

**Aos imigrantes sírios e libaneses e seus
descendentes, fixados no Acre pelas
(des) aventuras do destino.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela serenidade, inspiração e equilíbrio, nos momentos de incertezas e travessia das zonas cinzentas ao longo deste percurso.

Aos meus familiares: Norma, pela inestimável ajuda nas pesquisas no AHTJ-AC, digitação de textos, incentivo constante, compreensão e inesgotável paciência; Higor, pelo auxílio na pesquisa em Rio Branco, Sena Madureira e Rio de Janeiro e por estar sempre à distância de um telefonema, para o que for preciso; Ao Yuri pelo apoio moral. Sou muito grato a todos vocês.

A Universidade de São Paulo – USP, pela disposição em estabelecer convênio com a UFAC, para viabilizar o Programa de DINTER, que permitiu qualificar quinze docentes.

A Universidade Federal do Acre – UFAC – Nossa Casa – pelo apoio na construção deste projeto e pela liberação de carga horária, nas fases de Estágio Obrigatório na USP.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Pelo financiamento do convênio DINTER UFAC/USP, tornando realidade este projeto.

A Diretoria de Pós-graduação, da PROPEG-UFAC, na pessoa do Prof. Dr. Adailton Galvão, pela acolhida da proposta inicial de construção do DINTER com a USP (História Social).

Ao Prof. Dr. Peter Robert Demant, por ter aceitado orientar este trabalho e pelo muito que aprendi sobre Oriente Médio e Mundo Muçulmano na disciplina: Ocidente e Islã: Desafios e Respostas.

Ao Prof. Dr. José Sávio da Costa Maia, pela disposição em assumir a Coordenação Operacional do DINTER, (em um momento difícil) junto a UFAC; pelo empenho em viabilizar passagens, bolsas, por negociar com a Diretoria do Centro de Filosofia e Ciências Humanas o afastamento da sala de aulas, dos doutorandos que estavam em processo de finalização de tese. Meu muito obrigado.

Aos colegas de Departamentos Hélio Moreira e Euzébio Monte, pela boa convivência em São Paulo, pela colaboração, camaradagem, companhia e tudo mais.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto Alves de Souza, pelo incentivo, solidariedade e pelos telefonemas: “*tá tudo bem aí bicho?*”.

As Amigas e colegas de trabalho Nedy Bianca, e Elisandra, por compartilharem as alegrias e angústias deste doutorado. Vencemos amigas!!!

Ao Prof. Dr. Jacó Cesar Piccoli – Nosso Diretor de Centro – pela visita de cortesia que nos fez em São Paulo; pelo gentil convite de almoço para eu, Hélio e Euzébio, nos proporcionando, agradável momento de descontração.

A todos os Discentes do Curso de História, que apoiaram incondicionalmente o projeto do DINTER, e com resignação enfrentaram semestres bloqueados para garantir a liberação dos professores que estavam em doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

Sou grato, ao incansável Prof. Dr. Marcos Antônio da Silva, entusiasta de primeira hora do projeto DINTER, UFAC/USP, pelo empenho para viabilizá-lo junto ao Programa de Pós-graduação em História Social da USP. Pela disposição em assumir a Coordenação do Programa DINTER, UFAC/USP. Pelas muitas e cansativas viagens que teve que fazer a Rio Branco-AC, para ministrar disciplinas; dialogar com os doutorandos; ministrar palestras; simpósios e todas as atividades que os desdobramentos de um projeto desta natureza demandam. Pela disposição em auxiliar todos os doutorandos ao longo desta caminhada no que fosse preciso. Pela postura: profissional, ética, conciliadora, gentil e educada, na condução deste projeto. Meu muito obrigado!

Enfim, agradeço o carinho e a amizade de todos, que me querem bem e que têm me ajudado nos momentos difíceis deste trabalho.

Valmir Freitas de Araújo

Rio Branco-AC, janeiro de 2015.

EPÍGRAFE

*Ei cara qual é a tua?
Tá me chamando de turco?
É bom que te diga no bem popular.
Que eu descobri macucando com meus botões que eu não sou nem
turco, nem árabe, nem judeu, javanês, nem vim das europas ou da
mãe África, não sou índio também.
Mas sou filho dessa sagrada miscigenação que me transformaram em
um caboclo árabe amazônico.
(Abrahim Farhat Neto)*

RESUMO

Esta pesquisa analisa a presença de imigrantes sírios e libaneses no Acre, a partir de duas perspectivas distintas. Na primeira, partimos da análise das memórias remissivas de dois descendentes da segunda geração de imigrantes, cujas narrativas, reconstituem a trajetória de vida de seus pais, descrevendo as estratégias e os arranjos sociais necessários para conviverem, se estabelecerem e se integrarem à sociedade acolhedora. As narrativas demonstram o entrelaçamento entre o discurso idealizado sobre a memória dos antepassados com a história de vida dos próprios narradores. Na segunda abordagem, pesquisamos em fontes judiciais elementos que demonstrassem a interação dos imigrantes, enquanto grupo, com a sociedade local. Para tanto, analisamos os processos *post mortem* para compreendermos o perfil dos imigrantes no Acre: como viviam; se casados ou solteiros; em que trabalhavam; como o grupo interagia internamente e com a sociedade local; como morriam; qual o patrimônio que conseguiram formar ao longo da vida; quem era beneficiado com heranças. Nos Inquéritos Policiais e Processos Criminais, analisamos a interação entre homens sírios e libaneses com mulheres brasileiras, e a forma como delitos impactantes (estupros, defloração e espancamentos) praticados por estes imigrantes contra mulheres locais eram encarados pela sociedade e pelo poder público.

Palavras-chave: Imigração; Sírios e libaneses; Acre (Brasil); Memória; Processos *post mortem*; Conflitos afetivos.

ABSTRACT

This research analyses the presence of the Syrian and Lebanese immigrants in Acre (Brazil), from two different perspectives. In first perspective, we start from the analysis of two descendants of the second generation of immigrant's reminiscent memories, whose narratives recount the life trajectory of their parents, describing strategies and the social arrangements needed to mingle, settle and integrate into the welcoming society. The narratives demonstrate the intertwining between the idealized discourse on the memory of their ancestors with the life story of the own narrators. In the second approach, we research judicial sources elements that demonstrate the interaction of immigrants as a group with the local society. To this end, we examined post mortem procedures to understand the profile of immigrants in Acre: how they lived; if they were married or single; which were their jobs; how they interacted internally and with the local society; how they died; what equity they could form over the life; who was benefited with inheritances. In the Police Investigations and Criminal Prosecutions, we analyze the interaction between Syrian and Lebanese men with Brazilian women, and how impactful delicts (rape, deflowering and beatings) practiced by these immigrants against local women were regarded by society and by the Government.

Key words: Immigration; Syrian and Lebanese; Acre (Brazil); Memory; *post mortem* procedures; affective conflicts.

Lista de Figuras

Figura 01 – Mapa do Acre: em destaque os rios Acre, Iaco e Purus.....	16
Figura 02 – Desfile da banda de música da Guarda Territorial e da população a partir da Catedral ainda em construção. Década de 50.	24
Figura 03 – Nossa Senhora do Líbano: Vitral ofertado pela Colônia Libanesa.	26
Figura 04 – Casa Comercial de Sadala Hautes: na galeria, da esquerda para a direita, terceira Loja.	30
Figura 05 – Hotel Madri situado na antiga Rua 17 de Novembro.....	98
Figura 06 – Balsa de pelas de borracha da Casa Aviadora A Limitada, descendo o rio Acre. Década de 50	106
Figura 07 – Deise Salim	128
Figura 08 – Aniversário de um ano de Abrahim Farhat Neto. Assinalado ao centro: os pais, Hechem e Silvia Farhat com Abrahim no colo. (Nov. 1942).	136
Figura 09 – Desembarque de passageiros da Chata Niterói e Gaiola Sobral Santos em Rio Branco. Década de 50.....	142
Figura 10 – Prédio onde funcionou a Casa Farhat, na Rua Sen. Eduardo Assmar. Fechada em 2012.	151

Lista de Quadros

Quadro 01 – Inventário: Jorge Jacob Chamma.....	35
Quadro 02 – Espólio de Amid Assfe.....	36
Quadro 03 – Lista de credores de Zacharias Assen Zehir.....	41
Quadro 04 – Inventário: Ibrahim Ohab	46
Quadro 05 - Resumo dos Bens Avaliados Abril de 1936 – Kassem Mamed Gandor.....	52
Quadro 06 - Inventário: Bachir Dannáuy.....	59
Quadro 07 – Processos Post Mortem das Cidades de Rio Branco e Sena Madureira.....	62
Quadro 08 – Processos Post Mortem das Cidades de Rio Branco e Sena Madureira: Bens Arrecadados.....	64
Quadro 09 – Mulheres Vítimas de sírios e libaneses no Acre.	94
Quadro 10 – Sírios e libaneses abandonados por suas mulheres.	98
Quadro 11 – Número de Habitantes do Acre e municípios do Vale do Acre e Purus	100
Quadro 12 – Sírios e libaneses: ocupação.....	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUFAC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre

AM – Amazonas

AHI – RJ – Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro

AHTJ-AC – Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos

CEBRB – Colégio Estadual Barão do Rio Branco

CESEME – Complexo Escolar de Ensino Médio

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DERACRE – Departamento de Estradas e Rodagens do Acre

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

FAB – Força Aérea Brasileira

FEM – Fundação Elias Mansour

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ONU – União das Nações Unidas

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RO - Rondônia

SNAAP – Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STF – Supremo Tribunal Federal

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNACRE – Universidade do Acre

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. INVENTÁRIOS <i>POST MORTEM</i> E ESPÓLIOS.....	24
1. 2. 1. José Mussi.....	27
1. 2. 2. Sadala Hautes	29
1. 2. 3. Said Buhamn.....	31
1. 2. 4. Mahmud Carrun.....	32
1. 2. 5. Assad João	33
1. 2. 6. Abdon Haffir.....	34
1. 2. 7. Jorge Jacob Chamma	35
1. 2. 8. Amed Assefi	35
1. 2. 9. Antônio Miguel.....	37
1. 2. 10. Felipe Huatt	38
1. 2. 11. Jamil Arack.....	38
1. 2. 12. Zacharias Assen Zehir	39
1. 2. 13. Mansour Chedick.....	42
1. 2. 14. Assem Omar	42
1. 2. 15. Antonina de Castro Assef	43
1. 2. 16. Farideé Caram.....	43
1. 2. 17. Ibrahim Ohab	46
1. 2. 18. Benjamim Salim Cadi.....	47
1. 2. 19. Jose Mamed Araque	48
1. 2. 20. Kassem Mamed Gandor	49
1. 2. 21. Bachir Dannáuy	59
1. 2. 22. Salim Mustafa Assem.....	60
1. 3. Comentário	61
2. VIOLÊNCIA E CONFLITOS AFETIVOS	66
2.1. Mulheres Vítimas de sírios e libaneses no Acre	70
2. 1. 1. Felipe Aly	70
2. 1. 2. Mamed Almeida Batich.....	72
2. 1. 3. Salim Simão.....	81
2. 1. 4. Abdon Hoss	82
2. 1. 5. José Sapha	87
2. 1. 6. Almeida Rageb	90
2. 1. 7. Ali Musse.....	94
2. 2. Sírios e libaneses abandonados.....	95
2. 2. 1. Ibrahim Jalul	95
2.2.2. Abrahim Rachid	97
2. 3. Comentário	99
3. HISTÓRIA DE VIDA I.....	103
3.1. Deise Salim	103
3.2. Comentário	130

4. HISTÓRIA DE VIDA II	134
4.1. Abrahim Farhat Neto	134
4.2. Comentário	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
APÊNDICE A – Conversa em Família	168
APÊNDICE B – Relação das Mercadorias do Espólio de Zacharias Assem Zehir	173
ANEXO I – Carta de Cessão de Deise Salim.....	174
ANEXO II – Carta de Cessão de Abrahim Farhat Neto.....	175

INTRODUÇÃO

No final do século XIX, as terras do Acre se constituíam numa nova fronteira de expansão do capital, a indústria europeia e norte americana havia incorporado a goma elástica – borracha – como matéria prima para a fabricação de múltiplos produtos, que variavam de artefatos cirúrgicos a capas impermeáveis e calçados. Mas foi a descoberta do pneumático que elevou a demanda por borracha ao grande “boom” da economia gomífera. Neste cenário, a Amazônia se destacava com o grande manancial de árvores produtoras de goma elástica – *hevea brasiliensis* – e o Acre em particular possuía expressivas reservas naturais de seringais inexplorados. No entanto, esses seringais estavam do outro lado da fronteira, em território pertencente à Bolívia.

A fabricação de pneumático para rodas de bicicletas e, posteriormente, para automóveis elevou substancialmente o consumo de borracha nativa, pelas indústrias, de maneira crescente de 1880 a 1912. Os altos preços pagos pela borracha nos mercados de consumo europeu e americano tornaram a aventura de incorporar novos seringais nos afluentes do Rio Amazonas um risco com altas chances de sucesso. E foi neste cenário que os vales do Rio Purus, incluindo-se os Rios Acre e Iaco, foram ocupados nas duas ultimas décadas do século XIX por seringueiros brasileiros, embora o Tratado de Ayacucho (1867), assinado entre Brasil e Bolívia, estabelecesse a fronteira entre os dois países a partir de uma linha imaginaria que passava pelos Rios Guaporé e Madeira, seguindo pelo Beni, prolongando-se em linha reta, que recebeu o nome de Cunha Gomes. A linha imaginaria carecia de referências físicas – marcos de fronteira – mas estes não haviam sido fincados ao solo. Além do mais, o Estado boliviano não se fazia presente na região, e os extratores de borracha foram ocupando os seringais do Vale do Rio Acre e ultrapassando em muitos quilômetros a linha de fronteira.

A disputa territorial causou um incidente diplomático entre os dois países. Na tentativa de resgatar sua soberania, o governo boliviano instalou, em 1899, um posto alfandegário na região, o que desencadeou uma série de conflitos entre o governo boliviano e os seringalistas brasileiros, resultando inclusive em infrutíferas escaramuças armadas. Em agosto de 1902, Plácido de Castro iniciou na cidade de Xapuri uma rebelião, com o apoio do Governo do Amazonas, culminando na derrota dos Bolivianos em janeiro de 1903.

pouco amistoso. Neste aspecto, me propus a fazer o que sugere Samuel, quando afirma que: *“O Historiador poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja por si só, limitado tanto em tempo como em espaço, mas usando como uma janela para o mundo”*¹.

Na esteira do extrativismo, chegaram os imigrantes sírios e libaneses², que atuaram como pequenos comerciantes, ambulantes ou fixos; embora não tenham atuado como extratores – salvo exceção –, a imagem destes imigrantes, no Acre, ficou intimamente relacionada ao extrativismo, pois foi com os seringueiros que praticavam mais intensamente o comércio de troca e medicamentos, roupas, tecidos, estiva, calçados e miudezas por borracha (ver depoimento de Deise Salim Capítulo 3). Nos anos setenta do século XX, todo o setor extrativista na Amazônia, estava decadente. A inviabilidade econômica do extrativismo levou o então Governador do Acre, Wanderley Dantas (1971-1975), a incentivar a pecuária em substituição ao extrativismo da borracha. Novos atores econômicos entraram em cena – os pecuaristas do centro sul –, que compraram os seringais, derrubaram a floresta e a transformavam em pastos para o gado. Um novo cenário se descortinava. A opção pelo período (1900-1975) coincide com a fase em que a produção gomífera dos seringais nativos dos vales dos rios Acre e Purus constituíam-se na atividade produtiva preponderante no Acre, com a qual, os imigrantes sírios e libaneses no Acre atuaram em atividades suplementares ao extrativismo.

Não sabemos ao certo o número de sírios e libaneses que se estabeleceram nos Vales do Acre e Purus. Em Sena Madureira, um colaborador nos informou que nos arquivos da Loja Maçônica Fraternidade e Trabalho, fundada naquela cidade, em 1909, constava que no período anterior a 1929, havia aproximadamente 120 maçons, sírios e libaneses, registrados na Loja, que foram embora da cidade depois da crise de 1929. Boa parte destes pediu transferência para as Lojas de Manaus e Belém. O referido colaborador não franqueou acesso aos arquivos da Loja, pois eram prerrogativas de “iniciados”.

¹SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. IN: Revista brasileira de história. São Paulo: ANPUH/MCT/ Marco Zero, set. 89/ fev. 90. p. 229

²D. Pedro II visitou o Líbano (1876), no momento em que este era um pequeno Emirado. Passou por várias cidades, além de Beirute, atravessando o Vale do Bekaa, região de onde saiu o maior número de emigrantes para o Brasil. O Imperador encontrou-se com autoridades civis, religiosas, intelectuais [...], os primeiros emigrantes chegaram ao Brasil por volta de 1880 [...]. Em 1879 chegou ao Brasil o Visitante Apostólico, D. Basílio Hajjar, que foi recebido pelo imperador, e permaneceu no Brasil alguns meses, sendo condecorado por D. Pedro II. Ao voltar ao Líbano, foi nomeado Bispo de Sidon e Deir-al Kamar, levando aos libaneses suas melhores impressões do país e de seu imperador. [...]. In: KHATLAB, Roberto. **Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 37.

Os dados estatísticos levantados por institutos oficiais são um tanto imprecisas. O primeiro censo feito no Acre foi datado de 1920, totalizando 92. 379 habitantes. Este se restringiu à mera contagem populacional (ver quadro – 11.); vinte anos depois, foi feito um segundo levantamento populacional, em 1940 (79. 768 hab.), o que sinaliza que houve o abandono da região por um considerável número de moradores pois mesmo com a taxa de crescimento vegetativo, ocorreu uma significativa diminuição do contingente populacional.

Na atualidade, Abrahim Farhat estima que haja uns duzentos descendentes de sírios e libaneses residentes em Rio Branco. Considerando que a cidade de Rio Branco possui uma população em torno de 300 mil habitantes, o grupo de descendentes de sírios é pouco representativo. Ressaltando que estes descendentes compõem a 2^a, 3^a, 4^a geração de imigrantes. Nos censos demográficos do IBGE, estes descendentes figuram apenas como brasileiros, que de fato são. Oswaldo Truzzi, em seus estudos sobre sírios e libaneses em São Paulo, assinala que

Até 1908, os imigrantes sírios e libaneses não eram discriminados pelos registros, sendo englobados nas categorias ‘outras nacionalidades’. Em termos relativos, as estatísticas disponíveis para o estado de São Paulo permitem análise somente após esse ano³.

Os Imigrantes sírios e libaneses, embora não tenham se constituído no grupo mais numeroso de imigrantes que entraram no Brasil no período do final do século XIX até à primeira metade do século XX, certamente foi o grupo que mais se espalhou. Estão presentes em todos os Estados brasileiros. Mantiveram comportamento e exerceram atividades parecidas em quase todos os lugares onde se estabeleceram. Foram comerciantes, chefes de famílias, fundaram clubes recreativos, times de futebol, participavam das quermesses e festas populares, se misturavam na esfera pública com as populações do local em que se estabeleciam. Fausto se refere ao ato de imigrar como um momento carregado de simbolismo:

[...], a imigração representa um profundo corte, com vários desdobramentos, no plano material e no plano imaginário. O corte não é sinônimo de apagamento de uma fase passada, na vida individual, familiar, ou de grupo, integrando-se pelo contrário ao presente, com muita força. [...] A partida

³TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios**. Sírios e Libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 45.

assinala o encerramento de uma parte da existência ou quase sempre o abandono da pátria. No outro polo, a expectativa da chegada encerra esperança, temores, incertezas [...]⁴

No Acre, os imigrantes sírios e libaneses reproduziram com algumas diferenças este padrão, mas embora sejam semelhantes na forma, se diferenciaram no modo como atuaram no Acre.

Truzzi⁵ descreve o pequeno comercio varejista e ambulante dos mascates de São Paulo como a atividade precursora do comercio popular e a crédito. Que usava a estratégia de baixa margem de lucro para aumentar as vendas e consequentemente lucrar com a escala. Esta prática era possível em cidades como São Paulo, que desde o início do século XX, já se constituía em grande mercado consumidor.

No Acre, tal estratégia não funcionou. Primeiro porque o mercado consumidor era pequeno, segundo, porque o Acre é muito distante dos centros abastecedores. Todas as mercadorias comercializadas no Acre vinham de Manaus e Belém, sendo que os distribuidores destas cidades se abasteciam no centro sul do país. Somando-se o frete dos transportes, tem-se a noção dos altos custos dos comerciantes estabelecidos no Acre. Desta forma, os comerciantes sírios e libaneses vendiam pouco, por conta do pequeno mercado consumidor existente, e os preços eram altos, não necessariamente por avareza, mas pela sobrevivência do próprio negócio.

Truzzi descreve as atividades comerciais dos sírios e libaneses voltados para o comercio de armarinhos e tecidos. No Acre, estes imigrantes comercializavam uma maior diversidade de produtos, como estivas, medicamentos, vestuário, calçados, pois o batelão do regatão comportava muito mais mercadorias e percorria trajetos longos, com meses de duração.

À distância, o isolamento e o pequeno mercado consumidor, por si só, foram fatores que por décadas inibiram o estabelecimentos de outros empreendimentos comerciais no Acre. Este quadro só começou a mudar muito lentamente a partir dos anos setenta do século passado, com a ligação rodoviária do Acre com o centro sul do país, via BR-364.

⁴FAUSTO, Boris **Imigração**: Cortes e Continuidades. In: História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.4. p. 14-15.

⁵TRUZZI, op. cit., passim.

Hercília Facuri⁶, ao abordar a trajetória de sírios e libaneses em Franca - SP, percebeu a preocupação da comunidade em desconstruir a imagem preconceituosa e estereotipada que a sociedade francana fazia dos imigrantes, manifestada em frases pejorativas: “*turco ladrão*”, “*aquele do crime da mala*”, “*turco que come gente*”.

Segundo a autora, sírios e libaneses procuraram constituir para si outra imagem, e para tanto, lançaram mão da criação de clubes sociais e recreativos para uma maior interação com a sociedade local. Nestes espaços, eram promovidos jantares, festas, reuniões solenes, exposições culturais, entre outras atividades. A estratégia funcionou, mas a integração teve seu preço: o enfraquecimento dos traços identitários.

No Acre, nas pesquisas realizadas, não encontramos nenhum indício da existência de clube recreativo ou associativo. Até os anos cinquenta do século XX, os sírios e libaneses resistentes no segundo distrito de Rio Branco se referiam a si no coletivo, como *colônia síria e libanesa*. Mas ao que parece, a colônia foi mais uma força de expressão do que a representação de uma coletividade de fato. Vale ressaltar que o Acre era uma “fronteira de expansão extrativista”, sírios, libaneses e seringueiros nordestinos eram partes integrantes deste processo, com papéis bem definidos. Havia a clara distinção entre brasileiros e estrangeiros, mas no Acre dos primeiros tempos da borracha, todos eram “de fora” e ninguém era acreano, portanto, não existiam os “locais”, isto tornou as relações mais fluidas.

Esta pesquisa assumiu desde o início um caráter predominantemente empírico, na qual, valorizamos as fontes de pesquisa local, em particular o acervo do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e os depoimentos de dois descendentes de imigrantes que aceitaram colaborar com este projeto, narrando suas memórias. Sobre novas perspectivas de abordagem na História (em debate sobre o Regional e o Local), Silva nos diz que:

Uma dimensão da crise das teorias normativas em História tem sido a definição da teoria como face da pesquisa. Isso não se confunde com a perda do teórico, mas remete a uma ênfase no empírico como necessidade básica do debate metodológico, realçando a postura ativa do historiador na construção de quadros explicativos. É a partir desse realce que se torna

⁶COELHO, Hercília Mara Facuri. **Imigração e História Local: Sírios e Libaneses em Franca**. Franca, 1998. Tese (Livre-Docência) FHDSS-UNESP.

inteligível a ampliação de fontes, temas e questionário, que diferentes tendências recentes da pesquisa histórica anunciam⁷.

Tivemos como objetivo revisitar a memória desta imigração e a composição de um painel ilustrativo, com o perfil destes atores sociais. Iniciamos a abordagem pela análise dos processos *post mortem* dos imigrantes que conseguimos localizar ao longo do período abordado. Desta série documental, trabalhamos exclusivamente com indivíduos que compunham a primeira geração de imigrantes. Excluimos da lista os indivíduos da segunda geração, bem como os imigrantes naturalizados. Este é um campo de trabalho que pretendemos explorar futuramente, como desdobramento desta pesquisa.

A imigração síria e libanesa no Acre teve na economia extrativista seu principal elemento de atração, não pela exploração da atividade em si, mas pelas oportunidades de suplementação desta, através do comércio ambulante ou de pequenas lojas de varejo. Com a estagnação desta atividade no início dos anos cinquenta do século passado e sua lenta decadência nas décadas seguintes, o fluxo de imigrantes para o Acre – com raras exceções – arrefeceu. Imigrantes sírios e libaneses continuam chegando ao Brasil, mas procuram outros espaços para se estabelecerem. A imagem caricata do mascate é coisa do passado.

Um número maior de entrevistados teria enriquecido a análise deste trabalho; no entanto, a grande maioria dos indivíduos que se estabeleceram no Acre, no contexto do extrativismo, encontra-se extinta ou em estado senil. Existem no Acre alguns imigrantes que chegaram no contexto da Guerra Civil Libanesa (1975/1990), mas esse não é o foco da atual pesquisa. Decidimos por entrevistar membros da segunda geração de imigrantes. Estabelecemos um perfil simples: o entrevistado deveria ter convivido ou pelo menos ter tido uma relação de proximidade com seu antepassado, pai ou mãe, sírio-libanês. Nossas opções de entrevistados se ampliaram. Todavia, alguns não se dispuseram a dar entrevistas; outros se sentiram inibidos com o gravador e outros desconfiaram do que o pesquisador pretendia fazer com a entrevista (por mais que eu tenha explicado), particularmente, após falarmos da necessidade de assinatura de uma carta de cessão dos direitos autorais da entrevista para o pesquisador, como é praxe no campo da História Oral. Em alguns casos, o potencial entrevistado cancelou a entrevista.

⁷SILVA, Marcos A. A História e Seus Limites. **Revista da USP**. São Paulo: 33, mar/maio 1997, 209/216 (trecho citado: p 213).

Optamos por incluir no trabalho apenas duas entrevistas, cujos narradores, talvez pelo exercício de suas atividades (Abraham: militância partidária e Deise: professora e atuante no movimento leigo da igreja católica), possuíam um discurso lúcido e inteligível, além de serem excelentes praticantes da narração.

O resultado desta pesquisa encontra-se estruturado em quadro capítulos, e apresentado na seguinte ordem de assunto: Primeiro Capítulo: Inventário *Post Mortem* e Espólio – A partir da análise de processos de inventários; Registros de Testamento e Arrecadação de Espólio. Podemos ter um demonstrativo claro dos bens materiais que os imigrantes sírios e libaneses conseguiram formar no Acre, após anos de trabalho. Elaboramos um perfil com percentuais sobre: Estado Civil: solteiro, casado e viúvas; Nacionalidade⁸: quem eram sírios e quem eram libaneses; as oportunidades dispostas entre os gêneros; causas de mortes; A natureza dos testamentos; Patrimônio construído por imigrantes; os beneficiados no inventário.

Segundo Capítulo: Violência e Conflitos afetivos. Abordamos casos de mulheres vítimas de homens sírios e libaneses que cometeram contra as mesmas, delitos como: estupro, defloração e espancamentos. Além de dois casos de homens abandonados pelas companheiras.

Terceiro Capítulo: História de Vida I. Depoimento de Deise Salim, filha de libanês de religião “drusa”. Deise narra à trajetória do pai, que chegou a Xapuri antes da Revolução Acriana; trabalhou décadas na Casa Zaire; depois, montou com a ajuda da esposa um bar, onde vendia comidas, bebidas e explorava jogos de bilhar, segundo Deise “na maior mesa de sinuca do Acre”. Concomitantemente às narrativas da História de Vida do pai, Deise apresenta suas próprias narrativas, nas quais se sobressai a infância no colégio interno em Xapuri.

⁸ Herdeiro da antiga Fenícia, o Líbano é uma região que foi invadida por vários povos: hititas, egípcios, assírios, persas, macedônios, gregos, romanos, dentre outros, e conquistado pelos árabes (635). Passou depois ao domínio dos Francos (1098-1289), dos Mamelucos do Egito (até 1516), e em seguida dos Otomanos. Em 1864 o Monte Líbano passou a ser autônomo em relação ao governo turco. A Turquia retirou-se dali no início da Primeira Guerra Mundial (1914). Após a vitória dos aliados, o Monte Líbano foi anexado ao Vale do Bekaa,(1920) sendo submetido, como a Síria, ao mandato francês [...]. Em 1926, o país foi declarado República por uma Constituição que repartia os poderes entre as diversas comunidades religiosas. A Constituição foi suspensa de 1939 a 1943. A independência da República Libanesa só foi reconhecida em 1936 pela França, mas não ratificada até 1939. Foi proclamada oficialmente pelo General Catroux, em 1941, tornando-se efetiva em 1943. (p. 26). In: KHATLAB, op. Cit., p. 26.

Quarto Capítulo: História de Vida II. Depoimento de Abrahim Farhat Neto: Narra a trajetória do avô que chegou ao Acre em 1910, trabalhou como mascate, em seguida abriu um comercio fixo e deu inicio à “Casa Farhat”; em 1952, o patriarca retornou para o Líbano, deixando o filho mais velho à frente dos negócios. Abrahim Farhat narra sua infância em Rio Branco, enfatizando a juventude, quando toma contato com o pensamento marxista e se torna um militante de esquerda, militância esta que continua nos dias atuais.

As Considerações Finais realizam um balanço da pesquisa, que esperamos desdobrar em etapas futuras.

1. INVENTÁRIOS *POST MORTEM* E ESPÓLIOS

Em 25 de julho de 1945, foi realizada, em frente ao Palácio Rio Branco, a cerimônia de sagração do novo Bispo Prelado, Dom Júlio Mattioli. No mesmo dia, houve o ato de lançamento da pedra fundamental da Matriz⁹, que, posteriormente, se tornaria a Catedral de Rio Branco. A construção, iniciada nos anos quarenta, prolongou-se até à década de sessenta. Houve um somatório de esforços por parte dos religiosos da Ordem dos Servos de Maria – OSM –, do poder público e principalmente a mobilização da sociedade para viabilizar o projeto da futura Catedral Nossa Senhora de Nazaré. A “nova” construção inseria-se em um espaço privilegiado, um platô elevado, próximo ao palácio Rio Branco, sede do poder Executivo, da Assembleia Legislativa e a poucos metros do Tribunal de Justiça. Simbolicamente, a Igreja inseria-se no e partilhava o “espaço” do poder.

Figura 02 - Desfile da banda de música da Guarda Territorial e da população a partir da Catedral ainda em construção. Década de 50.

Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM

⁹FICARELLI, Frei André M. (org.) **Catedral Nossa Senhora de Nazaré: 50 anos (1958-2008): você é parte desta história.** Rio Branco: Printac, 2009. p. 27-28.

O projeto da Catedral funcionou com um elemento amalgamador dos diversos segmentos sociais como comerciantes, funcionários, policiais, diaristas, autônomos, que colaboraram fazendo doações, executando trabalhos, participando de atividades como quermesse, leilões de prendas, entre outras. O projeto se desenvolvia a contento, nos anos sessenta, começaram a ser instalados “*os 64 vitrais historiados, que doam ao interior do prédio uma luz suave. As famílias tradicionais da época, doaram estas peças artísticas, confeccionadas pela antiga Casa de Vitrais de São Paulo, nos anos de 1960-1964*”¹⁰. Também pareceu um convite à posteridade, uma oportunidade para se inserir em um seletivo grupo de pessoas cujos nomes ficariam expostos nos vitrais que iluminam a Catedral, como em uma vitrine, por gerações.

Não era doação para qualquer “bolso”, os vitrais constituem uma arte antiga, cara e requintada e a Casa de Vitrais¹¹ de São Paulo era, na época, uma das mais prestigiadas do ramo no Brasil. Entre as famílias e os grupos que estavam dispostos a literalmente “pagarem” o preço da posteridade, um em especial é relevante para este trabalho: sírios e libaneses. Em local bem visível, na lateral direita, na altura do último terço de parede, pode ser observado um belíssimo vitral com a imagem de Nossa Senhora do Líbano, e em baixo a inscrição “Oferta da Colônia Libanesa”. O Acre possui suas peculiaridades, é distante dos grandes centros urbanos brasileiros, mercado de consumo reduzido, alto custo de logística de transporte, estes aspectos não se constituíram em grandes atrativos para imigrantes sírios e libaneses em busca de oportunidades sedutoras, só uns poucos se instalaram por estas terras, de modo, que ao contrário das grandes cidades onde as colônias eram numerosas, e buscavam construir seus próprios espaços em sociedades mais competitivas, tradicionalistas e excludentes. Nestes espaços, surgem os clubes sírios e libaneses, sociedades beneficentes, hospitais, como uma marca da imigração. Foi uma forma de integração, garantindo o controle e às vezes o exclusivismo do espaço.

No Acre, não existiu uma colônia síria e libanesa de fato, existiu uma colônia afetiva, uma comunidade que colaborava em seus próprios quadros, mas que buscava a integração de seus membros – em entrevista com Abrahim Farhat, capítulo 4 deste trabalho, ele menciona suas dificuldades em articular uma associação de descendentes no Acre –, então, este foi um diferencial da imigração síria e libanesa no Acre, foi um grupo que se integrou. O vitral da

¹⁰Ibidem, p. 46.

¹¹Também conhecida como Casa Conrado, foi fundada em 1889, pelo alemão Conrado Sorgenicht (1835-1901).

Colônia Libanesa foi um deliberado esforço de membros da comunidade para legar uma herança a posteridade, uma lembrança aos descendentes de existência dos pioneiros ou uma simples mensagem: “estivemos aqui”!

Encontramos outros quatro vitrais doados individualmente por membros da comunidade: dois ofertados por Alegria e Abrahim Ispier Junior; um ofertado pelos irmãos Assmar em memória do pai – Domingos Assmar; um ofertado por Ispier e Balge Abrahim. (ver apêndice)

Figura 03 – Nossa Senhora do Líbano: Vitral ofertado pela Colônia Libanesa.

Fonte: Acervo pessoal. Imagem col. 1,18 x 2,36m. Catedral Nossa Senhora de Nazaré. Autoria: Casa de Vitrais – SP (1960-64).

A partir do legado das imagens dos vitrais da Catedral, abordaremos outro tido de legado, existentes em processos de inventário. Legados estes, às vezes, planejados em longos testamentos; em outros casos, os doadores são fortuitamente surpreendidos pela morte e involuntariamente, legam o produto de uma vida aos familiares ou ao estado. Para Teixeira, os inventários constituem uma importante fonte par o historiador.

Inventários *post mortem*, trata-se de um documento exigido pelo Estado, através do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores. No Brasil, desde o período colonial, são realizados esses processos que servem de testemunhos históricos do nosso passado e, portanto, importantes ferramentas ao ofício do historiador¹².

1. 2. 1. José Mussi¹³

Falecido em 05 de julho de 1913, em um local denominado “Sumidouro dos Negros”, alto Rio Iaco, no exercício de suas atividades de comerciante ambulante – Regatão. Após a morte de Musse, o batelão com as mercadorias foi conduzido para Sena Madureira por dois auxiliares do comerciante falecido. Quando chegaram ao porto de Sena Madureira, as autoridades foram comunicadas do ocorrido. Imediatamente, foi realizado o inventario dos bens pertencentes ao falecido: um batelão com mercadorias diversas e um cofre com Rs. 13\$000 (treze mil réis) que, em seguida, foram arrecadadas pelo Curador Geral de Órfãos e Ausentes. Publicado edital de convocação de herdeiros com prazo de noventa dias, não houve manifestação. Em janeiro de 1914, o espólio de José Mussi foi leiloado em hasta pública, sendo arrematado na totalidade por lance oferecido por José Fayad, no valor de Rs. 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis). Na ausência de herdeiros, o valor arrecadado ficou para a União.

Em fevereiro de 1914, Mamed Almeida e Iad Zamon apresentaram requerimento em juízo, afirmando que haviam sidos contratados por José Mussi como remadores de seu Batelão, mediante o pagamento de Rs. 2\$800 (dois mil e oitocentos reis) por dia de serviço, cada um. Que partiram do Porto de Sena Madureira em 20 de maio de 1913, juntamente com

¹²TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventário Post Mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, n. 8, p. 63-83, jan./jun. 2012.

¹³Arrecadação de Espólio nº 416. Sena Madureira, 05 ago. 1913. **José Mussi**. AHTJ-AC.

José Mussi, conduzindo o referido Batelão para o alto Rio Iaco, e no entanto, Mussi, em primeiro de julho de 1913, ficara doente. Seu estado agravou-se, falecendo cinco dias depois. Os suplicantes conduziram a embarcação sob sua guarda, até o Porto de Sena Madureira, onde chegaram em 31 de julho. Comunicaram o ocorrido as autoridades e entregaram a embarcação juntamente com as mercadorias ao representante da Curadoria de Ausentes. Para receberem seus salários, se habilitaram como credores da massa do espólio de José Mussi.

O processo não menciona a idade, nem o estado civil do falecido. Mamed Almeida e Iad Zamon foram os únicos que se habilitaram como credores do espólio do falecido, o que é incomum, haja visto que é praxe comerciantes possuírem credores e devedores nas praças onde atuam. O processo foi aberto em agosto de 1913 e encerrado em abril de 1914, portanto um prazo razoável para os interessados se manifestarem.

Os relatos de Mamed Almeida e Iad Zamon nós dão muitas pistas sobre como era realizado o comercio de regatão no Rio Iaco e seus riscos. José Mussi pode ter sido vítima da malária, doença apontada no relatório da Expedição Carlos¹⁴ ao vale dos rios Purus, Acre e Iaco, como endêmica, que indiscriminadamente ceifava vidas na região. José Mussi partiu de Sena Madureira, em 29 de maio, época do início das estiagens na Amazônia, em que as águas dos rios começam a baixar, o que impossibilita a navegação de barcos de grande porte. A atividade de regatão, exercida por José Mussi, se caracteriza como um pequeno comerciante, varejista, ambulante, que se deslocava em uma pequena embarcação movida a remos. Negociava com os poucos moradores que habitavam as margens do Rio Iaco. Entre a data da partida de Sena Madureira e a data da morte de José Mussi, decorreram aproximadamente 45 dias, o que demonstra que o trajeto navegado era feito de forma lenta, com paradas intermitentes para a venda das mercadorias transportadas no barco.

Certamente, José Mussi não tinha nenhum parente em Sena Madureira, do contrário alguém teria respondido ao edital de convocação de herdeiros. Isso não quer dizer que eles não existissem em outro lugar. Em 1913, Sena Madureira não era mais do que um aglomerado urbano em meio à selva, com meios de comunicação precários. O edital de convocação de

¹⁴SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000500002&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000500002>.

herdeiros publicado pelo juizado limitava-se à fixação do mesmo na portaria do Fórum da cidade. A menos que algum conhecido se desse ao trabalho de escrever uma carta para os familiares que residiam no Líbano, dificilmente a família tomava conhecimento da morte de um de seus membros, a tempo de se habilitar como herdeiro. Quando Mussi se preparava para iniciar sua jornada comercial, no verão de 1913, procurou cercar-se de pessoas de sua confiança, pois transportava mercadorias a bordo de seu barco e possivelmente dinheiro. Nos quarenta dias que antecederam a doença de Mussi, este deve ter vendido parte de seu estoque, recebendo pagamento em dinheiro ou em borracha. No entanto, quando os remadores Mamed Almeida e Iad Zamon entregaram o espólio, constava o barco, uma pequena quantidade de mercadorias e um cofre com Rs. 13\$000 (treze mil réis). Considerando o valor da diária Rs. 2\$800 (dois mil e oitocentos réis) que os remadores alegaram ter ajustado com José Mussi no início da fatídica viagem e o produto das vendas feitas nos primeiros quarenta dias das atividades, era insuficiente para pagar cinco diárias de um remador. O espólio que foi a hasta pública foi arrematado por um comerciante sírio, José Fayad. O produto do leilão Rs. 1:200\$000 (Um conto e duzentos mil réis), foi arrecadado para a União. No final, tem-se a impressão que o espólio foi partilhado entre a União e alguns “patrícios” de José Mussi.

1. 2. 2. Sadala Hautes¹⁵

Sadala Hautes faleceu em 10 de junho de 1914, supostamente vitimado por um acidente de caça, no qual teria se ferido com um disparo de sua própria espingarda e morreu em decorrência dos ferimentos. Existem cinco processos sobre a arrecadação do espólio, cobrança de dívidas e contestação da arrecadação do espólio. Não encontramos nada sobre o inquérito policial que apurou as circunstâncias da morte.

Sadala Hautes era um próspero comerciante libanês, natural de Beirute, estabelecido em Rio Branco; ao tomar conhecimento do ocorrido, o delegado auxiliar de polícia, mandou lacrar o estabelecimento comercial do falecido e comunicou o fato ao juiz da comarca de Rio Branco.

Em 12 de junho, foi feita a arrecadação dos bens do falecido em sua casa comercial, local onde também funcionava a residência da vítima, situada à Rua General Olímpio da

¹⁵ Arrecadação de Espólio nº 1370. Rio Branco, 11 Jun. 1914. **Sadala Hautes**. AHTJ-AC.

Silveira¹⁶. O espólio era constituído de um grande e variado estoque de mercadorias entre estas: estivas, têxteis, bebidas, ferramentas, armarinho e medicamento. Não houve avaliação das mesmas, pois Abdelkarim Hautes, irmão do falecido que se encontrava em viagem ao exterior durante o fatídico acidente, ao chegar em Rio Branco, constituiu um advogado que requereu ao juiz a posse dos bens de seu falecido irmão, já que se constituiu em herdeiro legal do espólio. O pedido foi deferido pela Justiça, e Abdelkarim ficou como fiel depositário dos referidos bens, enquanto aguardava o pronunciamento legal da Justiça sobre a partilha, o que foi feito em 06 de novembro de 1914.

Junto ao processo de arrecadação dos bens do falecido Sadala Hautes, encontramos uma petição de Aref Hautes (se identificou como parente em quarto grau do falecido), dirigida ao Juizado Municipal de Rio Branco, onde este afirma ser proprietário de algumas mercadorias que havia exposto à venda na casa comercial do falecido. Tendo a Justiça feito a arrecadação do espólio, as mercadorias de Aref Hautes foram incluídas. O suplicante apresentou nota de fatura que comprovavam propriedade das mercadorias.

Figura 04 – Casa Comercial de Sadala Hautes: na galeria, da esquerda para a direita, terceira Loja.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz – 1912. Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

¹⁶ A atual Rua Senador Eduardo Assmar teve vários nomes como: General Olímpio da Silveira, Rua Abunã (1913), Rua João Luís Alves (1923), Rua 17 de Novembro (década de 30) e finalmente Eduardo Assmar (não tem data da transformação). Esses nomes foram encontrados em matérias de jornais que foram usadas para publicar o “Catálogo da Exposição Dez Vezes Seis – imagens de dez décadas da Rua Seis de Agosto” / Mauricélia Barroso Alves de Sousa e Marcos Vinícius S. Neves. **Fonte:** Acervo Digital de Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM.

Entre os documentos apresentados por Aref Hautes, destaca-se uma fatura emitida por Halim Abou Karam, de Beirute. A nota informa que o carregamento de mercadorias enviadas seguia para Manaus a bordo do vapor italiano *Sardegna*. Tal nota tinha data de 27 de setembro de 1913. Esta informação é interessante pois demonstra que comerciantes libaneses estabelecidos em Rio Branco importavam diretamente de Beirute mercadorias como: azeite de oliva, grão de bico, azeitona preta, ervas marinhas, trigo em grão, lentilha, óleo de gergelim, manteiga e molho de tomate, entre outros.

É também interessante a informação apresentada por Aref Hautes, pois nós dá uma dimensão das relações comerciais e de comunicação dos imigrantes sírios e libaneses estabelecidos no Acre com o Líbano. Em 1913, havia linhas de vapores entre Manaus e Beirute, o que permitia a importação de mercadorias e possivelmente serviço postal; portanto, em caso de falecimento, seria possível informar os familiares no Líbano, principalmente se houvesse herança a partilhar, desde que existisse um endereço conhecido.

No caso de Sadala Hautes, o irmão se tornou o herdeiro dos bens deixado pelo falecido.

1. 2. 3. Said Buhamn¹⁷

Said Buhamn, sírio de idade desconhecida, faleceu em 16 de dezembro de 1914, no Hospital de Caridade de Sena Madureira. O processo não informa as causas da morte. O falecido era solteiro e não tinha parentes na cidade. Seus bens (uma maleta com roupas, objetos pessoais e algumas ferramentas como uma chave inglesa, um martelo pequeno, uma pá de pedreiro e um cepo de plaina) foram arrecadados pela Curadoria de Ausente e postos em leilão em hasta pública em 26 de janeiro de 1915.

Buhamn morreu na completa indigência, o que demonstra que os sonhos de riquezas em uma terra “próspera”, acalentados por muitos imigrantes, em alguns casos, não passavam de uma miragem no “deserto verde” da Amazônia. Pelas ferramentas que foram arrecadadas no espólio, Said possivelmente deveria ser artífice de carpinteiro ou pedreiro. O que demonstra que nem todos os imigrantes sírios e libaneses exerceram atividades vinculadas ao comércio.

¹⁷ Espólio nº 518. Sena Madureira, 17 dez 1914. **Said Buhamn**. AHTJ-AC.

1. 2. 4. Mahmud Carrun¹⁸

Carrun foi assassinado em 01 de junho de 1919. O filho José Carlos, de 30 anos de idade, foi considerado o principal suspeito. Quatro meses antes, o falecido havia feito testamento onde nomeava o filho como único herdeiro universal de seus bens.

Testamento de Mahmud Carrun, registrado em cartório de Rio Branco, em 04 de fevereiro de 1919.

[...] Saibam quantos estes públicos instrumentos de escritura testamentaria virem, que no ano... Mil novecentos e dezenove, aos quatro dias do mês de fevereiro, nesta cidade de Rio Branco [...]. Em meu cartório [...]. Compareceu Mahmud Carrun, sírio, viúvo, comerciante, domiciliado nesta cidade [...] Foi dito que de sua própria, espontânea e livre vontade, faz este seu testamento no formado seguinte: que deixa tudo o que pode legar livremente, além do que por lei lhe cabe, ao seu filho José Carlos de trinta anos de idade [...] Que ele testador possui os seguintes bens: nesta cidade, a Rua Abunã, duas casas construídas de madeira e coberta de zinco, em terreno próprio que mede doze metros de frente por sessenta e três de comprimento, com três portas na frente cada uma [...] E por esta forma disse ele testador, havia feiro sua ultima disposição a qual queria que valesse como testamento [...] Rio Branco, 04 de fevereiro de 1919¹⁹.

No processo de Arrecadação do Espolio, percebe-se, que o delegado auxiliar de policia de Rio Branco notificou o Juiz Municipal, do ocorrido. Na noite do dia primeiro de junho de 1919, foi assassinado em Rio Branco, Mahmud Carrun, mais conhecido como turco velho. Recaindo as suspeitas sobre o único herdeiro do morto. O Delegado pediu providencias para fazer o arrolamento dos bens deixados pelo falecido. Informou ainda que havia tomado providencias no sentido de lacrar o estabelecimento comercial do falecido e posto sob custódia uma mala contendo dinheiro em moeda corrente, não informando o valor, que se encontrava em seu poder, no posto policial.

No dia 3 de junho, foi feita a arrecadação dos bens: uma lista com a descrição de uma pequena quantidade de mercadorias que variava entre estivas, armarinho e têxteis, sem mensurar valores.

José Carlos foi preso, sob acusação de assassinato do pai. O processo não traz maiores informações sobre o inquérito do assassinato de Mahmud, ao contrário, enfatiza as questões

¹⁸Espólio nº 1753. Rio Branco, 06 Jun. 1919; Espolio nº 917. Rio Branco, 02 Jun. 1919. **Mahmud Carrun**. AHTJ-AC.

¹⁹Ibidem, f. 11-12.

em torno do espólio do falecido. José Carlos, mesmo cumprindo prisão temporária, constituiu advogado e fez valer as disposições do testamento e em 12 de junho de 1919 – doze dias após o assassinato do seu pai –, tomou posse, na condição de herdeiro, dos referidos bens anteriormente arrecadados pela Curadoria de Ausentes.

1. 2. 5. Assad João²⁰

Em Ofício ao Juiz Municipal de Sena Madureira, o Delegado Auxiliar de Polícia informa que no lugar denominado “Mariomba”, no Rio Iaco, faleceu vítima de afogamento o sírio Assad João, em decorrência do alagamento da canoa em que este viajava para Sena Madureira; como o falecido era solteiro e não possuía parentes conhecidos na cidade, e achando-se o Delegado em diligência pelo Rio Iaco, decidiu por fazer a arrecadação do espólio, sendo arrolados os seguintes itens: 01 Nota promissória Rs. 1:000\$000, (Um conto de réis) firmada por Aziz Gabriel; 01 nota promissória Rs. 1:800\$000 (Um conto e oitocentos mil réis), firmada por Toufic Jacob. Ambas as notas dadas como garantia de mercadorias compradas pelo falecido. Quatro pelotas de borracha fina totalizando 79 quilos; Trinta quilos de sernambi de seringa; Um saco de lona contendo: Rs. 200\$00 (duzentos reis em dinheiro); uma colher; um lenço usado; um par de meias nova; um cobertor usado; três calças de brim usadas; três camisas de meia usadas; duas blusas de brim novas. O Delegado diz ainda que fora informado da existência de uma nota promissória de Rs. 1:294\$000 (Um conto e duzentos e noventa e quatro mil réis), além de uma canoa em poder do sírio Simão Jorge, sócio do falecido.

Informado, o juizado municipal tomou as providências de praxe. Decorrido o prazo de noventa dias do edital de manifestação de herdeiros, não houve manifestação. Na ausência destes, o espólio foi a leilão em hasta pública de primeira praça em 04 de maio de 1921. O lote de borracha e sernambi não recebeu ofertas. O saco de lona com os objetos pessoais do falecido foi arrematado por Rs. 10\$000 (dez mil reis), por Joaquim Meireles de Andrade.

Um leilão de segunda praça foi realizado, em 19 de maio de 1921. Finalmente, o lote de borracha e sernambi foi arrematado por Rs. 76\$000 (setenta e seis mil reis), ofertados por Miguel Francisco de Souza.

²⁰Arrecadação de Espólio nº 647. Sena Madureira, 14 dez. 1920. **Assad João**. AHTJ-AC.

Pelo que podemos extrair do processo, possivelmente, Assad João foi um comerciante fluvial ambulante – regatão, que atuava no Rio Iaco, embora isto não esteja claro no texto. Neste episódio, um aspecto se destaca: a pouca atenção dispensada pelo agente público à vítima. O Delegado, ao retornar de uma diligência pelo Rio Iaco, casualmente, passava pelo local do acidente e atendeu à ocorrência. O processo pouco descreve o episódio e as circunstâncias em que o mesmo ocorreu. Não há indícios de apuração da ocorrência. Não tem a data do acidente, a idade do falecido ou se o corpo foi encontrado. No processo, fica claro que a única preocupação do Delegado é com a arrecadação do espólio, o qual, com celeridade, comunicou ao juiz municipal.

1. 2. 6. Abdon Haffir²¹

Haffir Faleceu em sua residência, situada na Rua Bahia, no dia 21 de dezembro de 1921, na cidade de Rio Branco. O processo não revela maiores informações sobre a causa da morte. Ele morava em casa alugada. Não há informação sobre a ocupação do falecido. Na residência, havia uns poucos objetos de valor, entre estes, objetos pessoais, utensílios domésticos e mantimentos, que foram arrecadados pela Curadoria de Órfãos e Ausentes. Não foi nomeado avaliador, pois o valor estimado dos referidos bens ficou abaixo de trezentos mil reis, portanto, abaixo do valor para os quais as formalidades legais exigem avaliação por perito nomeado para tal fim.

Abdon Haffir morreu sem testamento e não tinha descendentes ou ascendentes conhecidos em Rio Branco, o juizado Municipal publicou edital de convocação de herdeiros com prazo de noventa dias. Como não houve nenhuma habilitação no prazo legal, o espólio foi leiloadado em hasta pública. No processo, existe um recibo no valor de Rs. 107\$200 (Cento e sete mil e duzentos réis), recolhidos ao cofre do Governo Territorial, datado de 18 de setembro de 1922. O presente caso retrata mais uma história de imigrante sírio que morreu em situação precária no Território do Acre, sem ter conseguido “fazer a América”.

²¹Arrecadação de Espólio nº 1151. Rio Branco, 21 dez. 1921. **Abdon Haffir**. AHTJ-AC.

1. 2. 7. Jorge Jacob Chamma²²

Chamma, 35 anos, sírio, comerciante, estabelecido em Sena Madureira, faleceu em 30 de julho de 1922, vítima de oclusão intestinal. Era casado com Mariana Alexandre Nejour Chamma, tendo sete filhos menores. Jorge Jacob não deixou testamento, tendo a esposa atuado como inventariante no processo de partilha dos bens entre ela e os filhos menores.

Quadro 01 – Inventário: Jorge Jacob Chamma

Valor dos bens inventariado:	Rs. 7:644\$420
Dívida passiva:	Rs. 5:148\$820
Liquido para partilha	Rs. 2:498\$600

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

O processo não descreve a natureza dos bens. Do valor liquido, metade, Rs. 1:249\$300, foi destinada aos sete filhos menores e o restante ficou com Mariana Alexandre Nejour Chamma, esposa do falecido. A parte que coube aos filhos no processo de partilha ficou sob responsabilidade da viúva, mãe das crianças.

1. 2. 8. Amid Assefe²³

Assefe faleceu em 26 de setembro de 1923, em Rio Branco, e o processo não especifica a causa da morte. O falecido era sírio e comerciante em regatão. Foi feita a arrecadação dos bens, entre estes: produtos têxteis, estivas e um batelão, todos avaliados em Rs. 2:976\$500 (Dois contos, novecentos e setenta e seis mil e quinhentos réis), conforme quadro abaixo. O Juizado Municipal publicou edital de convocação de herdeiros com prazo de noventa dias. Decorrido o prazo sem que houvesse manifestação de herdeiros, foi publicado Edital²⁴ de venda e arrematação em outubro de 1923.

O leilão foi realizado em nove de outubro de 1923. Posteriormente, foi encaminhado uma guia de recolhimento no valor de Rs. 2:220\$200 (Dois contos, duzentos e vinte mil e duzentos réis). Ao receber o relatório final da Curadoria de Órfãos e Ausentes, o Juiz

²²Inventário nº 866. Rio Branco, 22 ago. 1922. **Jorge Jacob Chamma**. AHTJ-AC.

²³Arrecadação de Espólio nº 1371. Rio Branco, 28 set. 1923. Amid Assefe. AHTJ-AC.

²⁴Correio do Acre. Rio Branco, 07 out. 1923. p. 03-04.

Municipal, observou que não havia sido enviado ao Consulado da Síria, no Rio de Janeiro, o comunicado da morte de Amid Assefe, e expediu o seguinte despacho em 21 de novembro de 1925:

[...] assim, um deslize a ordem processual e a perturbação de direitos de terceiros – Mando que se oficie o Consul da Síria no Rio de Janeiro, dando ciência do falecimento de Amid Assefe [...], deixando um saldo aquém de direito na importância Rs. 798\$700 (Setecentos e noventa e oito mil e setecentos réis)²⁵.

Em seguida, verificamos um novo despacho do Juiz Municipal, de 08 de dezembro de 1925, portanto, 17 dias após o despacho anterior, que desde a abertura do processo em 09 de setembro de 1923, havia decorrido dois anos e meses, sem que houvesse manifestação de interessados em se habilitar como herdeiros do referido espólio e, portanto, julgava vacante a herança e determinava o recolhimento da mesma aos cofres do Governo do Território.

Quadro 02 – Espólio de Amid Assfe.

Qt.	Itens	Vl. Rs.	Qt.	Itens	Vl. Rs.
02 pç.	Brim riscado	10\$000	01	Chapéu de Palha	5\$000
02 pç.	Algodãozinho	60\$000	01 Lt.	Roupas usadas	10\$000
02 pç.	Chita	80\$000	01 Lt.	Borracha	400\$000
02 pç.	Kaki	180\$000	01 Lt.	Sernambi	180\$000
02 pç.	Mescla	120\$000	01	Balança e pesos	30\$00
06 pç.	Brim	300\$000	03 Pç.	Tabaco	5\$000
04 pç.	Riscado Zaphir	120\$000	01 Lt.	Feijão, café e farinha.	10\$000
01 pç.	Lona	90\$000	04 Sc.	Sal	40\$000
15 pç.	Chita	300\$000	8,5 C.	Sabão	85\$000
02	Calças	10\$000	04	Esteiras	6\$000
04	Blusas	20\$000	01	Balança romana	5\$000
01	Camisa	3\$000	01	Picador de tabaco	2\$000
01	Ceroula	3\$000	01 Lt.	Estopa p/ Calafeto	2\$000
02	Redes	30\$000	01	Pele de veado	5\$000
36	Maço Fosforo	36\$000	01	Metro – medidor	2\$000
03	Chapéus Carnaúba	1\$500	01 Lt.	Utensílios de cozinha	10\$000
06	Pares de Chinelo	24\$000	02 La.	Querosene e óleo	12\$000
01 Lt.	Miudeza	150\$000	01	Batelão	600\$000
01 Lt.	Medicamentos	30\$000			
Sub Total I		1:567\$500	Sub Total II		1:409\$000
Total Geral					2:976\$500

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

²⁵Ibidem, f. 23.

A relação de mercadorias contidas no quadro acima nos dá uma dimensão do tipo de mercadorias comercializadas em regatão. Percebe-se a preferencia por produtos têxteis, devido a serem leves, terem alto valor agregado e não serem perecíveis. Entre as mercadorias, encontramos poucos itens alimentícios, isto porque os barracões forneciam os gêneros de primeira necessidade. A loja do Barracão dificilmente teria variedades de tecidos, vestuários, armarinhos, calçados, entre outros que eram considerados supérfluos, dentro do seringal. O regatão se diferenciava pela variedade de seus produtos.

No inventário, foram arrecadados mercadorias e um barco, mas não se mencionou o motor da embarcação, o que nos leva a presumir que nos anos vinte, este comércio ainda era feito em barcos penosamente movidos a remo e varejão.

1. 2. 9. Antônio Miguel²⁶

Antônio Miguel, comerciante, sírio, estabelecido em Sena Madureira, faleceu em 14 de março de 1924, na cidade de Boca do Acre - AM, quando se encontrava em transito para a cidade de Belém do Pará. O processo não menciona a causa da morte. Como deixara bens e imóveis, a Curadoria Geral de Órfãos e Ausente promoveu a arrecadação do espólio. No auto de arrecadação, existe uma grande quantidade de notas promissórias a favor do falecido, bem como uma igualmente grande quantidade de mercadorias têxteis e estivas em geral, sendo que as mercadorias não foram ali avaliadas. No final do processo, existe um traslado de Escritura Pública com o seguinte teor:

Escritura Pública de aditamento de Contrato Social que fazem entre si Antônio Miguel (outorgante), comerciante, sírio, solteiro, residente em Sena Madureira e Felipe Buana (outorgado), comerciante, sírio, solteiro, residente em Sena Madureira. Pelo presente instrumento ambos tornam-se sócios solidários da Firma Comercial que gira sob o nome individual do outorgante. Que doravante os sócios terão os mesmos direitos e obrigações. Que o gênero comercial que se dedicam e a compra e venda de mercadorias e produtos elásticos. Adita ao contrato a seguinte cláusula: 'em caso de falecimento de um dos sócios, a Casa Comercial continuará com o mesmo ramo de negócio, ficando a cargo do sócio sobrevivente o ativo e passivo, até solver todos os compromissos com os credores da firma'²⁷.

²⁶Arrecadação de Espólio nº 946. Sena Madureira, 26 mar. 1924. **Antônio Miguel**. AHTJ-AC.

²⁷Ibidem, f. 23-25.

O traslado da escritura demonstra que o termo de aditamento do Contrato Social ocorreu em 11 de novembro de 1918, portanto, mais de cinco anos antes do falecimento de Antônio Miguel. Pelo volume das mercadorias arrecadadas, nota-se que o comerciante atuava com varejista e atacadista. Não existe no corpo do processo nenhuma menção ou preocupação com familiares e herdeiros, no Brasil ou no Líbano. O que é estranho. No Aditamento do Contrato Social, não consta contrapartida do novo sócio, este simplesmente é incluído, com os mesmos direitos e deveres que o titular. A cláusula única demonstra uma clara preocupação com a finitude do sócio outorgante, no sentido de garantir o funcionamento da firma e a solvência de qualquer pendência financeira. Antônio Miguel preferiu nomear como sócio um comerciante patrício, alguém em quem confiava que seria capaz de dar continuidade à firma comercial que construíra em Sena Madureira, ao invés de fazer um testamento e legar seu patrimônio a familiares que possivelmente nem residissem no Brasil. Seu ato foi ponderado com bastante antecedência. Possivelmente, estava doente, a morte repentina a bordo de um navio rumo a Belém reforça essa possibilidade.

1. 2. 10. Felipe Huatt²⁸

Huatt faleceu em 28 de abril de 1927, vitimado por hepatite aguda. O processo não menciona idade, ocupação, nem estado civil do morto. Entre os pertences do falecido, foram encontrados os seguintes bens: objetos pessoais e uns poucos utensílios domésticos, que foram arrecadados pelo Curador Geral de Órfãos Ausentes na casa onde o falecido residia na Rua Iaco, em Sena Madureira. Felipe era um homem pobre, e morreu longe de casa e da família. Um final jamais imaginado por um imigrante. O processo encerra com a cópia da publicação do edital de convocação de herdeiros com prazo de noventa dias, tornado publico em 06 de maio de 1927.

1. 2. 11. Jamil Arack²⁹

²⁸Arrecadação de Espólio nº 1101. Sena Madureira, 29 abr. 1927. **Felipe Huatt**. AHTJ-AC.

²⁹Arrecadação de Espólio nº 2111. Rio Branco, 06 mai. 1929; Reclamação de Dívida nº 2121. Rio Branco, 03 jun. 1929. **Jamil Arack**. AHTJ-AC.

Arack faleceu em 08 de maio de 1929, sem testamento, sírio, comerciante estabelecido no Bairro Quinze, sem herdeiro conhecido. O processo não cita a idade, nem a causa da morte. O Juiz Municipal determinou que a Curadoria Geral de Órfãos e Ausentes procedesse à arrecadação dos bens deixados pelo falecido. Foram arrolados uma maleta com objetos pessoais e um lote de mercadorias composto de estivas e têxteis, avaliados em Rs. 4:612\$500 (Quatro contos, seiscentos e doze mil e quinhentos reis). As mercadorias foram leiloadas em 17 de maio do mesmo ano. O leilão ocorreu no local onde residia o falecido, no Bairro Quinze, sendo que os lotes foram arrematados por diversos comerciantes da praça de Rio Branco.

Posteriormente, Alfredo Freitas entra com processo de reclamação de dívida contra o espólio de Jamil Arack, reclama o pagamento de uma nota promissória no valor de dois contos de reis.

Em outro processo, David Coda, médico estabelecido em Rio Branco, cobra em juízo oitocentos mil reis, referentes a serviços médicos prestados a Jamil e a sua filha menor. O médico apresentou três testemunhas que afirmam que o mesmo assistiu o paciente durante todo o curso da moléstia que o vitimou.

A petição do medico revela que Jamil foi vitimado por uma doença, embora não mencione a patologia, além de uma filha menor que recebeu assistência médica. O interessante é que o Processo de arrecadação dos bens menciona que Jami, não tinha herdeiro conhecido. Provavelmente, Jamil vivesse “amigado” com uma mulher e com esta tenha tido filhos, sem a formalização do casamento civil. Ocorre que nestas circunstancias, em caso de morte do parceiro, a companheira e os filhos deste relacionamento eram considerados ilegítimos com herdeiros. Os bens do falecido, com sempre, eram arrecadados, leiloados e o produto do leilão, deduzida as despesas, ia para o cofre do governo do Território.

1. 2. 12. Zacharias Assen Zehir³⁰

Zehir, sírio, regatão, com idade presumida de 65 anos, solteiro, foi baleado no seringal Nova Olinda e chegou a Rio Branco em 14 de junho de 1929. Procurou os serviços do Dr.

³⁰Reclamação de Dívida nº 2138. Rio Branco, 11 jul. 1929; Justificação nº 2141. Rio Branco, 21 jul. 1929; Reclamação de Dívida nº 2144. Rio Branco, 22 jul. 1929. **Espólio de Zacharias Assen Zehir**. AHTJ-AC.

Hélio Abreu, médico estabelecido em Rio Branco. Ao constatar a gravidade do ferimento, o médico optou por encaminhar Zacharias para a Santa Casa de Misericórdia, onde fez os procedimentos cirúrgicos de extração da bala. O quadro clínico do paciente evoluiu bem nas primeiras vinte e quatro horas após a cirurgia. Mas nas horas seguintes, o ferimento se desdobrou num quadro infeccioso e irreversível, causando a morte de Zacharias em 21 de junho, sete dias após dar entrada na Santa Casa. Seus bens foram arrecadados pela Curadoria Geral de Ausentes e avaliados em Rs. 2:002\$500 (Dois contos, dois mil e quinhentos réis).

O Dr. Hélio Abreu ingressou no Juizado Municipal com justificativa de cobrança de dívida ao espólio de Zacharias Assen, para receber seus honorários pelos serviços médicos prestados ao falecido no período em que este permaneceu internado na Santa Casa de Misericórdia, na importância de Rs. 2:000\$000 (Dois contos de réis). Em seu relatório, o médico descreve as circunstâncias em que Zacharias faleceu, como também os procedimentos médicos da época.

Pelo relato, observamos que Zacharias, junto com outros dois patrícios, procurou o Dr. Hélio Abreu em seu consultório em 14 de junho, com um ferimento no braço esquerdo provocado por arma de fogo. Devido à gravidade do ferimento, o médico achou por bem internar Zacharias na Santa Casa de Misericórdia para a realização dos procedimentos cirúrgicos necessários visando à extração da bala.

[...] A bala atravessou o terço médio do braço esquerdo, fraturando o úmero e alojou-se na região infra espinhosa (ombro) do mesmo lado. Na manhã do dia 15 o estado do paciente era animador, mas a tarde sua temperatura começou a se elevar, o médico ministrou uma injeção de “Antipyonena de Polyvalente de Bruschetti” e outra de “óleo canforado”. No dia 16 Zacharias apresentava um quadro de supuração avançado no local da cirurgia, além de falta de apetite. O médico aplicou 10cc de “electrargol” e trocou o curativo. Na manhã do dia 18, o quadro de Zacharias se agravara e a região do ferimento estava abundante supuração e o médico achou por bem realizar uma segunda intervenção cirúrgica que consistiu na dilatação da contra abertura realizada no dia 14 (extração da bala), de modo a estabelecer franca comunicação entre o orifício de entrada da bala e a sede de seu alojamento, depois do que colocou um grosso tubo de borracha, por onde correria o pus formado no trajeto da bala [...] ³¹.

³¹Justificação ao Espólio de Zacharias Assen Zehir nº 2141. Rio Branco, 21 jul. 1929. p. 7-8.

Em um “mundo” sem antibióticos, as chances de sobrevivência de alguém com o quadro infeccioso acima descrito eram mínimas. Evidentemente que o médico lançou mão dos recursos de que se dispunha na época, mesmo assim o quadro clínico de Zacharias foi piorando e na noite do dia 21, foi a óbito.

E interessante o fato de encontrarmos sete processos sobre as questões de arrecadação de espólio, cobranças de dívidas, avaliações dos bens deixados por Zacharias e edital de leilão em hasta pública do espólio. Apenas em um dos processos, a justificação de dívida apresentada pelo médico Hélio Abreu descreve as origens do ferimento. Os demais processos tratam apenas das questões relacionadas aos bens. Afinal, o que aconteceu com Zacharias Assem Zehir? Brigou com alguém? Foi emboscado? Alguém tentou assalta-lo? Os sete processos analisados não trazem respostas a estas perguntas. Através da leitura cuidadosa dos processos, sabemos que Zacharias era comerciante regatão. Que a bordo de seu barco, havia um grande estoque em mercadorias (conforme quadro no Apêndice B). Que foi baleado no Seringal Nova Olinda, não se sabe quando, mas que chegou em Rio Branco em 14 de junho. Procurou dois patrícios de sua confiança, Omar Satut e Tufic Abucart e, acompanhado destes, apelou para ajuda médica, tendo inclusive Omar Satut assumido as despesas da Santa Casa de Misericórdia (embora posteriormente tenha apresentado a fatura ao curador do espólio e solicitado o reembolso dos valores). Zacharias era um homem velho, com 65 anos presumíveis, conforme o relato médico, era solteiro, não tinha parentes em Rio Branco, seus bens foram arrecadados pela Curadoria de Ausentes do Juizado Municipal e leiloados em hasta pública, conforme o edital de venda e arrematação publicado em 27 de julho de 1929, pouco mais de um mês após sua morte.

Quadro 03 – Lista de credores de Zacharias Assen Zehir.

Credor	Serviço	VL. Rs.
Hélio Abreu – medico.	Serviços médicos	2:000\$000
A. Fecury – comerciante.	Fornecimento de mercadorias	211\$500
J. R. Lemos – carpinteiro.	Caixão para sepultamento do falecido	441\$000
A. Rajeb – Carregador.	Transporte da canoa e carroto das mercadorias do porto ao depósito.	296\$000
O. Satut – Comerciante.	Despesas pagas Santa Casa de Misericórdia	232\$000
Total Geral		3:180\$500

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

O Quadro acima, apresentado pelos credores contabiliza as dívidas do falecido na ordem de Rs. 3:180\$500 (Três contos, cento e oitenta mil e quinhentos réis). Os bens que este possuía foram avaliados em Rs. 2:002\$500 (Dois contos, dois mil e quinhentos réis). O processo não traz maiores detalhes sobre como os credores receberam seus crédito do espólio do falecido.

1. 2. 13. Mansour Chedick³²

Chedick, Sírio, comerciante, residente em Sena Madureira, faleceu em 25 de dezembro de 1930. O processo não descreve a causa da morte. Em fevereiro de 1930, a viúva Lela José Chediack foi intimada pelo Juizado Municipal de Sena Madureira para proceder ao inventario de seu falecido marido. Em seu depoimento, Lela declarou ser síria, com 44 anos de idade, comerciante, estabelecida com negocio de estivas e armarinho em Sena Madureira.

Os bens deixados por seu falecido marido resumiam-se a uma casa construída em madeira, coberta de zinco, na Rua Chandles, e uma cocheira para gado entre as Ruas Macauã e Caeté. Os demais bens que possuía, entre estes o estabelecimento comercial situado a Avenida Centenário, bem como outra casa à Rua Caeté, onde tem campos de criação de gado, já lhe pertenciam desde antes do casamento, conforme contrato pré-nupcial lavrado em trinta de outubro de 1925, em notas do Tabelião Público de Sena Madureira. Portanto, os únicos bens deixados pelo falecido marido são os anteriormente mencionados, avaliados em duzentos mil reis a casa e em cem mil reis a cocheira para gado. Totalizando Rs. 300\$000 (Trezentos mil réis). Informou ainda que do casamento, não houve descendentes.

1. 2. 14. Assem Omar³³

Assem Omar faleceu em 24 de novembro de 1933, em Rio Branco. Exercia atividade comercial e residia no mesmo local, na Rua Seis de Agosto, 407. O processo não menciona a causa da morte, nem a idade do falecido. Pela natureza dos bens descritos no ato de arrecadação, presume-se tratar-se de um pequeno comerciante varejista. Os bens resumem-se a umas poucas peças de tecidos de brim e chita e pequenos lotes de estivas. Não menciona

³²Inventario nº 1122. Sena Madureira, 07 fev. 1931. **Mansour Chedick**. AHTJ-AC.

³³Arrecadação de Espólio nº 2509. Rio Branco. 28 nov. 1933. **Assem Omar**. AHTJ-AC.

imóveis. O processo contém o copia do edital de leilão do espólio promulgado pelo Juizado Municipal, com a relação dos bens a serem leiloados, avaliados no conjunto e Rs. 690\$900 (Seiscentos e noventa mil e novecentos réis), com data marcada para o dia 16 de dezembro de 1933. O processo também traz o registro de nascimento de uma criança, Clovis do Carmo Omar, nascido em 06/04/1930, registrado pelo falecido como filho legítimo dele e de Maria Amélia do Carmo. A criança estava na época do falecimento do pai com três anos de idade. O processo não menciona se o falecido vivia com a mãe da criança, nem faz nenhuma menção sobre o reconhecimento do filho como herdeiro. O filho menor, nascido fora do casamento civil/religioso, mesmo reconhecido via registro de nascimento pelo pai, não era reconhecido pela legislação da época como herdeiro legítimo. O produto do leilão do espólio foi para os cofres do Governo do Território.

1. 2. 15. Antonina de Castro Assef³⁴

Assef faleceu em 10 de março de 1937, em Beiruth. O processo é aberto por Toufic Assef, sírio, viúvo, comerciante, residente em Sena Madureira. Declarou que a falecida era sua ex-esposa, com a qual teve três filhos menores: Elizabeth, Felisberto e Gilberto Assef. O processo não menciona nada sobre a guarda das crianças, nem se as mesmas moravam em Sena Madureira ou no Líbano. Não havia bens a serem inventariados. O inventário era apenas para formalizar a condição de viúvo do inventariante.

1. 2. 16. Farideé Caram³⁵

Caram faleceu em 13 de dezembro de 1937, na Rua Purus em Sena Madureira com 55anos, vítima de neoplasia do fígado. Sem testamento. O atestado de óbito menciona que a falecida era síria, casada, embora não mencione o nome do esposo. Foi declarante do atestado de óbito Ibraim Misto. O curador geral de órfãos e ausentes em ofício ao Juizado Municipal informa que a falecida não tinha herdeiros conhecidos e tinha deixado bens, solicita ao juiz autorização para fazer a arrecadação dos bens na forma da lei. É descrito um único bem: uma casa em madeira de lei, situada a Rua Newton Prado, nº 14 na cidade de Sena Madureira.

³⁴Inventário nº 1459. Sena Madureira, 05 jul. 1938. **Antonina de Castro Assef**. AHTJ-AC.

³⁵Arrecadação de Espólio nº 1403. Sena Madureira, 07 fev. 1938. **Farideé Caram**. AHTJ-AC.

Casa coberta de zinco, assoalhada, sendo a sala e um dos quartos forrados. Medindo 8,4m de frente e 19,2 de fundo. Com cinco portas na frente, com entrada pela varanda ao lado. Contendo diversos compartimentos internos. Servindo de morada e ocupada por Aziz Gabriel. Casa com calçada de cimento na frente e na varanda. Avaliada em Rs. 8:000\$000 (Oito contos de reis).

Em 18 de fevereiro, o juizado publicou o edital de convocação de herdeiros, com prazo de noventa dias. Aziz Gabriel, por seu procurador, o Advogado Rubens Carvalho, apresentou-se como esposo de Farideé Caram, fundamentando seu argumento no atestado de óbito que afirma que a falecida era casada e em duas testemunhas. O advogado enfatiza a idoneidade do seu cliente, citando o fato de que, em 1930, aquele mesmo juizado, o nomeara tutor de uma criança menor, papel que este vinha desempenhando até o momento.

A primeira testemunha: Almeida Muncynne, 65 anos, sírio, comerciante, residente temporariamente em Sena Madureira. Afirmou que sabia de ciência própria que Aziz Gabriel e Farideé Caram foram casados, pois estava em Beiruth quando o casamento se realizou. Até foi convidado para a festa, não tendo podido comparecer porque neste dia, ocupava-se na compra de uma carroça; entretanto, foi dar os parabéns aos recém-casados.

A segunda testemunha: Almeida Assef. 51 anos, brasileiro naturalizado, comerciante, residente em Sena Madureira, afirmou saber que Aziz Gabriel e Farideé Caram eram casados, muito embora não tenha sido convidado por Aziz Gabriel para assistir ao casamento. Que o casamento foi realizado em Beiruth há uns trinta e tantos anos. Que ignora que o casal tenha tido filhos. Que em 1925, teve a oportunidade de ir a Beiruth, e como passava por Belém, Estado do Pará, aproveitou para fazer uma visita a Dona Farideé Caram, que se encontrava doente naquela cidade, esta lhe pediu que procurasse saber na Síria se seus pais ainda estavam vivos. Na Síria, soube que os pais de D. Farideé haviam morrido. O Processo é finalizado após as duas testemunhas serem ouvidas. Não há um desfecho claro.

Neste caso, alguns aspectos são relevantes. Primeiro, em 1937, Sena Madureira era uma cidade muito pequena e a maioria dos moradores do lugar provavelmente se conheciam pelos nomes. Aziz era um morador antigo da cidade e, portanto, deveria ser de amplo conhecimento público seu enlace matrimonial com Farideé Caram. Ao fazer um levantamento sobre Aziz Gabriel, constatamos a existência de dois outros processos em que este se envolveu. O mais antigo data de novembro de 1912, Aziz e outros sírios envolvera-se em uma briga, seguida de tiroteio, que resultou em ferimento à bala no braço esquerdo de Bichara

Daher. O segundo trata-se de inquérito policial de janeiro de 1928, em que Aziz Gabriel e Nagib Tapek, antigos desafetos, travam luta corporal e foram presos em flagrante. Em depoimento no inquérito policial de 1928, Aziz afirmou ser sírio da cidade de Beiruth, casado, comerciante, com quarenta e sete anos. Ou seja, quando Farideé morreu em 1937, Gabriel era um homem de 56 anos, residente em Sena Madureira há pelo menos 25, portanto um velho conhecido dos moradores da cidade e da Justiça.

As provas apresentadas por seu advogado, o Atestado de Óbito afirma que a falecida era casada, mas não cita o nome do marido. Estranhamente, as declarações para o referido atestado de óbito não foram feitas por Aziz Gabriel. As testemunhas, que atestavam que Aziz Gabriel e Farideé Caram eram casados, nenhum dos dois assistiu ao casamento. O primeiro foi convidado, mas não pode comparecer; o segundo nem convidado foi. Mas é relevante o segundo depoimento, prestado por Almeida Assef, quando, em transito para Beiruth, este passou por Belém e visitou Farideé, que se encontrava doente, talvez em tratamento, e esta lhe pede para procurar por seus pais em Beiruth, para saber se ainda estavam vivos. Em Beiruth, Assef constata que os pais de Farideé estavam mortos. Esta informação é interessante pois considerado que a falecida não tinha filhos e seus pais eram mortos, Aziz Gabriel, na condição de marido, restava como o único e universal herdeiro dos bens de Farideé. Neste caso, chama a atenção o caminho sinuoso que Aziz Gabriel percorre para reivindicar algo, que em tese era seu por direito, embora não apresente nenhuma certidão ou documento comprobatório de seu casamento. Na ausência por qualquer motivo de um documento comprobatório, Gabriel, poderia solicitar, via consulado, a segunda via de seu registro de casamento no Líbano, que depois de passado por tradução juramentada, seria juntado ao processo, como ocorreu em outros casos analisados neste trabalho. O Processo tem algumas lacunas. No Auto de Arrecadação que descreve o imóvel deixado por Farideé, “... *contendo diversos compartimentos internos, servindo de casa de moradia ocupada por Aziz Gabriel...*” Na condição de esposo da falecida, Aziz Gabriel seria o sucessor legítimo e, portanto, proprietário do imóvel, e desta forma o mesmo não deveria constar como objeto de arrecadação pela Curadoria Geral de Ausentes do Juizado Municipal de Sena Madureira, por falta de herdeiros conhecidos. O quadro da situação nos leva a duas possibilidades: primeiro, o casamento de Aziz e Farideé, possivelmente de fé islâmica, não fora legalizado junto às leis brasileiras, mesmo depois do código civil de 1916; segundo, Aziz Gabriel não passava de um oportunista disposto a tirar vantagem da situação. Pelos indícios que encontramos, dificilmente saberemos a resposta.

1. 2. 17. Ibrahim Ohab³⁶

Ohab faleceu em 22 de dezembro de 1939, em Manaus, sem testamento, sendo comerciante estabelecido em Sena Madureira. O processo não menciona idade, nem a causa da morte do falecido. Antônia Stephano Ohab, esposa de Ohab, foi a inventariante e a herdeira dos bens deixados pelo marido. Em 26 de dezembro, o juizado municipal de Sena Madureira toma conhecimento do falecimento de Ibrahim Ohab e no mesmo dia, determina a imediata arrecadação dos bens do falecido.

Balanço geral dos Bens:

ATIVOS: Rs. 99:629\$920 (Noventa e nove contos, seiscentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte reis) distribuídos nos seguintes itens:

Quadro 04 – Inventário: Ibrahim Ohab

Mercadorias	Rs. 18:229\$050
Devedores em Conta Corrente	Rs. 35:913\$450
Promissórias a receber	Rs. 18:351\$020
Produtos (consignados a J. S. Amorim)	Rs. 8:136\$400
Imóveis (05)	Rs. 19:000\$000
Um quiosque na travessa do porto 6:000\$000; Uma casa em madeira de lei 1:500\$000; Um lote de terra rural nº 203, situado a margem esquerda do Rio Iaco 1:500\$00; Um lote de terra rural nº 203, situado a margem direita do Rio Iaco 2:000\$00; Um Seringal denominado “Taquary”, situado a margem direita do Rio Caeté 8:000\$000.	

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

Como a inventariante e herdeira encontrava-se em Manaus, nomeou o comerciante Vicente Bezerra como seu procurador (procuração enviada via telegrama) para em seu nome proceder às formalidades legais e movimentar o comércio deixado por seu falecido marido até seu retorno a Sena Madureira.

³⁶Espólio nº 1468. Sena Madureira, 26 dez. 1939. Ibrahim Ohab. AHTJ-AC.

1. 2. 18. Benjamim Salim Cadi³⁷

Benjamim Salim Cadi faleceu em 08 de dezembro de 1945. O processo se inicia com a viúva Maria do Vale Salim apresentando ao Juiz de Direito da comarca de Rio Branco, o testamento de seu falecido marido, com o seguinte teor: Benjamin Salim Cadi, libanês, comerciante, residente nesta capital, com comercio estabelecido a Rua 17 de novembro, 58 anos encontrando-se doente, deitado em uma rede, solicitou ao tabelião Antônio da Silva Rabelo, que na presença de cinco testemunhas escolhidas para a ocasião, presenciaram o registro do ultima vontade do falecido. O testamento não descreve a natureza dos bens existentes. Benjamin afirmou que era casado em comunhão de bens; que do matrimônio não resultou nenhuma prole; que não tem quaisquer filhos naturais ou legítimos; que dispõe livremente de metade de seu patrimônio; que a outra metade pertence por direito a sua mulher Maria do Vele Salim, e que assim deixa para seu irmão Rachid Salim Cadi, libanês, casado e residente em Beiruth, a quantia de cento e oitenta mil cruzeiros Cr\$ 180.000,00. Deduzido o legado acima o restante de seu patrimônio disponível, deixa para sua mulher. Nomeia como primeiro testamenteiro Hechem Abraham Farhat e como segundo, Alexandre Jalul, sendo que os dois eram amigos, comerciantes e patrícios de Benjamim. Testemunharam o testamento:

1 Tufi Assmar – brasileiro, solteiro; (sírio-descendente)

2 José Fecury – brasileiro, casado; (sírio-descendente)

3 Anibal Lopes – português, casado;

4 Almir de Albuquerque Sara, casado;

5 Assem Aiache – sírio, casado.

Todos comerciantes. O testamento foi feito em 19 de novembro de 1945, portanto, 20 dias antes de seu falecimento. O processo não menciona a natureza da doença que vitimou Benjamin. Em outro processo – Habilitação de Casamento, de 02 de abril de 1937 – coletamos mais informações sobre Benjamin e sua mulher. Benjamin nasceu em 20 de abril de 1887 no Monte Líbano. Maria Gomes do Vale (Maria do Vale Salim, Posteriormente) em 21 de junho de 1910, em Santa Vitória no Rio Purus, Estado do Amazonas. Contraíram matrimônio em abril de 1937.

³⁷Inscrição de Testamento nº 4823. Rio Branco, 13 fev. 1946. **Benjamim Salim Cadi**. AHTJ-AC.

Prevendo o desfecho de sua existência, Benjamim Salim Cadi, tratou de garantir que após sua ausência, sua última vontade fosse respeitada, e que seus familiares (o irmão e a esposa) fossem os beneficiários de seu legado. Para tanto, nomeou dois testamenteiros “patrícios” de sua confiança e convocou cinco testemunhas, destas um sírio e dois sírios-descendentes. Este ato reforça a ideia de uma cumplicidade colaborativa, um vínculo de confiança mútua entre os membros da primeira geração de imigrantes que formavam a colônia sírio e libanesa no Acre nas primeiras décadas do século XX.

1. 2. 19. Jose Mamed Araque³⁸

Araque faleceu em 02 de maio de 1947, vitimado pelo Diabetes. O Testamento foi ditado ao Tabelião no leito de morte, no dia em que morreu. Tinha esposa (Fátima Hassan Kanj) e filhos (Mohamed, Randa e Wafik), todos maiores, residentes em Borj-El-Brajne – Líbano. Deixa seus bens para os filhos – Saldo disponível (não menciona o valor), uma casa no Bulevar Augusto Monteiro, um terreno e aproximadamente vinte cabeças de gado. Não há mensuração dos valores dos bens. Nomeia como primeiro e segundo testamenteiros, respectivamente os amigos, patrícios e comerciantes Alexandre Jalul e Hechem Abraham Farhat.

É estranho que a esposa não tenha sido citada como herdeira, o processo também sugere que ela morava no Líbano.

[...] José Mamede Araque, libanês, casado, comerciante, estabelecido e residente nesta cidade, doente e deitado em uma cama [...]. Em seu perfeito juízo e livre de qualquer coação... Fez seu testamento e declarou sua ultima vontade... Que é casado no regime de comunhão de bens com Fátima Hasson Kanj, de cujo consórcio houve três filhos: Mohamed, Randa e Wafik, todos maiores e residentes na cidade de Borj-El-Brajne, República do Líbano. Que deixo todo o saldo de seu patrimônio para os referidos filhos... Que possuí uma casa na Boulevard “Augusto Monteiro”... Um terreno e cerca de vinte cabeças de gado. Que nomeia seus testamenteiros, em primeiro lugar ao seu patrício e amigo Alexandre Jalul... Em segundo lugar, o outro seu amigo e patrício Hechem Abraham Farhat... Aos quais pede e roga aceitarem o encargo e dar execução a este testamento. (Rio Branco 02 de maio de 1947)³⁹.

³⁸Inscrição de Testamento nº 4856. Rio Branco, 04 jul. 1947. **Jose Mamed Araque**. AHTJ-AC.

³⁹Ibidem, f. 08-09.

Em 04 de julho, de 1947, Alexandre Jalul deu entrada em juízo, solicitando a portaria de reconhecimento do referido testamento, tomando as medidas legais necessárias ao cumprimento da ultima vontade de seu amigo Jose Mamed Araque.

1. 2. 20. Kassem Mamed Gandor⁴⁰

Gandor, 45 anos, faleceu em Rio Branco em 20 de agosto de 1934, vitimado pela tuberculose, com testamento registrado em Cartório. Nomeou como testamenteiro o comerciante e patrício Salim Mustafa Assem. No testamento, Gandor estipulou o prazo de dois anos, improrrogáveis, para a liquidação de seus negócios e encerramento de partilha por ele determinada. No entanto, por intransigência do testamenteiro, o processo se arrastou por quase 32 anos, até março de 1966. Do registro de testamento, feito em 1934, resultaram sete processos, totalizando 535 folhas de documentos. O Desfecho final do caso terminou em uma Ação Ordinária, interposta ao Supremo Tribunal Federal, em 1951. Esta Ação se arrasta até 1966, o inventariante, Salim Mustafa, morreu em 1962, sem conhecer o resultado da Ação.

Em 31 de agosto de 1934, o primeiro testamenteiro, Salim Mustafa Assem, solicitou ao juizado expedição de alvará para tomar conta dos bens do falecido e dar os provimentos cabíveis, iniciar a liquidação dos negócios do falecido, conforme sua ultima vontade expressa no testamento citado a seguir:

Aos dezoito dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e dois, na cidade de Rio Branco, em casa nº 142, da Rua Canudos, eu tabelião, a chamado da parte, ai presente Kassem Mamed Gandor, sírio, solteiro, maior, comerciante, residente e domiciliado nesta capital [...], o qual, doente se achava em uma cama em seu perfeito juízo e entendimento, em presença de cinco testemunhas [...]. Que queria fazer seu testamento publico e declarações de ultima vontade. Declarou chama-se Kassem Mamed Gandor, nascido na cidade de Karif, Monte Líbano – Síria, no dia vinte de fevereiro de mil oitocentos e oitenta e nove [...]. Que é solteiro, proprietário e comerciante, domiciliado e residente nesta cidade, a mais de quinze anos [...]. Que não tem herdeiros descendentes e nem ascendentes [...]. Que constituiu seus bastantes procuradores com ilimitados poderes [...], os senhores Mustafa Assem, sírio, solteiro, comerciante, residente nesta cidade,

⁴⁰Registro de Testamento nº 4243. Rio Branco, 31 ago. 1934. **Kassem Mamed Gandor**. AHTJ-AC.

e a Tufic Cattar Aiache, casado, sírio, comerciante residente nesta cidade. Que em vindo a falecer da moléstia que se achava acometido, fica por este testamento nomeados liquidatários de sua casa comercial, com os mais amplos poderes para efetuar livremente a liquidação de todos os seus negócios [...], envidando para que seus credores sejam pagos a contento. Que essa liquidação deverá ser ultimada dentro do prazo improrrogável de dois anos [...]. Que o senhor José Tabeja, sírio, casado, auxiliar do comercio, domiciliado nesta cidade, é seu auxiliar há mais de nove anos, sem ordenados prefixados [...], assim para regularizar a situação de seu bom auxiliar, lhe dá quitação de suas dívidas escrituradas nos livros de sua casa comercial e determina que ao mesmo sejam entregues dez muares de carga [...]. Que na casa de sua residência existem, de exclusiva propriedade de sua fiel e dedicada companheira, dona Francisca Dantas Sobrinho, os seguintes moveis: duas camas de casal, seis cadeiras e um guarda-roupa. Que ultimada a liquidação de sua casa comercial [...], da sobra que ficar institui os seguintes legados: vinte por cento, (20%) sobre o total da dita sobra ao seu referido auxiliar – José Tabeja. De três contos de reis (3:000\$000), a sua mencionada companheira Dona Francisca Dantas Sobrinho. De um conto de reis (1:000\$000), para a Loja Maçônica Igualdade Acreana, desta cidade. Do restante do saldo, instituí seus universais herdeiros seu irmão Assem Mamede Gandor e aos filhos de seus falecidos irmãos, Chaim Mamede Gandor, Kalil Mamede Gandor e Mahamud Mamede Gandor, todos residentes em Monte Líbano. Que nomeia seus testamenteiros na ordem preestabelecida, aos ditos senhores Salim Mustafa Assem e Tufic Cattar Aiache, aos quais roga o fiel cumprimento do que fica determinado [...] Testemunhas: Aziz D'Abucater, sírio, solteiro, comerciante; José Vieira da Costa, auxiliar de comercio, solteiro; Manoel Quirino Bezerra de Araújo, casado, funcionário público; Júlio Camilo de Oliveira, casado, criador; Todos residentes nesta cidade. Rio Branco, 18 de outubro de 1932. Antônio da Silva Rabello (Tabelião) ⁴¹. (*Livro Nº 23. F. 86 a 88*).

Em 24 de setembro de 1934, o testamenteiro Salim Mustafa solicitou, via ofício, que o juizado da comarca de Rio Branco publicasse edital de convocação dos herdeiros instituídos no testamento de Kassem Mamed Gandor. O edital de citação de herdeiros, com prazos de sessenta dias, foi publicado no jornal “O Acre” ⁴² de 18 de novembro de 1934.

Em agosto de 1936, Salim Mustafa Assem apresentou à Curadoria Geral de Órfãos e Ausentes a prestação de contas do inventário a seu cargo. Ao analisar a prestação de contas, o Curador Geral – na pessoa do Promotor de Justiça – achou estranho o nome de Salim Mustafa Assem, testamenteiro e inventariante, constar na lista da prestação de contas do espólio de Kassem Mamed Gandor como credor da considerável importância de Rs. 17:232\$960 (Dezessete contos, duzentos e trinta e dois mil novecentos e sessenta réis). Em seguida, o Curador Geral oficiou ao juizado denunciando o fato.

⁴¹Ibidem, f. 1-2.

⁴²**O Acre**. Rio Branco, 18 nov. 1934.

O Curador Geral de Ausentes, a bem dos autos interesses da Justiça [...] Impugna o pagamento da importância de Rs. 17:232\$960, ao testamentário e inventariante – Salim Mustafa Assem, pela improcedência da dívida, necessitando a Curadoria Geral de elementos que autorizem a devida prova de impugnação [...] requer que se proceda nos livros comerciais do de-cujus competentes verificações que comprove ou não o crédito do testamentário inventariante. Requer, pois, a V. Ex.^a que sejam citados Salim Mustafa Assem e seu advogado, para na primeira audiência do juízo, depois de citados, virem nomear [...] peritos, para que procedam nos livros – diário e copiador – da firma comercial do de-cujus, competente exame da existência ou não da dívida impugnada por esta curadoria [...]⁴³

Nomeados três peritos, estes procederam a verificação nos livros comerciais de Kassem Mamed Gandor e encontraram algumas incoerências entre a escritura comercial do falecido e as prestações de contas apresentadas pelo testamentário. A Curadoria Geral achou por bem impugnar em definitivo a solicitação de Salim Mustafa Kassem.

Diante da impugnação do pagamento a si próprio de Rs. 17:232\$900 (Dezessete contos, duzentos e trinta e dois mil e novecentos réis), Salim Mustafa Assem requereu ao juizado que lhe arbitrasse um prêmio da testamentaria, visto não ser o suplicante legatário, nem herdeiro do falecido. Que o prêmio seja computado sobre o valor do monte líquido.

Posteriormente, o juiz arbitrou o prêmio do testamentário em três por cento (3%) sobre a herança líquida de Rs. 45:973\$150, resultando em Rs. 1:379\$200 (um conto trezentos e setenta e nove mil e duzentos réis).

Em 02 de julho de 1937, Salim Mustafa Assem oficia o juizado de Rio Branco com expediente com o seguinte teor.

[...] Que tendo sido feita há mais de seis meses a partilha de bens do espólio do de-cujus, sucede que até a presente data, nenhum dos herdeiros aquinhoados se apresentou devidamente habilitado para receber e tomar posse direta do respectivo quinhão constante da partilha, ainda mesmo que por intermédio de procurador; e por que se trata de herdeiros incertos, residentes no estrangeiro, em lugares não sabidos com precisão, ausentes, portanto [...] de nomes e até de número ignorados, apenas determinados por grupos de representação, que o suplicante, para que tais quinhões não fique no abandono, de vez esta finda a missão do inventariante e este não tem

⁴³Requerimento nº 4476. Rio Branco, 04 ago. 1936. **Kassem Mamed Gandor**. f. 02. AHTJ-AC.

poderes para administrar esses bens já determinadamente do domínio dos ausentes [...] Requer a entrega destes quinhões, para eximir-se de sua responsabilidade, a Curadoria Geral ou a um Curador especial que V. Exc.^a. Houver por bem nomear [...] ⁴⁴

A solicitação foi indeferida, permanecendo Salim Mustafa Assem responsável pelo acervo patrimonial do falecido Kassem Gandor, até a manifestação dos herdeiros residentes no Líbano.

Quadro 05 - Resumo dos Bens Avaliados Abril de 1936 – Kassem Mamed Gandor.

Resumo dos Bens Avaliados	
Mercadorias Gerais	31:012\$789
Moveis e Utensílios	5:786\$000
Borracha	19:482\$000
Sernambi	480\$000
Semovente (animais de carga – mulas)	4:500\$000
Imóveis	21:700\$000
Objetos de Uso Pessoal	1:691\$000
Dinheiro em Caixa	379\$100
Caderneta do Banco do Acre	95\$000
Ações do Banco do Acre	5:000\$000
Moedas Estrangeiras de Ouro e Prata	292\$500
Moedas Nacionais	5\$500
Sub total	90:423\$889
Deduzindo-se as Seguintes Dívidas	
Banco do Acre	3:000\$000
Nagib Mamed	1:840\$700
Pires Franco & Cia	7:222:\$900
Importadora de Ferragens S.A	2:172\$100
Importadora de Ferragens S.A	2:172\$100
Nicolau Contes & Cia	3: 463\$500
Pires Guerreiro & Cia	2:000\$000
Pires Guerreiro & Cia	2:128\$600
Pires Guerreiro & Cia	762\$800
Banco do Brasil	6:000\$000
J.P. Alves & Cia	17:500\$000
Valor Aproximado das Custas do Inventario	1:000\$000
Ficando o Monte Reduzido a	41:161\$190
Legados Instituídos no Testamento	
20% do Valor do Monte para José Tabeja	8:232\$238
Loja Maçônica Igualdade Acreana	1:000\$000
Francisca Dantas Sobrinho	3:000\$000

⁴⁴Recurso Extraordinário STF nº 5108. Rio Branco, 31 dez. 1949 (Inventário). **Kassem Mamed Gandor**. f. 154.

Resta para os Herdeiros**28:928\$952**

Assim Dividida:

Assem Mamed Gandor, irmão do de-cujus metade. 14:464\$476

Assem Mamed Gandor, Chaim Mamed Gandor e Mahmud 14:464\$476

Mamed Gandor, a outra metade.

Rio Branco, 20 de Abril de 1936.

Fonte: Recurso Extraordinário STF nº 5108. Rio Branco, 31 dez. 1949 (Inventário). **Kassem Mamed Gandor**. f. 36-38.

O Governador do Território Federal do Acre, em 05 de julho de 1937, oficializou o juizado de Rio Branco sobre o recebimento de uma carta em que os herdeiros de Kassem El Gandour, falecido nesta capital, residente em Gharifé-El-Chouf, Republica libanesa, pedem providencias sobre a distribuição da respectiva herança constante do testamento, que dizem estar registrado no cartório do tabelião Antônio da Silva Rebelo.

É a primeira vez que os herdeiros se manifestam no processo, decorridos quase três anos da morte de Kassem Mamed Gandor.

Posteriormente, foi juntada ao processo uma procuração datada de 29 de maio de 1939, feita pelos herdeiros de Kassem Mamed Gandor, nomeando o mesmo Salim Mustafa Assem, anteriormente testamenteiro do falecido, como procurador dos herdeiros, com amplos, total e irrestritos poderes para tratar dos assuntos relacionados à herança deixada por Kassem Gandor a seu irmão e sobrinhos, tendo em vista que todos eram libaneses e residiam no Líbano. O documento foi enviado em sua versão original em árabe, acompanhado por uma versão traduzida para o português, por tradutor juramentado, com o reconhecimento do consulado brasileiro em Beirute. A procuração foi assinada pelos seguintes herdeiros:

- Nazha Hassan Gandur e seu marido Kayed Hassan Harb.
- Jabin Hassan Gandur Hard e seu marido Soleiman Amin Abu Diob.
- Bahia Chain Gandur e seu marido Mahanna Motaweh.
- Rachid Soleiman Gandur, procurador do herdeiro Hossain Kassem Gandur.

Em 10 de abril de 1940, o Curador Geral envia ao juizado de Rio Branco, expediente com o seguinte teor:

O Curador Geral usado das atribuições que a lei lhe confere, vem requerer a V. Ex.^a. O seguinte. O Decreto Lei Nº1907, de 26 de dezembro de 1939, determina no seu artigo 1º o seguinte: ‘Além dos casos previstos no código civil, considera-se jacente à herança, se o falecido, nacional ou estrangeiro,

tiver sido solteiro ou viúvo e não houver deixado testamento nem ascendentes, descendentes ou irmão herdeiros e sobrevivente, notoriamente conhecidos'. Estatue o art. 2º do citado Decreto-lei: 'Decorrido seis meses da morte do de-cujus, sem que herdeiros referidos no artigo primeiro, do citado decreto-lei, se tenha habilitado a sucessão, considerar-se-ão vacantes os bens da herança jacente'. A exposição feita se aplica integralmente ao inventário dos bens de Kassem Mamed Gandor, sírio falecido nesta cidade – Rio Branco – no dia 20 de agosto de 1934. Até a presente data, ainda não se habilitaram os herdeiros do de-cujus, incorrendo toda a herança nos dispositivos do Decreto-lei, Nº 1907. De 26 de dezembro de 1939. A Curadoria Geral requer a V Ex.^a seja declarada a vacância e a herança deferida à União, tudo na conformidade da lei. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se aos processos em curso⁴⁵.

A entrega dos bens de espólio de Kassem Gandor à União deveria ter sido um alívio para Salim Mustafa, por livrá-lo das responsabilidades com a herança, pois foi exatamente isso que ele havia solicitado em julho de 1937, e que foi negado pelo juizado; no entanto, Salim Mustafa não ficou satisfeito com a nova decisão do juizado e na condição de inventariante e agora também procurador dos herdeiros, por meio de seu advogado, recorreu da decisão, tentando reverter o processo. A Curadoria Geral, na pessoa do Promotor Público, manifestou-se contra o recurso de Salim Mustafa, usando dos seguintes argumentos:

Salim Mustafa Assem, deste que terminou o inventário se tornou simplesmente depositário dos bens deixados pelo de-cujus, para a imediata entrega dos mesmos, a quem de direito. Fossem os herdeiros, caso tivessem se habilitados dentro do prazo legal, seja hoje a União Federal. Cabia ao apelante, cumprir o que lhe determina a lei, e nunca se revoltou contra uma sentença que foi preferida dentro dos termos claros do Decreto-Lei 1907, de 1939. Apresente apelação é recurso de chicana, e acoberta fatos, que o silêncio ordena segredos⁴⁶.

Da apelação feita por Salim Mustafa, o Procurador da República foi do seguinte parecer, datado de Rio Branco, 17 de junho de 1940.

[...] Pela leitura do artigo 6º, do citado Decreto-Lei (1907), se vê que a lei entrou em vigor na data de sua publicação e aplica-se aos processos em curso. Estamos, pois, em frente de lei declaradamente retroativa e perfeitamente constitucional, nos termos da constituição de 1937. Examinados e devidamente estudados os presentes autos [...]. Sou, pois, de

⁴⁵Recurso STF nº 14746. Rio de Janeiro, 10 mai. 1948. Salim Mustafa Assem. f. 201. (Esp. Kassem Mamed Gandor).

⁴⁶Ibidem, f. 207.

parecer seja negado provimento a apelação interposta pelo inventariante Salim Mustafa Assem [...]. Por já ter decorrido muito mais de seis meses, da morte do de-cujus, e nenhuma habilitação de herdeiros fora requerida, para se confirme a sentença apelada que esta prolatada dentro da lei dos princípios de direito⁴⁷.

Em vinte e seis de janeiro de mil novecentos e quarenta e quatro, dez anos após a abertura do testamento e do processo de inventário – no testamento Kassem Gandor, estipulou como uma de suas ultimas vontade que o processo de liquidação de seus negócios deveria ocorrer em um prazo máximo de dois anos, improrrogáveis –, Salim Mustafa Assem apresentou sua prestação de contas finais da testamentaria e inventariança a seu cargo, dos bens deixados por pelo falecido Kassem Mamed Gandor, bens estes que fara partilhados, mas posteriormente julgados como herança jacente sob o fundamento da falta de comparecimento e habilitação dos herdeiros, todos alias, citados por edital para os fins do inventário. Foi entregue ao representante da Fazenda Nacional todo o acervo (patrimonial) do falecido.

A Procuradoria da Republica no Território Federal de Acre emitiu um parecer concordando em parte com o relatório de “contas finais” apresentado por Salim Mustafa, impugnando o pagamento de duas parcelas computadas, de quatro mil cruzeiros e seis mil cruzeiros respectivamente, correspondentes a honorários de advogados.

Verifica-se que há uma primeira parcela de honorários de dois mil cruzeiros⁴⁸ perfeitamente justa, ou vista como tal... Já assim não sucede como a segunda parcela de honorários, de quatro mil cruzeiros, Cr\$ 4.000,00, pago ao mesmo profissional, para o mesmo inventario, como exageradíssimo, é a ultima, de novos honorários, agora de seis mil cruzeiros Cr\$ 6.000,00 para o trabalho ligeiro desta prestação de contas, cujo valor não ascende à cifra de Cr\$ 25.015,10, (vinte e cinco mil, quinze cruzeiros e dez centavos), um processo sumário e de feição administrativa. Honorários que excedem a tabela comum dos serviços profissionais de advocacia nesta comarca, em feito de tal natureza, acrescentando que nos autos não consta nenhum comprovante de tal pagamento [...]. Por estas razões, concordando com as demais contas apresentadas pelo Sr. Salim Mustafa Assem, glosa e impugno as duas citadas parcelas de honorários ultimo, no montante de dez mil cruzeiros... Rio Branco, 31 de jan. 1944⁴⁹.

⁴⁷Ibidem, f. 217.

⁴⁸Decreto-lei 4.791, de 05 de outubro de 1942, instituiu o CRUZEIRO com equivalência a UM MIL RÉIS – Na conversão do mil réis para o cruzeiro, corta-se três zeros. Disponível em: < http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm>. Acesso em 07 jan. 2015.

⁴⁹Prestação de Contas, por Salim Mustafa Assem nº 4769. Rio Branco, 26 jan. 1944. (inventário: Kassem Mamed Gandor) f. 7-8. AHTJ-AC.

O procurador se queixa ainda que Salim Mustafa Assem foi reiteradamente intimado a prestar contas dos bens e a fazer a entrega de todo o acervo ao representante da Fazenda Nacional, em virtude de sentença tramitada em julgado que declarou vacante e devoluto à União o dito patrimônio.

Ao proferir a sentença, o juiz acatou a impugnação feita pelo Procurador da República, destacando a praxe seguida no fórum brasileiro em que os advogados recebam seus honorários calculados em dez por cento nos processos administrativos, e vinte por cento nos contenciosos, sobre as respectivas ações. Considerando que o valor da prestação de contas era de Cr\$ 25.015,10 (vinte e cinco mil, quinze cruzeiros e dez centavos), deve-se nesta base computar os dez por cento dos honorários advocatícios, ou seja, Cr\$ 2.501,51 (dois mil, quinhentos e um cruzeiro e cinquenta e um centavo), valor bem inferior aos dez mil cruzeiros pleiteados inicialmente.

A sentença também determinou o prazo de quarenta e oito horas para Salim Mustafa recolher o saldo do acervo de Kassem Mamed Gandor e entrega-lo ao representante da União.

Foram entregues em juízo, ao Procurador Regional da Fazenda Nacional, os bens que pertenceram ao espólio de Kassem Mamed Gandor, como herança jacente os itens abaixo:

- a) Saldo em dinheiro da prestação de contas pelo testamenteiro Cr\$ 9.520,00 (nove mil, quinhentos e vinte cruzeiros).
- b) Uma casa situada a Rua 24 de Janeiro – Rio Branco, construída em madeira e coberta de zinco, com sobrado, contendo três portas de frente, em terreno próprio, medindo seis metros de frente e noventa e cinco de comprimento, avaliada em Cr\$ 1.800,00 (mil e oitocentos cruzeiros).
- c) Uma segunda casa também na Rua 24 de Janeiro – Rio Branco, construída em madeira, coberta de zinco, assobradada, em terreno próprio com seis metros de frente e sessenta e quatro metros de comprimento, avaliada em Cr\$ 1.900,00 (mil novecentos cruzeiros).
- d) Uma terceira casa situada a Rua 17 de Novembro - Rio Branco, com sobrado, construída em madeira e coberta de zinco, com quatro portas de frente, com terreno medindo nove metros de frente e vinte e seis de fundo, avaliada em Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros).
- e) Moveis e utensílios para estabelecimento comercial. Avaliados Cr\$ 3.150,00 (três mil e cento e cinquenta cruzeiros).

O somatório do patrimônio resulta na importância de Cr\$ 34.370,00 (Trinta e quatro mil, trezentos e setenta cruzeiros).

Na condição de Procurador dos herdeiros, Salim Mustafa recorreu em varias ocasiões da sentença que considerou vacante a herança de Kassem Gandor. O Decreto-Lei N° 8.207, de 22 de novembro de 1945, revogou algumas das disposições do Decreto-Lei 1907, possibilitando novo recurso no sentido de reaver os bens que foram partilhados entre os herdeiros de Kassem Mamed Gandor.

De forma resumida, o processo de inventário de Kassem Gandor percorreu o seguinte trajeto até o desfecho final em 1966:

Após o falecimento de Kassem Mamed Gandor, em 20 de agosto de 1934. Os herdeiros testamentais que residiam no Líbano, não se manifestaram. Tendo sido julgada a partilha em 23 de novembro de 1936, os herdeiros não compareceram para receber os respectivos quinhões. Vieram se manifestar em princípios de 1937, por carta ao Governador do Território Federal do Acre. Mas antes de se fazer representarem em juízo, a herança foi julgada vacante. Em 11 de abril de 1940, o juiz da Comarca de Rio Branco – Comarca do Inventário – atendendo ao pedido da promotoria pública – Curador Geral – nos termos do Decreto-Lei N° 1907, de 26 de dezembro de 1939, julgou vacantes os bens deixados a esses herdeiros, residentes no exterior, adjudicando-os a União. Houve apelação do inventariante. A apelação foi julgada deserta em 1° de fevereiro de 1943. Os bens foram entregues a União em 1944. Em 1946, o Decreto-Lei N° 1907, foi revogado, os herdeiros: irmão e sobrinhos de Kassem Mamed Gandor, por seu procurador – Salim Mamed Assem – reivindicaram novamente a herança. A lei revogadora não veio com efeitos retroativos. Desatendidos, só em maio de 1951, sete anos depois, os herdeiros vieram acionar a União. Havia prescrição quinquenal. Os herdeiros, por seu representante entraram com apelação cível no Tribunal Federal de Recursos – Rio Janeiro, mas no Acórdão publicado em 23 de abril de 1957, os membros da 1° Turma do Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade de votos considerou a ação como prescrita.

Não se conformando com o resultado do Acórdão, os herdeiros, por seu representante, interpuseram recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, que após a manifestação das partes, finalmente, em 10 de maio de 1966, emitiu a decisão: “por unanimidade dos votos, não conheceu do recurso”. Esta decisão encerra o processo que se arrastou por quase 32 anos.

Neste caso, dois aspectos chamam a atenção, a diferença de posturas entre o moribundo Kassem Gandor e o inventariante por ele nomeado, Salim Mustafa Assem. O primeiro, prevendo a morte, teve a atitude generosa de recompensar as pessoas que lhe eram próximas: o auxiliar de comércio José Tabeja e a companheira Francisca Dantas Sobrinho. É bem verdade que o falecido tinha três imóveis e não deixou nenhum para sua companheira, apenas a mobília da casa lhe pertencia. No entanto, os três contos de réis, recebidos como legado, permitiriam a compra de uma residência. O legado de Um conto de réis à Loja Maçônica Igualdade Acreana evidencia a possibilidade de Kassem ser um membro da maçonaria acriana. Por fim, Kassem se preocupa com seus familiares no Líbano, tornando o irmão e os sobrinhos, filhos de outros dois irmãos falecidos, como seus herdeiros. E para garantir o cumprimento de sua última vontade, nomeia como testamenteiro dois comerciantes, ambos patrícios de sua confiança. Precavido de tantos cuidados, com testamento registrado em cartório e testamenteiros da mais estrita confiança, é provável que Kassem Mamed tenha imaginado que poderia “partir para o descanso eterno” em paz; afinal, o quê poderia dar errado?

O contraste foi à postura do testamenteiro. Desde o início, do processo, assumiu uma atitude oportunista. De forma flagrante, por três ocasiões, tentou vilipendiar o espólio. Na primeira, se incluiu, como credor do espólio, da importância nada modesta (comparada aos valores dos outros inventários) de Rs. 17:232\$900, que foi considerada improcedente pelos peritos contábeis que periciaram os livros da firma de Kassem Gandor e constataram a fraude. O pagamento foi impugnado em definitivo. Posteriormente, solicitou ao juizado que lhe arbitrasse um prêmio de testamentaria, pois não recebera nenhum benefício do inventário. Este é um pedido estranho. Nos demais testamentos abordados neste estudo, não se verificou entre os testamenteiros nenhum pedido desta natureza, ficando a impressão de que as pessoas que aceitavam estes encargos o faziam por consideração à memória do amigo falecido. No caso de Salim Mustafa, parece que assumira o encargo esperando alguma forma de recompensa. O juiz foi razoável e concedeu a Salim três por cento de comissão sobre o valor do monte líquido do espólio 1:379\$200. O terceiro ardil de Salim foi inflar o valor dos honorários advocatícios. Para a elaboração de uma peça processual administrativa (prestação de contas do inventário), que por sinal já se arrastava por dez anos, Salim Mustafa estava disposto a pagar Dez mil Cruzeiros. Valor considerado absurdo pela procuradoria da República, que recomendou o pagamento dos honorários na razão de dez por cento do valor da causa. Os honorários advocatícios foram reduzidos para Cr\$ 2.501,51.

O tempo durante o qual o processo se arrastou é impressionante. Para um inventário que deveria ser executado em dois anos, ter durado quase trinta e dois é algo inusitado. Os herdeiros surgem no processo em uma única ocasião, através de um documento endereçado ao governo do Território, que o encaminha ao juizado. Em seguida, é juntada ao processo uma procuração dos herdeiros dando pleno poderes a Salim Mustafa. Todas as ações interpostas ao processo foram feitas por Salim Mustafa em nome dos herdeiros, que não mais se manifestaram. Tem-se a impressão que Salim era o tipo de homem que não costumava aceitar “NÃO” como resposta. Salim morreu em 1962, o recurso julgado no STF, em 1966, foi interposto em 1951. Após a morte do abnegado defensor dos direitos dos herdeiros de seu amigo Kassem Mamed Gandor, o processo foi arquivado. A União foi o depositário final do espólio.

1. 2. 21. Bachir Dannáuy⁵⁰

Antissar Dannáuy apresentou em juízo Processo de liquidação de Firma comercial deixada pelo falecido marido, Bachir Dannáuy. O processo não menciona a data de falecimento nem a causa da morte. O falecido não deixou testamento. A liquidação do acervo comercial foi proposta pela viúva Antissar Dannáuy, para fazer a partilha entre seus cinco filhos menores e herdeiros.

Descrição dos bens: Estabelecimento comercial na Rua 17 de novembro, nº 63, Segundo Distrito, Rio Branco. Com o seguinte acervo: conforme balanço de 31 de agosto de 1955.

Quadro 06 – Inventário: Bachir Dannáuy

Caixa – saldo	Cr\$	20.221,80
Imóveis – duas casas	Cr\$	350.000,00
Moveis e utensílios	Cr\$	31.500,00
Mercadorias	Cr\$	1.746.208,50

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC

Totalizando patrimônio no valor de Cr\$. 2.147.930,30 (Dois milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentos e trinta cruzeiros e trinta centavos), a serem partilhado entre os herdeiros.

⁵⁰Liquidação de Firma de Bachir Dannáuy nº 6395. Rio Branco, 29 set. 1955. **Antissar Dannáuy**. AHTJ-AC.

1. 2. 22. Salim Mustafa Assem⁵¹

Assem, 85 anos, faleceu em Rio Branco em 23 de junho de 1962. Era comerciante, solteiro, natural de Beirute, nascido em 1877 (dia e mês imprecisos), com testamento. Vitimado, segundo atestado de óbito, por arteriosclerose generalizada. Se havia algo que Salim Mustafa conhecia com experiência de causa era o provimento de um testamento. Assim que percebeu os sinais de sua própria finitude, tratou de lavrar um testamento. Por algum motivo não identificado, escolheu um Cartório na cidade de Belém, Pará.

Testamento de Salim Mustafa Assem.

Em nome de Deus, amem. Prevendo a morte, eu que já estou no outono da vida, faço pelo presente as minhas disposições acerca dos bens que possuo, esperando, que os meus herdeiros colaterais saibam zelar as tradições da família, viver sempre unidos, ajudando-se reciprocamente. Apesar de viver ausente do berço natal, mais de meio século somente no Acre, procurei sempre cumprir o meu dever, trabalhando honestamente, auxiliando os meus parentes e amigos, procurando fazer o maior bem possível, a fim de me tornar digno do respeito e estima dos meus semelhantes. Declaro que sou natural de Beirute. Chamando-me Salim Mustafa Assem [...] sou solteiro, comerciante no Acre e Belém do Pará: Deixo a meu irmão Calil Mustafa Assem, casado com Ermínia Mustafa Zagoury a quantia de quinhentos mil cruzeiros. Se este já não existir passará esse dinheiro para sua família... Tendo falecido meu irmão Rachid Mustafa Assem e igualmente sua mulher Adibé Abdala Rekchny, deixo o quinhão que cabia a estes para os filhos do casal, meus sobrinhos... Tendo falecido meu irmão Nagib Mustafa Assem, casado com Hadie Amin Nasser Din, deixo aos meus sobrinhos, filhos do casal, que vivem em Beirute, para cada um dos homens cem mil cruzeiro e para as mulheres cinquenta mil cruzeiros... Tendo falecido minha irmã Jamile Mustafa Assem, casada que foi com Mamed Kassem Aiache, também falecido, deixo para cada uma das minhas sobrinhas, filhas deste casal, cinquenta mil cruzeiros para cada uma... Deixo cerca de vinte afilhados que tenho cujos nomes não me recordo, dois mil cruzeiros, para cada um. Meu testamenteiro pagará com apresentação da certidão de batismo. Deixo para os hospitais de Rio Branco, Xapuri e Brasileia, mantidos pelo Governo do Acre, dez mil cruzeiros para cada um. Igual quantia-dez mil cruzeiros-deixo para o Leprosário de Rio Branco-Acre. Deixo o seringal denominado “São Francisco”, situado no Riozinho, município de Rio Branco, contendo cerca de 150 estradas de seringueiras ao meu sobrinho Chafic Rachid El-Husny... Com a cláusula de inalienabilidade que me faça o favor de estender aos seus herdeiros e sucessores, a fim de que o nome de Mustafa fique perpetuado no Acre, terra onde tive minhas ilusões, trabalhei e sofri, de onde tirei proventos para minhas subsistência e auxílio a meus amigos parentes. Deixo o remanescente para meus sobrinhos Chafic Rachid El-Husny e Adib Nagil El-Husny, meus futuros sócios na firma que vou fundar sob a denominação de Mustafa & Sobrinhos, nesta capital, firma que continuará pelos espaços de dois anos até liquidar todas suas transações. O imposto de herança será pago do próprio monte. Quero que meus

⁵¹Testamento nº 6960. Ri Branco, 24 jul. 1962. **Salim Mustafa Assem**. AHTJ-AC.

herdeiros e legatários recebam o que deixo integralmente. Nomeio meus testamenteiros em primeiro lugar meu irmão Cali Mustafa Assem. Em segundo lugar meu sobrinho Chafic Rachid El-Husny. Em terceiro lugar Anísio Abdon Bestene, os dois últimos residentes em Belém e aquele em Manaus. Recomendo a qualquer dos três que tome por advogado o Dr. José Alves Maia, meu velho amigo, residente em Belém, onde quer que seja aberto este meu testamento. Quero que se cumpra esta e as demais recomendações, sem restrições... Belém, 16 de Fevereiro de 1950.

Salim veio a falecer doze anos após o registro de seu testamento. Morreu com 85 anos, teve uma vida longa até para os padrões atuais. Seu sobrinho tornou-se o testamenteiro, após a morte de Calil Mustafa Assem em 17 de março de 1954. Chafic Rachid nomeou o advogado Francisco d'Oliveira Conde para lhe representar perante a Justiça no processo de inventário dos bens de seu falecido tio. Em seu testamento, distribui parte da herança a irmão e sobrinhos, filhos dos irmãos falecidos, alguns residentes em Belém, outros no Líbano, seus mais de vinte afilhados. Determina que bastaria apresentar o atestado de óbito para receber sua parte. Deixa doações para os Hospitais Públicos de Rio Branco, Xapuri e Brasileia, além do Leprosário em Rio Branco. No mesmo testamento, Salim Mustafa foi de uma generosidade formidável, generosidade esta que parece que lhe faltara quando testamenteiro de Kassem Gandor. Mas Salim Mustafa tem uma preocupação: a posteridade, uma propriedade em particular, não poderia ser alienada (vendida), deveria pertencer aos sucessivos descendentes para perpetuar o nome “Mustafa” em terras acrianas. Não sabemos se a recomendação foi mantida, mas o primeiro ato do testamenteiro, seu sobrinho Chafic Rachid, foi nomear o advogado Francisco d'Oliveira Conde para lhe representar perante a Justiça no processo de inventário dos bens. A recomendação de Salim Mustafa era que fosse nomeado advogado do inventário o Dr. José Alves Maia, seu velho amigo, residente em Belém.

1. 3. Comentário

Após concluirmos a análise dos vinte e dois processos de inventários acima, que se estenderam pelo período de 1913 a 1962, temos uma pequena radiografia estática, no tempo e no espaço, que inclui fragmentos com evidências, que nos permite encaixar as peças do quebra cabeças da imigração síria e libanesa no Acre nas primeiras décadas do século XX. Os quadros (07 e 08), abaixo demonstram de forma sintética alguns aspectos que iluminam o perfil destes imigrantes, tais como: estado civil; nacionalidade; acesso a oportunidades entre

gêneros; as principais causas de morte entre o grupo pesquisado; Registro de testamento; Patrimônio e Beneficiários dos bens.

Quadro 07 – Processos Post Mortem das Cidades de Rio Branco e Sena Madureira

ANO	TIPO	INVENTORIADO	LOCAL	ID.	E. CIV.	NACION.
1913	Arrecadação de Espólio	José Mussi	S. Madureira	--	--	Sírio
1914	Arrecadação de Espólio	Sadala Hautes	Rio Branco	--	Solteiro	Libanês
1914	Arrecadação de Espólio	Said Buhamn	S. Madureira	--	Solteiro	Sírio
1919	Arrecadação de Espólio	Mahmud Carrun	Rio Branco	--	Viúvo	Sírio
1920	Arrecadação de Espólio	Assad João	S. Madureira	--	Solteiro	Sírio
1921	Arrecadação de Espólio	Abdon Haffir	Rio Branco	--	Solteiro	Sírio
1922	Inventário	Jorge Jacob Chamma	S. Madureira	35	Casado	Sírio
1923	Arrecadação de Espólio	Amid Assefe	Rio Branco	--	Solteiro	Sírio
1924	Arrecadação de Espólio	Antônio Miguel	S. Madureira	50	Solteiro	Sírio
1927	Arrecadação de Espólio	Felippe Huatt	S. Madureira	--	--	Sírio
1929	Arrecadação de Espólio	Jamil Arack	Rio Branco	--	--	Sírio
1929	Arrecadação de Espólio	Zacharias Assen Zehir	Rio Branco	65	Solteiro	Sírio
1931	Inventário	Mansour Chedick	S. Madureira	--	Casado	Sírio
1933	Arrecadação de Espólio	Assem Omar	Rio Branco	--	Solteiro	Sírio
1938	Inventário	Antonina de Castro Assef	S. Madureira	--	Casada	Síria
1938	Arrecadação de Espólio	Farideé Caram	S. Madureira	55	Casada	Síria
1939	Arrecadação de Espólio	Ibrahim Ohab	S. Madureira	--	Casado	Sírio
1946	Inscrição de Testamento	Benjamim Salim Cadi	Rio Branco	58	Casado	Sírio
1947	Inscrição de Testamento	Jose Mamed Araque	Rio Branco	70	Casado	Libanês
1951	Ação Ordinária	Kassem Mamed Gandor	Rio Branco	45	Solteiro	Sírio
1955	Liquidação de Firma	Bachir Dannáuy	Rio Branco	--	Casada	Libanesa
1962	Apresentação de Testamento	Salim Mustafa Assem	Rio Branco	85	Solteiro	Libanês

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

Nos vinte e dois processos de inventários analisados neste capítulo, podemos visualizar aspectos que revelam o perfil dos imigrantes sírios e libaneses que se estabeleceram no Acre.

- **Estado civil:** prevelecência do grupo de solteiros, com pequena margem de diferença sobre o grupo dos casados, caracterizando o perfil de homens dispostos a se aventurarem em busca de oportunidades. Distribuídos da seguinte forma: dez eram solteiros (45,5%); oito eram casados (36,3%); um era viúvo (4,55%) e três, tinham condição não especificada (13,7%).
- **Nacionalidade:** quem é sírio e quem é libanês? Percebe-se uma fluidez quanto à identidade nacional, que vai se modificando com a transformação do panorama geopolítico no Oriente Médio, principalmente após o surgimento dos estados nacionais do Líbano e da Síria nos anos quarenta. Em processos anteriores ao termino da Primeira Guerra Mundial, há imigrantes que durante a qualificação processual, quando perguntados sobre sua nacionalidade, respondem serem “natural da Síria, nascido em Beirute, Império da Turquia” – a pessoa se considerava síria, libanesa e turca em um só tempo – nos processos analisados, dezoito imigrantes foram identificados como sírios (81,9%) e quatro como libaneses (18,2%). Mas este é um dado controverso. Das quatro pessoas que se identificaram nos processos como libanesas, com exceção de Sadala Hautes (1914), os demais o fizeram a partir dos anos quarenta, quando a República do Líbano se tornara uma realidade. Quanto aos imigrantes que se identificaram como sírios, como vimos nos processos estudados, boa parte deles se dizem sírios nascidos em Beirute. Portanto, não restam dúvidas de que a grande maioria destes imigrantes eram de fato libaneses, e não sírios, como aparece no quadro, que reflete os processos.
- **Oportunidades entre gêneros:** Entre os inventariados, vinte eram homens (90,9%) e apenas duas mulheres, sendo que uma – Antonina de C. Assef – não possuía bem algum a partilhar (9,1%). Este tópico é um indício sobre o quanto eram difíceis as oportunidades e as condições de existência para o sexo feminino entre o grupo de imigrantes estudado. Isto talvez explique a atitude de mulheres como Nazareth de António e Maria Magdalena (no capítulo a frente), que aceitaram se submeter a condição degradante, esperando serem “amparadas” por seus companheiros.

**Quadro 08 – Processos Post Mortem das Cidades de Rio Branco e Sena Madureira:
Bens Arrecadados**

ANO	INVENTORIADO	CAUSA/MORTE	TEST.	VALOR	BENEFICIADOS
1913	José Mussi	Doença desconhecida	Não	1:200\$00	A União Federal
1914	Sadala Hautes	Baleado: acidente de caça	Não	Não declarado	O Irmão
1914	Said Buhamn	Doença desconhecida	Não	Não declarado	A União Federal
1919	Mahmud Carrun	Assassinado	Sim	Não declarado	Filho
1920	Assad João	Afogamento: Rio Iaco	Não	87\$000	A União Federal
1921	Abdon Haffir	Causa desconhecida/ não especificada	Não	107\$200	A União Federal
1922	Jorge Jacob Chamma	Oclusão intestinal - conforme processo	Não	7:644\$420	Esposa e filhos
1923	Amid Assefe	Causa desconhecida/ não especificada	Não	2:220\$200	A União Federal
1924	Antônio Miguel	Causa desconhecida/ não especificada	Não	Não declarado	O Sócio
1927	Felippe Huatt	Hepatite aguda - conforme processo	Não	Não declarado	A União Federal
1929	Jamil Arack	Causa desconhecida/ não especificada	Não	4:612\$500	A União Federal
1929	Zacharias Assen Zehir	Ferimento produzido por arma de fogo	Não	2:002\$500	Os credores
1931	Mansour Chedick	Causa desconhecida/ não especificada	Não	300\$000	A Esposa
1933	Assem Omar	Causa desconhecida/ não especificada	Não	690\$900	A União Federal
1938	Antonina de Castro Assef	Causa desconhecida/ não especificada	Não	Não havia bens	Não havia bens a partilhar
1938	Farideé Caram	Neoplasia no fígado - conforme processo	Não	8:000\$000	A União Federal
1939	Ibrahim Ohab	Causa desconhecida/ não especificada	Não	99:629\$920	A esposa
1946	Benjamim Salim Cadi	Causa desconhecida/ não especificada	Sim	Não declarado	Irmão e esposa
1947	Jose Mamed Araque	Diabetes - conforme processo	Sim	Não declarado	Os filhos
1951	Kassem Mamed Gandor	Tuberculose - conforme processo	Sim	90:423\$889	Por vacância - a União Federal
1955	Bachir Dannáuy	Causa desconhecida/ não especificada	Não	2.147.930,30	Esposa e filhos
1962	Salim Mustafa Assem	Arteriosclerose generalizada	Sim	Não foi feito inventário	Os familiares

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Do quadro acima, extraímos os seguintes resultados:

- **Causas da morte:** Para os imigrantes sírios e libaneses no Acre, o maior perigo que enfrentavam era as doenças tropicais, combinadas com a falta ou ausência de assistência médica, conforme os percentuais expostos. Os oito imigrantes cujas mortes

foram descritas como causa desconhecida, muito provavelmente, foram vítimas de doença e morreram sem assistência; portanto, a causa da morte não pôde ser identificada: dez imigrantes foram vitimados por doenças (45,5%); oito morreram de causas desconhecidas - provavelmente doentes - (36,4%); dois foram vítimas de acidentes (9,1%); outros dois foram assassinados (9,1%).

- **Testamento:** Fica claro que testamento é opção de quem tem patrimônio. O nobre argumento de deixar a terra natal, abandonar a família e viver com a angústia da ausência dos parentes era um sacrifício que o imigrante fazia em nome da família, era só um discurso. Muitos vieram por seus próprios interesses. A grande maioria não se preocupou em fazer testamento, talvez porque não tivesse patrimônio algum ou foi surpreendido pela morte e não teve tempo de fazê-lo. Alguns dos que formaram patrimônios consideráveis, como Kassem Gandor e Salim Mustafa, preocuparam-se em agraciar familiares no Brasil e no Líbano. Antônio Miguel não fez testamento, tornou sócio de sua firma a pessoa que escolheu para ser o beneficiado de seu legado, provavelmente, um ardil para afastar familiares inconvenientes. A grande maioria (dezessete pessoas) morreu sem deixar testamento (77,28%). Apenas cinco pessoas fizeram testamento (22,73%).
- **Patrimônio:** Percebe-se que ganhar dinheiro no Acre não era tarefa simples. A maioria acabou morrendo pobre ou simplesmente em condições medianas. Nove imigrantes não possuíam declaração do valor dos bens patrimonial (41%); oito inventariados possuíam patrimônio de até Cinco contos de réis (36,3%); Dois inventariados possuíam patrimônio entre cinco e dez contos de réis (9,1%); três inventariados possuíam patrimônio acima de dez contos de réis (13,7%).
- **Beneficiados no inventário:** Em primeiro lugar, a união - devido à precariedade das comunicações, nem sempre era possível avisar o consulado no Rio de Janeiro. Em outros, por ausência de herdeiros. Enfim, em dez casos, a união, por ausência de herdeiros ou vacância (45,5%), foi a beneficiária do produto dos sonhos, do suor, e das aventuras dos imigrantes sírios e libaneses no Acre. Em seguida, os familiares também conseguiram em muitos casos receber parte das heranças. Em nove casos, os familiares foram beneficiados (41,1%). Dos três inventários restantes, um beneficiou o sócio; no segundo, o saldo foi para pagar os credores; e o terceiro não possuía bens a partilhar.

2. VIOLÊNCIA E CONFLITOS AFETIVOS

O jornal *Correio do Acre*, de cinco de agosto de 1923, publicou uma matéria alertando a sociedade, em particular as mulheres, para terem “cuidados” ao contraírem casamentos com homens sírios de religião mahometanos (islâmica). A preocupação foi motivada por um ofício encaminhado ao Itamaraty, pelo Consul honorário do Brasil em Beirute, que relatou casos de mulheres brasileiras que haviam se casado no Brasil com homens sírios muçulmanos e levadas para o Líbano e Síria por seus maridos. Em novas terras, foram surpreendidas por diferenças de costumes próprios do Islã, tais como: poligamia, submissão à condição de inferioridade da mulher na comunidade muçulmana, além do rótulo de infiel, pelo fato de serem cristãs, quase sempre católicas, em meio a sociedades majoritariamente islâmicas. O choque entre as diferenças culturais resultou em certos casos em humilhação, escárnio ou abandono por parte de seus maridos em meio a uma terra estranha e hostil para mulheres católicas divorciadas. Uma matéria de conteúdo alarmante.

O despacho do Ministro das Relações Exteriores brasileiro não foi muito animador para mulheres brasileiras vítimas de tal infortúnio, considerando que não havia amparo legal para custear despesas de repatriação motivadas por divórcios. Portanto, as mulheres que contraíssem matrimônios com sírios e libaneses muçulmanos e por ventura fossem morar com seus maridos no Oriente Médio, estariam por conta e risco. O artigo intitulado “Brasileiras abandonadas na Síria e o que resolve o Ministro do Exterior” provavelmente foi publicado em outros jornais pelo Brasil afora, mas, considerando o índice de analfabetismo nos anos vinte, bem como o pouco público que tinha acesso a informação impressa, é possível que a informação não tenha tido grandes repercussão, em particular no interior do país, como o Acre.

Brasileiras abandonadas na Síria e o que resolve o Ministro do Exterior.

Em ofício dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Fortunado Sellan, Consul honorário em Beirute, relata que por várias vezes, tem sido procurado por senhoras brasileiras, que se casando no Brasil com sírios mahometanos e levadas para a Síria, lá são repelidas pelos seus maridos, que se casam com outras mulheres, como lhes permite a sua religião. Algumas vezes são elas próprias que se vêm compelidas a abandonar seus maridos, obrigadas pela família destes aos quais seduzem com perspectivas de casamentos mais vantajosos.

Por essas razões o Consul em Beirute, pediu ao Ministério das Relações Exteriores autorização para promover a repatriação das referidas senhoras. A

esse pedido deu o Itamaraty a seguinte resposta: Em solução ao ofício desse consulado nº 30, de 21 de fevereiro ultimo, comunico a V.S. que o Sr. Ministro resolveu não conceder o favor da repatriação às senhoras brasileiras casadas com sírios mahometanos, que se dirigirem ao consulado.

As referidas senhoras [...] ausentando-se do Brasil com seus maridos sem a menor coação, competindo-lhes conhecer as condições que o seu casamento com estrangeiros acarretariam.

O divórcio que lhes separou a sociedade conjugal, não estar incluído na consolidação das Leis do Corpo Consular entre as causas determinantes da repatriação. Nada impede, entretanto, quanto à segunda parte do ofício, que esse consulado, verificando tratar-se de fato, de brasileiras, auxilie como tem feito, particularmente, sem dispêndio para os cofres públicos, essas vítimas de sua própria imprudência [...] ⁵².

A correspondência entre o Consulado brasileiro em Beirute e o Itamaraty relata pedidos de auxílios feitos por mulheres brasileiras acompanhadas de filhos menores, vivendo em situações precárias no Líbano, em alguns casos devido à viuvez, em outros, por consequência de divórcios ou abandono do cônjuge. Por tratar-se de correspondência consular, o texto geralmente é árido e sintético, não trazendo maiores detalhes ou informações sobre as pessoas que solicitaram auxílio de repatriação ao consulado brasileiro.

Nos primeiros anos dos Mandatos franceses no Líbano, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, nomeou o libanês Fortunato Sellan Consul honorário brasileiro em Beirute. Ele representava os interesses do Brasil no Líbano e mantinha o Itamaraty informado sobre questões que envolvessem cidadãos brasileiros ou qualquer outro assunto de interesse de Estado.

Despacho Interno.

Diz o Consul em Beirute que quatro ou cinco brasileiras, algumas com filhos, apresentam-se no consulado solicitando socorro de repatriação, por terem sido abandonadas pelos maridos, sírios mahometanos, cuja religião admite o divórcio e a poligamia.

Parece à Seção que embora seja esse um caso em que os socorros se tornam necessários, não se deve, entretanto, tomar qualquer providencia sem a prova da nacionalidade das referidas senhoras e a verificação dos fatos alegados.

Assim convém officiar-se ao consulado para que preste a este Ministério as informações apresentadas [...] ⁵³.

Memorando

Há cerca de seis anos, os principais jornais desta capital e dos estados aconselharam as senhoras brasileiras que tivessem o máximo cuidado em

⁵²BRASILEIRAS abandonadas na Síria e o que resolve o Ministro do Exterior. **Correio do Acre**. Rio Branco, 05 ago. 1923.

⁵³DESPACHO Interno nº D 122. **Socorro de Repatriação solicitada por brasileiras ao Consulado Brasileiro em Beirute**. Assinado por Cesar de Mesquita. Rio de Janeiro. 25 abr. 1923. AHI – RJ.

contraírem matrimônio com indivíduos de nacionalidade turca, por motivo da diversidade da religião e citaram vários casos em que aqueles indivíduos logo que chegaram a Turquia, onde se permite a poligamia, casavam novamente, sujeitando a brasileira cristã aos maiores vexames, quando não as abandonavam-na.

É este o caso presente de uma senhora italiana, mãe de filhos brasileiros, que foi vítima daquela imprudência. Parece que se pode oficiar ao nosso Consul em Beirute no sentido de verificar as alegações da signatária da carta ao Sr. Ministro e, no caso afirmativo, providenciar para seu regresso e consequente repatriação dos menores brasileiros [...] ⁵⁴.

É relevante observarmos através da comunicação interna como o Itamaraty reage à demanda do consulado brasileiro em Beirute: a princípio, o assunto não estava incluído na consolidação das Leis do Corpo Consular, portanto não era questão de Estado. Segundo, o consulado, deveria ser criterioso em verificar a nacionalidade das mulheres que buscavam auxílio, se eram de fato brasileiras; em caso afirmativo, o consulado deveria ajudar, mas sem comprometer o erário publico. Mas percebe-se que os burocratas do Itamaraty aparentemente foram se sensibilizando com certos pedidos e flexibilizando as regras para a concessão do socorro de repatriamento. No memorando acima, uma senhora italiana, mãe de filhos brasileiros menores, cujo nome não foi mencionado, escreveu uma carta de pedido de auxílio diretamente ao Ministro das Relações Exteriores Brasileiro. O pedido foi autorizado, com a ressalva de verificação da veracidade das alegações feitas pela signatária da carta.

Oferta da colônia sírio e libanesa de São Paulo.

Sr. Consul.

Com referência ao V. Ofício Nº 30, de 21 de Fevereiro ultimo, confirmo o telegrama deste Ministério, s/n, de 17 do corrente. Trata-se de um oferecimento feito pela colônia sírio-libanesa de São Paulo para a repatriação das senhoras brasileiras, que foram abandonadas pelos seus maridos sírios mahometanos. Não sabendo este Ministério o número exato de brasileiras, que desejam retornar ao Brasil, para poder ser feito o calculo da importância total das passagens, roga a V.S. informar, com urgência esses dois pontos, a fim de serem tomadas providencias para o regresso das citadas brasileiras [...] ⁵⁵.

⁵⁴MEMORANDO, **Sobre Solicitação de Repatriação**. Assinado por Cesar de Mesquita. Rio de Janeiro. 14 jun. 1929. AHI – RJ.

⁵⁵OFÍCIO nº CE 3333/9 da Secretária de Estado das Relações Exteriores, para Fortunato Sellan, Consul brasileiro em Beirute. **Oferta da colônia sírio e libanesa de São Paulo, para custear despesas de repatriação de mulheres brasileiras abandonadas pelos maridos muçulmanos no Líbano**. Rio de Janeiro, 25 ago. 1923. AHI – RJ.

Sensibilizados com a situação das brasileiras no Líbano, em estado de precariedade, e possivelmente preocupados com a repercussão negativa que a imprensa estava dando ao caso, o que certamente poderia causar danos à imagem de austeridade, duramente construída pelos membros da colônia sírio e libanesa de São Paulo, ao longo de anos, a Colônia tomou a iniciativa de oferecer ao Itamaraty auxílio de custeio de despesas das brasileiras que recorreram ao consulado em Beirute, em busca de socorro de repatriamento. Parece que o cônsul em Beirute ficou surpreso ao receber um telegrama do Itamaraty com tal informação e solicitou confirmação do mesmo.

Consulado do Brasil em Beirute: informa embarque de mulheres repatriadas

Senhor Ministro do Estado.

Tenho a hora de participar a Vossa Excelência que, na data de hoje, embarcaram, no Vapor italiano “*Brasile*” para Genova, de onde seguirão em 11 de outubro, no Vapor “*Duilio*” para Rio de Janeiro, as três senhoras brasileiras cuja situação penosa já tive a honra de denunciar a este Ministério, há alguns anos passados.

Vão elas acompanhadas de seus respectivos filhos, e pela lista junta, vera Vossa Excelência, que não se trata de um número exagerado, como publicaram alguns jornais mal informados.

O Sr. Dr. Américo de Galvão Bueno, encarregado de negócios do Brasil no Cairo, veio aqui passar uns quarenta dias inquirindo por todos os meios, não encontrou, nem teve notícias de outras brasileiras em condições de serem repatriadas. E assim, fica resolvida uma questão que ocupou bastante a opinião pública.

Todas as despesas de repatriação foram pagas por intermédio do Sr. Gabriel Nicolau Sabbaga, de ordem e por conta do Sr. Basílio Jafet, industrial de São Paulo, que fez essa generosa oferta de 18 mil francos. [...] ⁵⁶.

Em Ofício de setembro de 1928, o cônsul, informa o embarque das três últimas brasileiras, com os respectivos filhos para o Brasil, parece que finalmente este caso estava resolvido, já que informa que fora feito levantamento e nenhum outro fora encontrado. Sendo as despesas do repatriamento custeadas por um membro da colônia sírio e libanesa de São Paulo.

Usando como fontes de pesquisa processos criminais e inquéritos policiais, do Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, buscamos compreender como se

⁵⁶OFÍCIO nº 8/ER do Consol brasileiro em Beirute, Fortunado Sellan, para Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores. **Repatriação de brasileiras**. Beirute, 27 set. 1928. AHI – RJ.

deram as relações afetivas e conjugais entre os imigrantes sírios e libaneses no Acre, a partir da resolução de conflitos, no âmbito do poder judiciário.

2.1. Mulheres Vítimas de sírios e libaneses no Acre.

2. 1. 1. Felipe Aly⁵⁷

A menor Jacyntha Prudência de Barros, 15 anos, cearense, órfã de pai e mãe, morava com irmãos mais velhos, em condições precárias, na zona rural de Sena Madureira. No início de maio de 1916, Jacyntha foi chamada para trabalhar como doméstica na casa de Abelardo Salazar Rodrigues em Sena Madureira, pois a esposa deste encontrava-se de resguardo e não podia cuidar dos afazeres domésticos. Jacyntha foi levada por seu irmão para casa de Salazar e começou a trabalhar, cuidando de suas atividades com presteza; no entanto, após seis dias de trabalho, seu patrão foi à delegacia denunciar o sírio Felipe Aly por sedução e defloração de Jacyntha.

Na Delegacia de Polícia, Jacyntha, esclareceu que logo que começou a trabalhar na residência de seu patrão, passou a ser “namorada” pelo turco Felipe Aly, que possuía casa de comércio nas proximidades. Sempre simpático, Jacyntha não demorou a perceber que estava sendo observada por Felipe, entretanto, nunca haviam se falado, embora por duas ocasiões, Felipe tenha tentado sem sucesso puxar conversa. Como o contato estava difícil, Felipe procurou ajuda da meretriz Maria Alves da Cruz, conhecida por “Cotinha”, para que esta levasse um recado a Jacyntha, convidando-a para ter com ele uma conversa em sua casa, prometendo a Cotinha que, caso fosse bem sucedida, seria recompensada pelo serviço. Jacyntha recebeu o recado e durante a noite, após terminar seus afazeres, aproveitou a ocasião em que “todos da casa” dormiam e por volta da meia noite, fugiu da casa de Abelardo Salazar e foi até à residência de Felipe Aly, que ficava nas proximidades. Ao chegar, foi prontamente recebida. Felipe, 27 anos, viúvo, comerciante, com dois filhos de cinco e sete anos respectivamente, parece ter se mostrado bastante convincente na promessa de casamento que fez a Jacyntha. Felipe levou Jacyntha para o quarto e tiveram relações sexuais. Como

⁵⁷Inquérito Policial Nº 018. Sena Madureira, 06 mai. 1916. **Felipe Aly** (acusado). AHTJ-AC.

atestado de sua virgindade, Jacyntha declara ao delegado que sangrou muito após o ato sexual. Em seguida, Felipe levou Jacyntha para a casa de outro turco chamado Mansour, na Rua Chandles, onde conversaram em uma língua estranha que Jacyntha não pôde compreender, e Felipe foi embora. Mansour falou para Jacyntha que Felipe havia dito que não estava mais disposto a casar. Jacyntha, furiosa, voltou à casa de Felipe sozinha no meio da madrugada e avisou que iria queixar-se a Polícia caso este não reparasse o mal que lhe causara, ficando Felipe muito zangado com a ameaça.

No dia oito de maio de 1916, dois dias após a queixa, ambos casaram-se civilmente no cartório de Sena Madureira. Do ponto de vista legal, a reparação foi feita e o processo arquivado. Parece que Jacyntha foi “reparada”, no mal que Felipe Aly lhe causara. Ao analisarmos o depoimento de Jacyntha e o desfecho do caso, percebemos que parece haver um complexo jogo de interesses mal disfarçado de ambos os lados. É provável que o jovem viúvo Felipe Aly tenha se encantado com a beleza pueril da moça Jacyntha. Pela condição de órfã, pobre, e ingênua, já que morava na zona rural, talvez Felipe tenha enxergado em Jacyntha apenas uma “presa fácil” aos seus instintos sexuais, e a promessa de casamento tenha sido apenas um “engodo” para chegar ao fim desejado. O fato de após o ato sexual, ter deixado Jacyntha em plena madrugada na casa de um amigo depõe contra os “sinceros” sentimentos de Felipe. Por outro lado, a atitude de Jacyntha surpreende. Ao cientificar-se de que Felipe blefara e não estava disposto a cumprir com o “combinado”, esta foi a sua casa e não se fez de rogada, ameaçou-o claramente no plano legal (denúncia à Polícia).

Se Felipe viu na órfã, pobre e colonheira, a ingenuidade, “caio do cavalo”. Parece que de ingênua, Jacyntha não tinha nada. É possível que esta tenha visto em Felipe, um jovem viúvo e comerciante, a oportunidade de se livrar da condição de domestica e desvalida. Afinal de contas, que diferença faria em viver de favor na casa do irmão, fazendo às vezes de criada de sua cunhada, ou ser domestica na casa de Abelardo Salazar? A condição de esposa de um jovem comerciante sírio, considerando as condições de Jacyntha, não resta dúvidas, era uma opção a ser considerada. A concretização do casamento, aparentemente, sela a união do casal. Considerando que não encontramos outro processo envolvendo nenhuma das partes, é difícil saber os desdobramentos posteriores advindos desta união. De concreto, apenas mais um interessante caso de integração interétnica na Amazônia acriana.

2. 1. 2. Mamed Almeida Batich⁵⁸.

Em 28 de janeiro de 1922, compareceu à Delegacia de Policia de Sena Madureira Nazareth de Antônio, síria, 40 anos, queixou-se de Pedro Honorato, empregado postal, que segundo Nazareth há algum tempo vinha seduzindo sua filha menor Vitória Jorge. Após Vitória lhe confessar não ser mais donzela, sua mãe, que não dispunha de recurso pecuniário para realizar exame pericial, a fim de esclarecer o fato e apurar a responsabilidade do autor do defloramento de sua filha, deu queixa na delegacia e pediu a intervenção policial para apurar o ocorrido.

Depois da queixa, o delegado de polícia tomou o depoimento de Nazareth de Antônio.

[...] Nazareth de Antônio, 40 anos, casada, lavadeira, natural do Monte Líbano, residente nesta cidade, não sabendo ler nem escrever. Sobre a queixa que a presentou disse: Que a mais de um mês o individuo Pedro Honorato, remador da agência do correio desta cidade, vem seduzindo sua filha menor de treze anos de idade incompleto; tendo em dezembro passado sob promessa de casamento, queria conduzir Vitória Jorge para o seringal Castelo (atual cidade de Manoel Urbano) no rio Purus, prometendo a esta, logo que ali chegassem realizar o casamento que prometera; que ela declarante sabendo desse fato, evitou o rapto de sua filha, vigiando-a a todo momento, até que Pedro Honorato retirou-se desta cidade em viagem da repartição dos correios; que tendo Pedro Honorato, chegado [...] do Alto Purus, ontem as vinte horas, fora a casa da declarante e em presença de sua filha Vitória, propôs levar esta para a Boca do Rio Iaco e ali realizar o casamento dele com sua filha, garantindo a declarante que não abandonaria sua filha e que não tivesse medo que ela não morreria de fome; que Pedro não conseguindo o consentimento da declarante, prometeu a sua filha, que em maio do corrente ano realizaria o casamento dele com Vitória nesta cidade; que Pedro Honorato quando se demora nesta cidade, passa a maioria das noites a cantar modinhas, nas imediações da casa dela; que Vitória declara não querer casar com Pedro Honorato; que em vista do exposto, pede as providencias que o caso exige, para a tranquilidade de seu lar⁵⁹...

O Depoimento de Nazareth, embora se trate de uma denuncia, apresenta-se crivado de esquivas. Primeiro, tenta atribuir a Vitória uma responsabilidade que esta não tinha, pois era uma criança de doze anos, que não possuía responsabilidade legal por seus atos e, portanto dependia da tutela dos responsáveis, principalmente sobre tema tão sensível como casamento. Segundo, há um explicito esforço em apresentar Pedro Honorato como um indivíduo mal

⁵⁸Apelação Criminal Nº 401. Sena Madureira, 27 nov. 1922. **Mamed Almeida Batich** (apelante). AHTJ-AC.

⁵⁹ Ibidem, f. 10-11.

intencionado, que em tentou: raptar Vitória; em duas ocasiões, fez proposta para tirar a menina de casa sem casamento, prometendo fazê-lo em localidade distante, longe dos cuidados da mãe; que à noite, perturbava a paz da família com incômodas “modinhas”. Nazareth deixa claro que não apoia tal união. Por ultimo, ato final de uma encenação, Nazareth se apresenta como a mãe protetora, preocupada com as intenções de Pedro e ciosa do futuro da filha, corrobora com ideia a ação de ir à delegacia procurar ajuda policial. O motivo da denúncia, “estupro de Vitória”, no depoimento de Nazareth, transforma-se em pano de fundo e não é mencionado. Nazareth se preocupa em descrever um contexto circunstancial em que cada um dos envolvidos parece executar o “papel” que lhe é conveniente: Vitória – é ingênua; Pedro – mal intencionado; Nazareth – mãe zelosa e protetora. Papéis estes que foram confrontados nos depoimentos dos demais envolvidos.

Declarações Prestadas por Vitória Jorge.

[...] Vitória Jorge, com treze anos incompletos, solteira, domestica, natural do Estado do Amazonas, sabendo ler e escrever... Perguntada sobre os fatos, respondeu que: Pedro Honorato tem procurado ela por diversas vezes insistindo em querer casar-se com ela e que sua mãe, também quer que se realize esse casamento, porém, ela declarante não quer se casar com Pedro Honorato, nem mesmo com a pressão que lhe desvirginou; que sempre morou com sua mãe e que esta vivia maritalmente com Mamed Almeida Batich, residindo debaixo do mesmo teto; que Mamed Batich, com promessas vantajosas de conduzir ela declarante para Paris, onde poderia levar vida faustosa e divertida, em dias do ano de mil novecentos e dezessete a ofendera na sua honra, mantendo relações sexuais até o dia vinte e oito de julho do ano passado (1921); que nunca havia até então comunicado a sua mãe esse fato, porque Mamed lhe amedrontava, dizendo que sua mãe fosse sabedora, daria nela, declarante, uma surra tão grande que a mataria; que se recorda da ultima vez que tivera relações sexuais com Mamed Batich, em 28 de julho ultimo, por ter havido nesse dia eleição para vogais do conselho municipal; que sempre respeitou muito Mamed, tratando-o de pai, sob cuja proteção sempre esperou ter melhor sorte; que só muito tarde, quando vinha a compreender mais um pouco a vida é que conheceu do mal que lhe causara aquele de quem esperou receber o bem; que Pedro Honorato, ontem em casa dela declarante, prometera casar-se com ela no próximo mês de abril, o que foi presenciado por sua mãe⁶⁰...

Vitória confirma em seu depoimento que Pedro Honorato havia feito proposta de casamento, mas contradisse sua mãe, ao afirmar que esta apoiava a realização do casamento. Vitória acrescenta um dado novo ao caso, ao acusar seu “padrasto” de tê-la deflorado, aos oito

⁶⁰Ibidem, f. 11-12.

anos de idade, iludindo-a com a mirabolante proposta de leva-la a Paris. É uma afirmação estranha, considerando o contexto de Sena Madureira de 1917. Centros como Manaus e Belém eram realidades muito mais palpáveis, das quais os moradores das cidades acrianas frequentemente tinham notícias, devido ao fluxo de pessoas e mercadorias que chegavam destes centros urbanos via transporte fluvial, por todas as artérias de Bacia Amazônica. Todavia, devemos considerar que na época do ocorrido, Vitória era uma ingênua criança de oito anos, que via em Mamed Batich a figura paterna. Vitória foi abusada dos oito aos doze anos, mas em seu depoimento, por algum motivo, preferiu preservar sua mãe, não atribuindo a ela nenhum tipo de conivência ou responsabilidade, pelo contrário, afirma que devido às ameaças feitas por Mamed, sempre escondeu o ocorrido de sua mãe. Conclui revelando o precoce amadurecimento, dando conta da dura realidade de ter sido vítima de quem deveria lhe proteger. Projeta de si a imagem de vítima e ingênua.

Declaração Prestada por Pedro Honorato de Freitas Cruz.

[...] Pedro Honorato de Freitas Cruz, 25 anos, solteiro, empregado Postal, natural do Estado do Ceará; sabendo ler e escrever. Perguntado sobre o fato constante da queixa, na qual é acusado de seduzir Vitória Jorge, respondeu que: conhece Vitória Jorge há pouco mais de um mês, tendo morado confronte a casa da mãe dela quando residira na Rua Purus; que há uns três dias propôs casamento a Vitória, e esta rejeitou a sua proposta, dizendo que não queria se casar e sim morar com ele declarante; que ontem, foi à casa de Vitória; que ali chegando, encontrou Nazareth, mãe de Vitória com bagagem arrumada, dizendo que ia dormir em casa de Aziz Gabriel e que ele declarante podia ficar com sua filha em casa, que ela não mais queria ficar ali; que Nazareth ainda pediu a ele declarante que lhe ajudasse a por sobre a cabeça uma mala; que ele depoente aconselhou calma a Nazareth e declarou que de forma alguma pernoitaria ali; acrescentando que casaria com Vitória dentro de um prazo razoável, que lhe desse tempo para se preparar para tal fim; que Vitória vive em constante desinteligência com Nazareth, ignorando o motivo dessas desavenças; que nunca ouviu falar da honra e boa fama de Vitória, tendo-a como honesta; que Vitória uma vez convidou a ele declarante para ir a Boca do Iaco, fazer um contrato à toa e simular um casamento para poder viver aqui nesta cidade e tidos como casados – E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, deu-se por findo esse depoimento⁶¹.

Pedro Honorato afirmou que morou vizinho à casa da mãe de Vitória e que, portanto, a conhecia há pouco mais de um mês, também confirmou que fizera proposta de casamento a

⁶¹Ibidem, f. 12-13.

Vitória e que esta recusara, mas é surpreendente a afirmação de que Nazareth deixara a casa onde morava com a filha e sugeriu a Pedro que este poderia dormir com Vitória. Tal afirmação põe por terra todos os argumentos tecidos por Nazareth em seu depoimento, em que constrói para si a imagem de mãe zelosa e protetora. Tem-se a impressão que Nazareth tentou criar condições adequadas para forjar um “álibi” e comprometer Pedro, mas este parece ter desconfiado da “generosa oferta” de Nazareth. Outra informação relevante é sobre as constantes discussões entre Vitória e sua mãe. O desespero de Vitória fica claro, quando esta, que recusara uma proposta de casamento de “fato”, propõe a Pedro um casamento de “fachada”, apenas para sair da orbita da mãe e do padrasto, não ficando claro se a finalidade era viverem “juntos”. A imagem que Pedro tenta projetar de sua pessoa é a de um homem honesto e de boa fé, em oposição ao depoimento de Nazareth, que se esforça para mostra-lo como homem de caráter duvidoso e mal intencionado.

Declarações Prestadas por Mamed Almeida Batich.

Em primeiro de Fevereiro de 1922, compareceu Mamed Almeida Batich, com 36 anos, solteiro, comerciante, natural da síria, sabendo assinar o nome. Perguntado sobre o desvirginamento da menor Vitória Jorge de que é acusado, respondeu: Que desde o ano de 1915 até o dia vinte de novembro passado (1921), viveu amasiado com Nazareth de Antônio, mãe de Vitória, tendo esta em seu poder debaixo de sua proteção, a quem tratava e estimava como filha; que por diversas vezes teve conhecimento de que Vitória Jorge fazia imoralidade com meninos, podendo citar o de nome Paixão, vendedor de doces e um filho de Jorge Jacob [...] que quando ele declarante saia de sua residência para seu estabelecimento comercial, onde de costume passava o dia, muitas vezes Felipe Rebez, abusando da sua ausência, ali se recolhia e passava algum tempo com Vitória Jorge, deitados na cama de dormir, fato esse que teve ciência por sua ex-amasia Nazareth Antônio; que no dia 20 de novembro ultimo chegando a sua residência fez a refeição do almoço e dormiu a cesta ao acordar não estava em casa Nazareth e Vitória; que lavando o rosto, para poder sair, procurou um pano para enxugar o rosto, tendo encontrado uma calça de mulher que supôs ser de sua amasia, verificando na mesma manchas de esperma; que indagado a Nazareth a quem pertencia a calça manchada, soube que era de Vitória; que procurou esclarecer o que havia de verdade, Vitória foge de casa, asseverando, que as manchas da calça não tinha nada de homem; que o declarante levou a calça suja a casa de Aziz Gabriel e ali apresentou a Farideé Caram, que verificou a macha, asseverou que era esperma; que tratando-se de um caso grave e do qual não queria assumir responsabilidade; abandonou no mesmo dia Nazareth e a casa onde morava com esta e Vitória; que não trouxe o fato ao conhecimento da policia, por haver Vitória Jorge declarado na presença dele declarante, de Nazareth e Farideé Caram, que era virgem e não seria tola para se entregar a qualquer homem; que depois de haver deixado a companhia de Nazareth, soube que Pedro Honorato, andava frequentando

assiduamente a casa de Nazareth, no intuito de seduzir Vitória Jorge, e indagado de Pedro das suas intenções, este lhe declarou que não queria se casar e sim, pretendia amasiar-se com Vitória; que foi então a casa de Nazareth e perguntando a Vitória se esta iria se amasiar com Pedro Honorato, teve resposta afirmativa, pelo que imediatamente aplicou uma bofetada na cara de Vitória, fato esse ocorrido em dias do mês de janeiro ultimo; que conhece Nazareth de Antônio há muitos anos e sabe que ela é pobre, não possuindo atualmente recursos, nem mesmo para sua manutenção modesta. E como nada mais disse [...] ⁶².

Sobre a acusação feita Por Vitória, Mamed não respondeu absolutamente nada, ao invés de se explicar, passou a acusar o suposto mau comportamento da menina. Primeiramente, mostra-se como homem provedor que amparou Nazareth e a filha, proporcionando-lhes a segurança de um lar. Em seguida passou, a desqualificar a pessoa de Vitória acusando-a de fazer “safadezas” com meninos na sua ausência, a ponto de supostamente deitar-se na cama de dormir por varias vezes, com um “certo” Felipe Rebez. Embora Mamed afirme inicialmente que considerava Vitória como filha, não demonstrou a preocupação de pai em averiguar os supostos indícios que alegava saber sobre suas ações. Mas este senhor que supostamente passava o dia “enfurnado” em sua casa de comercio, certo dia, ao retornar para sua residência, com intenção de almoçar e fazer a merecida sesta, ao acordar, lavou o rosto para o labor vespertino. Procurando algo para enxugar o rosto, fica surpreso, ao se deparar com uma calcinha suja de esperma, e isto parece ter sido a gota d’água. É inusitado alguém procurar um pano (toalha?) para enxugar o rosto e encontrar uma calcinha, e ainda, mais, suja de esperma. Onde Mamed “casualmente” teria encontrado tal artefato: no chão da cozinha? Sobre a cama? Embaixo da mesa? Ou pendurada em um cabide?

A partir deste ponto, a sensatez parece afastar-se de Mamed, a ponto de não saber distinguir a diferença entre a calcinha de uma mulher de quarenta anos e a de uma criança de doze. Felizmente, Nazareth esclareceu a situação. A calcinha pertencia a Vitória. Não satisfeito, Mamed procura a opinião de uma “patrícia”, Farideé Caram, que tal qual uma perita no assunto assevera: sim, a calcinha estava suja de esperma. Indignado, Mamed abandonou o lar neste mesmo dia. Não sem antes confrontar Vitória, que jurou ser virgem, e Mamed um homem de boa fé, não tinha porque duvidar. Embora tenha saído de casa, Mamed demonstra preocupação com sua antiga família. Ao tomar conhecimento de que Vitória pretendia se

⁶²Ibidem, f. 13-15.

amasiar com Pedro Honorato, e ouvindo desta a confirmação, seu “sentimento paterno”, parece transbordar em indignação e aplica uma bofetada no rosto da menor – ultima tentativa de corrigir o tortuoso caráter de Vitória Jorge. Da acusação inicial, Mamed, indiretamente parece transmitir um “não sei do que se trata”. Em seu depoimento, esforça-se para transmitir a imagem de homem trabalhador; honesto e injustiçado: por ter feito o “bem” ao acolher sob seu teto Nazareth e Vitoria, e em troca recebido a ingratidão, em particular de Vitória Jorge, pelas infundadas acusações.

Em oito de Fevereiro de 1922, Maria Emília de Farias, 44 anos, solteira, domestica, natural de Pernambuco, não sabendo ler, nem escrever, prestou depoimento sobre o caso, relatou que há cerca de dois meses, ouvira de sua casa, que fica ao lado da residência do acusado, articulação de palavras entre Mamed e Vitória, compreendendo que Mamed insistia com Vitória para qualquer ato intimo, ouvindo esta se recusando, pronunciando as seguintes palavras: - “*não esta vendo seu Mamed*”, como quem queria dizer que havia inconveniente. Nazareth não se encontrava em casa na hora do ocorrido. Por diversas vezes, Maria Emília procurou conversar com Vitória sobre o que ocorrera entre ela e Mamed, na ausência de Nazareth; no entanto, Vitória não tem firmeza no que fala, porque ora afirma ser donzela, ora se diz deflorada. Pouco depois que Pedro Honorato passou a residir na Rua Purus. Mamed se mudara com Nazareth e Vitória. Conhece Nazareth de Antônio e sabe que ela é muito pobre.

O depoimento de Maria Emília esclarece que as investidas de Mamede contra Vitória se davam na ausência da mãe, e que de fato, Mamed se mudara da Rua Purus, mas longe da alegada indignação expressa por Mamed, mudara de endereço, mas, levava junto sua mulher e a enteada Vitória. Aqui, escapa uma possibilidade. Talvez o motivo para Mamed se mudar tenha sido o fato de este ter se incomodado com a corte feita por Pedro Honorato à jovem Vitória. Enciumado, Mamed parece ter procurado afastar Vitória da influência do declarado pretendente.

Maria Francisca de Jesus, 40 anos, domestica natural da Paraíba, não sabendo ler nem escrever, prestou depoimento sobre o caso e afirmou conhecer Nazareth e Vitória Jorge, suas vizinhas. Nazareth e a filha vivem em companhia de Mamed Batich. Por mais de uma vez viu Mamed açoitando Nazareth e Vitória. Em agosto de 1921, aproveitando da ausência de Nazareth, observou de sua casa cujas paredes são construídas de paxiuba (portanto com brechas enormes), que Mamed, depois de conversar com Vitória, ambos se meteram na cama, debaixo de um mosquiteiro, e ali se demoraram algum tempo. Após ver a cena, Maria Francisca

chamou Vitória e aconselhou a não mais se submeter aos desejos de Mamed Batich. Vitória respondeu que Mamed lhe forçava todas as vezes que sua mãe saía de casa, e não era de sua vontade aceitar Mamed. Que sua mãe sabia de tudo e não procurava evitar as investidas de Mamed. Afirmou ainda que Nazareth é extremamente pobre e presenciou em algumas ocasiões o namoro de Vitória com Pedro Honorato e que este prometia casar-se com Vitória. Vitória nunca ficava só em casa, ou ficava com Mamed ou com Nazareth.

O interessante no depoimento de Maria de Jesus é a maneira como esta sabe o que se passa no interior da casa de Mamed. Ela olhava pelas brechas das paredes. Sem desfaçatez, em seu depoimento, revela seu hábito. Talvez tenha sido por uma boa causa. A noção de privacidade, neste cenário, parece inexistir, a fronteira entre o público e o privado, entre o individual e o coletivo é separada por uma tênue parede de paxiuba, através da qual, Maria de Jesus tinha pleno conhecimento do que acontecia na alcova de Mamed Batich. Já dizia em suas crônicas o saudoso jornalista José Chalub Leite⁶³, “*O Acre é terra de muro baixo e calçada alta*”. Complementando a frase, poderíamos acrescentar: e de paredes com brechas largas. Maria de Jesus também nos revela que Mamed costumava açoitara mãe e filha, o que evidencia que ambas aram mantidas sob constante medo e coação, o que talvez justifique a atitude de conivência de Nazareth, que, sabedora dos abusos cometidos contra sua filha, permaneceu em silêncio. Na delegacia Vitória teve coragem de denunciar seu algoz, mas não quis mencionar que sua mãe tinha conhecimento dos fatos, é possível que entre elas tenha surgido uma estranha cumplicidade, já que eram vítimas do mesmo homem.

Maria de Jesus menciona que presenciou, por mais de uma ocasião, o namoro de Vitória com Pedro Honorato. Os depoimentos anteriores falam de sedução, intenção de rapto, proposta de amasia, proposta de casamento. Até então, nenhum dos depoentes tinha mencionado a palavra namoro. É possível que o namoro de Vitória com Pedro tenha despertado a ira de Mamed, que, sentindo-se ameaçado em seus domínios, talvez tenha pressionado Nazareth a prestar queixa contra Pedro Honorato, originando o presente processo. Outro aspecto relevante no depoimento de Maria de Jesus é sobre o papel supostamente protetor que a família representa na sociedade. Vitória nunca ficava sozinha, ficava sempre na companhia da mãe ou do padrasto, portanto, protegida pelo círculo familiar, o que poucos sabiam era que o padrasto se aproveitava da ocasião para estuprar a enteada.

⁶³LEITE, José Chalub. **Tão Acre**: o humor acreano de todos os tempos. Rio Branco-AC: BOBGRAF, 2000.

Concluída a fase de inquérito, o processo foi encaminhado ao representante do Ministério Público. Em Abril de 1922, o Promotor Público de Sena Madureira ofereceu ao Juizado Municipal denúncia contra o indiciado Mamed Almeida Batich, acusado de seduzir e estuprar sua enteada Vitória Jorge, de 12 anos de idade.

Maria Angélica Garcia, em seu estudo sobre trabalhadores rurais em Ribeirão Preto, esclarece os procedimentos legais do processo criminal.

Num processo criminal, há o cumprimento de uma série de requisitos para esclarecer um ato criminoso, aliado às versões do réu, da vítima e das testemunhas. A investigação de um crime iniciava-se pelo inquérito policial (como hoje), sendo o relatório do delegado a conclusão desta etapa, com o esgotamento das investigações e declaração das testemunhas, extraindo-se uma versão do fato acontecido. Caso o inquérito tivesse prosseguimento e não fosse arquivado, passava para o âmbito jurídico e assim o promotor, representante do Estado na Justiça pública, fazia a denúncia⁶⁴.

Na certidão de nascimento de Vitória Jorge, que estava no processo, constam os seguintes dados: Vitória nascera em Manaus-AM em 27 de fevereiro de 1909, filha de Nicolau Jorge e Nazareth Jorge, ambos sírios. Não conhecemos os motivos que levaram Nazareth e a filha a deixarem Manaus e se estabelecerem em Sena Madureira. Mamed menciona que vivia com Nazareth desde 1915. Não encontramos no processo nenhuma informação adicional sobre o pai biológico de Vitória, mas presume-se que estivesse vivo na época do processo, considerando que Nazareth, ao informar seus dados pessoais no momento do depoimento, declarou ser casada. Na denúncia que gerou o processo, Nazareth se identifica como “Nazareth de Antônio”, não existindo no documento analisado esclarecimento algum sobre esta mudança de identidade. O que sabemos é que Vitória Jorge era filha de imigrantes sírios, como se denominam os pais no registro de nascimento. Que a mãe, em algum momento, separou-se do marido, e que em Sena Madureira, passou a viver com outro sírio, que aproveitando-se da condição de padrasto, abusou sexualmente de Vitória quando esta tinha apenas oito anos, e seguiu com os abusos até os doze.

⁶⁴GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores Rurais em Ribeirão Preto: trabalho e resistência nas fazendas de café, 1890-1920**. Franca: UNESP-FHDSS, 1997. p. 56.

Os depoimentos são unânimes em assinalar o estado de pobreza de Nazareth, sugerindo que esta se submetia aos caprichos de Mamed por uma questão de sobrevivência, mas até que ponto uma mãe estaria disposta a arriscar a integridade física e moral sua e da filha em troca de casa e comida? São questões que os depoimentos não respondem.

Os depoimentos dos quatro envolvidos (Nazareth de Antônio, Vitória Jorge, Pedro Honorato e Mamed Batich) constituem um discurso elaborado, simulam e dissimulam situações conforme a intencionalidade de cada um dos envolvidos. Tem-se a impressão de que todos tinham algo a esconder; neste aspecto, faz sentido olharmos o universo de possibilidades da dimensão humana e levantarmos questionamentos sobre as intencionalidades, os silêncios, o que não foi dito ao delegado de polícia, mas que pode estar conectado às circunstâncias e ao contexto dos acontecimentos. Levantamos algumas possibilidades:

- Mamed Batich poderia ser muçulmano e não seria absurdo considerarmos a possibilidade de ele ter com Nazareth de Antônio um matrimônio de acordo com os costumes islâmicos, isto inclui a bigamia conjugal, na qual Vitória Jorge se inseria.

- Uma situação como a descrita acima seria cômoda para Mamed, tolerável para Nazareth, mas insuportável para a jovem Vitória. O aparecimento de um quarto personagem, Pedro Honorato, parece ter desequilibrado a “delicada” harmonia doméstica de Mamed.

- Vitória, que aparentemente não se interessou pela proposta de casamento de Pedro, pode ter visto a possibilidade de se livrar do incomodo padrasto e de quebra afronta-lo, provocando a ira de Mamed.

- Nazareth pode ter enxergado em Pedro, a oportunidade de casar Vitória e afastar de seu “marido” uma rival bem mais jovem.

- Pelo depoimento de Maria de Jesus, não seria surpresa se o triangulo amoroso de Mamed fosse assunto de domínio público na pequena Sena Madureira dos anos vinte. Neste caso, podemos considerar a possibilidade de Pedro Honorato ter conhecimento da condição de Vitória em à revelia de Mamed, tirar proveito da situação.

- Pedro Honorato, cearense, 25 anos, no vigor da juventude, pode simplesmente ter gostado de Vitória e imbuído o “espírito” do arigó cabra da peste, se dispôs a afrontar Mamed em seus domínios.

Todas as possibilidades descritas acima são variáveis perfeitamente palpáveis e possíveis, no entanto, são apenas “possibilidades” de estudo e interpretação dos acontecimentos. A cruel “verdade” dos fatos, se é que existiu, morreu com seus protagonistas. A julgar pelos depoimentos, seria impossível extrair desta história alguma verdade. Pois, cada um dos envolvidos, de forma intencional contou sua versão da história e apresentou sua própria “verdade” sobre o acontecimento. O que nos deixa encurralado no pantanoso campo das possibilidades de abordagem e interpretações.

2. 1. 3. Salim Simão⁶⁵

Em outubro de 1928, Salim Simão, 36 anos, sírio, carpinteiro, agrediu e esbofeteou Maria Delfina do Amor Divino, 58 anos, casada, domestica natural do Ceará. Salim Simão vivera amasiado com Maria Luiza, filha da vítima, por aproximadamente quatro anos; no entanto, fazia uns oito dias que estes haviam se separado. Maria Delfina encontrava-se em sua residência em companhia da filha e de José Joaquim conversando; Salim Simão, que morava nas proximidades, ouviu o teor da conversa e percebeu que o assunto girava em torno de sua pessoa. Salim aproximou-se e travou discussão com Maria Delfina, e culminou por agredi-la derrubando-a e aplicando-lhe umas bofetadas. Sua filha Maria Luiza pediu socorro e foi atendida pelo praça da Força Publica Luiz Cardoso, que morava nas proximidades e de imediato interveio e prendeu Salim Simão em flagrante. Conduzindo a delegacia, ouvida as partes, foi lavrado o auto de prisão em flagrante. Salim Simão pagou fiança no valor de 300\$00 (trezentos mil réis) e respondeu ao processo em liberdade.

O anedotário popular brasileiro, está repleto de piadas nada lisonjeiras sobre sogras e ex-sogras, de modo que essas senhoras nem sempre contam com as melhores simpatias de genros e nora na sociedade nacional; no entanto, espancar uma velha de 58 anos parece uma atitude reprovável por todos os parâmetros, não importando o motivo. Este caso traz à tona mais uma vez a relação entre o espaço público e o privado. Certamente que Maria Delfina não estava elogiando as virtudes do ex-genro, mas no ato de invadir a residência e espancar a proprietária, considerando que o invasor-agressor era um estrangeiro, podemos deduzir que este indivíduo sentia-se no mínimo muito à vontade na sociedade acolhedora, inclusive para transgredir. Da interação violenta, não resta dúvida quem levou a melhor: Salim Simão pagou

⁶⁵Ação Criminal Nº 1169. Sena Madureira, 10 nov. 1928. **Salim Simão** (réu). AHTJ-AC

fiança e respondeu ao processo em liberdade, Maria Delfina sentiu a dor das bofetadas no rosto e a dor do sentimento de impotência e impunidade que permeia o desfecho do caso.

2. 1. 4. Abdon Hoss⁶⁶

Maria Amélia Carneiro, 16 anos, nascida em 27 de dezembro de 1914, através de uma carta enviada diretamente ao Promotor de Justiça, acusou seu padrinho e pai de criação Abdon Hoss de tê-la estuprado e a abrigado a manter com ele relações sexuais por vários meses. Após a denúncia, foi instaurado o inquérito policial, que intimou as parte a prestarem depoimentos para esclarecimento dos fatos.

Depoimento de Maria Magdalena da Conceição.

Maria Magdalena da Conceição, 48 anos, casada, natural do Ceará, doméstica, residente nesta cidade, não sabendo ler nem escrever. Disse que era madrinha e tutora da menor ofendida [...]; que Maria Amélia Carneiro, desde a idade de cinco anos, vive em sua companhia, que a tem criado como uma filha [...]; que Abdon Hoss não é padrinho de batismo de Maria Amélia, e sim Antônio Sabino. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado⁶⁷...

Maria Magdalena presta um depoimento bastante sintético, parece que limitou-se estritamente em responder às perguntas que lhe foram feitas com palavras calculadas para não se comprometer e talvez preservar Abdon Hoss, que ficara em situação muito delicada diante da denúncia feita por Maria Amélia.

Auto de Declaração de Maria Amélia Carneiro.

Aos dezenove dias do mês de setembro de 1930, na cidade de Rio Branco [...] compareceu Maria Amélia Carneiro, natural do Município do Purus, neste Território, com dezesseis anos de idade, solteira, doméstica [...] disse que desde os cinco anos, quando faleceu sua mãe, foi para a companhia de Maria Magdalena da Conceição e seu amasio, Abdon Hoss, nesta cidade, os quais lhe foram padrinhos de batismo, em 1925, e lhe serviram de pais até a presente data; que Abdon Hoss, a quem chama de padrinho, era comerciante, mas há mais de um ano deixou o comércio e não tendo adquirido mais nenhum meio de vida; que Maria Magdalena, sua madrinha, há muito tempo

⁶⁶Processo Crime - Estupro Nº 2354. Rio Branco, 27 out. 1931. **Abdon Hoss** (réu). AHTJ-AC.

⁶⁷Ibidem, f. 9-10.

sustenta a casa, tendo se empregado na casa do Sr. João Mendes, da Mesa de Rendas; que a declarante trabalha na casa de seus pais de criação [...], faz todo os serviços de casa, vai buscar água na fonte e abre lenha, sendo ainda encarregada de comprar nas tavernas [...], mas se ela se descuida alguma vez de qualquer coisa, sofre censuras desaforadas de seus padrinhos, quando não lhe castigam corporalmente como Abdon costuma fazer; que a declarante não tem direito a festas, a sair de casa, se não com sua madrinha [...], que desde alguns anos quando começou a desenvolver o seu crescimento, Abdon começou a apalpa-la, e que nada dizia a sua madrinha com medo de ambos; que há alguns meses, que não sabe ao certo, Abdon a deflorou, e vem continuando embora em dias espaçados; que no dia do defloramento, sua madrinha tinha ido para a colônia do turco Mustafa e a declarante ficara em casa sozinha com seu padrinho, [...] que Abdon lhe pegou a força, deitou-a na cama dele, pois a declarante dormia em rede, levantou-lhe as vestes, tirou-lhe as calças e desvirginou-a; que a declarante quis gritar, mas lhe segurou-a pelas guelmas, que após o desvirginamento que lhe causou muita dor, e perda de sangue, a declarante disse a Abdon que contaria tudo a sua madrinha e ele disse que a declarante não fizesse isso, ameaçando de mata-la se descobrissem o fato; que assim tem vivido, sua madrinha sai todos os dias para o emprego, voltando á noite; que Abdon uma vez ou outra, pega a declarante para as relações sexuais sempre de dia; que não sabia como se livrar disso; que não tem conversas com vizinhos, pois seus padrinhos não permitiam; que a vizinha Esther, as vezes lhe dizia que tinha reparado que enquanto a declarante partia lenha Abdon conversava na calçada com seus patrícios [...]; que nesta situação pediu ao vizinho Pedro Júlio para fazer uma carta ao doutor Castro Monte (promotor), contando seu estado. Perguntada se não foi aconselhada por alguém para fazer esta declaração e se não é outro o autor de seu defloramento? Respondeu que não teve conselho de ninguém, e foi deflorada por Abdon Hoss, nunca tendo a declarante nem antes, nem depois relações sexuais com outro homem, nem namorado algum, e de sua livre vontade pediu ao vizinho Pedro Júlio a carta referida, devido aos maus tratos e sofrimento que vinha sofrendo [...]; que sua madrinha logo que soube do caso, pediu a declarante que guardasse segredo desta miséria, para que Abdon, que era pai de criação da declarante, nada sofresse, pois tudo se arranjaría. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado⁶⁸...

Maria Amélia inicia relatando que morava em companhia de sua madrinha e Abdon Hoss desde os cinco anos de idade, quando sua mãe morreu, portanto fazia onze anos que vivia na companhia dos pais adotivos. Desde 1913, a economia gomífera na Amazônia havia entrado em declínio devido à concorrência com a borracha de cultivo produzida pelos ingleses no sudeste asiático. A quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, potencializou a crise na região. Não seria surpresa se o encerramento das atividades comerciais de Abdon estivesse relacionado com estes eventos, daí a ociosidade do pai adotivo, que ficava grande parte do tempo em casa, importunando e abusando de Maria Amélia. O depoimento também destaca a

⁶⁸Ibidem, f. 18-20.

importância da laboriosidade feminina no microcosmo doméstico, em contraste com a ociosidade masculina: a casa era sustentada pelo trabalho que Maria Magdalena fazia como doméstica em casa de terceiros, ao passo que todos os serviços da casa de Abdon Hoss, ficavam a cargo de Maria Amélia, sobrecarregando-a. Enquanto isso, Abdon costumava ficar batendo papo com os patrícios na calçada da rua. Em uma sociedade com viés patriarcal como a brasileira, o papel do chefe de família carregava um forte valor simbólico, relacionado à proteção dos indivíduos que compunham o núcleo familiar. Do chefe de família, a sociedade esperava o desempenho do papel de provedor e protetor, além de reserva moral que deveria referenciar os demais membros da família. A ociosidade de Abdon destoava deste perfil e como ficou claro no depoimento de Amélia, os vizinhos estavam atentos e observavam a pouca laboriosidade de Abdon.

Maria Amélia se queixa da estrita vigilância mantida sobre sua pessoa, não podia ausentar-se de casa desacompanhada da madrinha, exceto para fazer compras, nem conversar com vizinhos, mas, contraditoriamente, foram os vizinhos que a socorreram; afinal, um deles, Pedro Júlio foi o autor da carta denúncia enviada ao Promotor de Justiça, que desencadeou o presente processo.

Maria Amélia descreve todo o processo que culminou com o estupro: à medida que foi crescendo, seu corpo foi adquirindo a feição feminina, o que despertou a atenção de Abdon Hoss, que de maneira oportunista passou a apalpa-la. Por constrangimento e medo, Maria Amélia não revelou a sua madrinha o assédio. Protegido pelo anonimato, Abdon parece ter se sentido encorajado a continuar os abusos. A necessidade de Maria Magdalena trabalhar fora de casa para custear o sustento da família proporcionou a Abdon a oportunidade para ficar sozinho em casa com Maria Amélia e concretizar seu intento. A vítima relata que foi seguidas vezes violentada ao longo de aproximadamente quatro meses, sempre na ausência da madrinha e durante o dia.

Não é incomum vítimas de estupro ocultarem a violência sofrida, e em muitos casos até se recusam em denunciar o fato às autoridades, isto porque o crime de estupro possui certas particularidades: na grande maioria dos casos, é praticado por pessoa conhecida, que goza da confiança da vítima e não raro, é membro da família. A revelação de acontecimentos desta natureza a terceiros, muitas vezes, põe o caráter da vítima em suspeição. Isto fica claro no depoimento prestado por Maria Amélia à autoridade policial, após relatar todo seu infortúnio, o interrogador questiona “se não teria sido outra pessoa o autor do defloramento”,

obrigando Maria Amélia a reafirmar tudo que havia dito anteriormente, como se a autoridade policial não estivesse acreditando em suas palavras. Já Maria Magdalena, ao se inteirar do ocorrido com sua afilhada e filha de criação, preferiu por “panos quentes” e abafar o caso, pedindo que a vítima mantivesse segredo do ocorrido. Felizmente Maria Amélia teve coragem e atitude para denunciar seu agressor, embora, como veremos adiante, isto não tenha produzido muito resultado.

Declaração Prestada por Abdon Hoss.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1930, nesta cidade de Rio Branco, na Delegacia de Polícia [...], Abdon Hoss, natural da Síria, 40 anos, solteiro, residente nesta cidade, sabendo assinar o nome [...]. Sendo inquirido neste inquérito disse: Que não é verdade ser o autor do defloramento de sua afilhada e filha de criação Maria Amélia Carneiro; que esta disse a sua madrinha, Maria Magdalena, amiga do respondente, que há dois anos estava deflorada por ele respondente; que Maria Amélia foi deflorada não sabe por quem o declarante [...]; que por três vezes no corrente ano, um rapaz de nome Vivaldo, irmão de dona Esther sua vizinha, conversou com Maria Amélia na escada do quintal, sendo surpreendidos com a chegada do depoente; que depois disso, Maria Amélia teve como namorado o soldado João Pereira, o qual mandou um cartão postal pelo tal Vivaldo; que o depoente mandou Maria Amélia ler o dito postal, no qual João Pereira se queixava dela ter faltado a uma entrevista com ele conforme haviam combinado; que há poucos dias José Rodrigues, foi almoçar em casa do declarante e lhe pediu Maria Amélia em casamento, mas ela respondeu que não queria se casar; que não é verdade que maltrata sua filha de criação, por que o depoente não maltrata nem os seus cachorros; que não sabe qual o motivo pelo qual Maria Amélia fez esta queixa, toda mentirosa, a não ser ter muito trabalho em casa; que o depoente pensa ter sido por causa do trabalho que Maria Amélia se aborreceu; que a carta de que o depoente acaba de ter conhecimento só pode ser invenção de vizinhos, seus desafetos. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado⁶⁹...

É bem provável que de fato, Abdon Hoss não maltratasse seus cachorros, já Maria Amélia, não podemos ter tanta certeza, principalmente devido à farta quantidade de inícios apresentado por ela contra Abdon, indícios estes corroborados pelas seis testemunhas que depuseram no processo em favor da vítima.

Abdon Hoss negou categoricamente a acusação. Se Maria Amélia estava deflorada, ele não fazia ideia de quem seria o responsável. Em seguida, Abdon começou a desqualificar Maria Amélia. Primeiro, arranjando-lhe “homens”, na tentativa de tirar o foco das acusações

⁶⁹Ibidem, f. 31-32.

de sua pessoa e direcioná-lo para outros indivíduos. Esta afirmação de Abdon soa um tanto contraditória, considerando que Amélia relatara que vivia sob a mais estrita vigilância, então, como poderia ser dada a conversas e namoros com rapazes? Segundo, Abdon insinua que talvez Amélia tenha feito as falsas acusações como vingança, pelo muito trabalho que tem que executar em casa. O curioso é que das três pessoas que compõem a família, o único que é descrito nos depoimentos como sem ocupação é Abdon. Aqui, ele cinicamente inverte os papéis: Maria Amélia, por preguiça de cuidar de seus afazeres, inventara acusações infundadas contra um chefe de família. Neste ponto, percebe-se uma semelhança com o caso de Vitória Jorge. Mamed Batich, acusado de estuprar Vitória, mostra-se como um homem injustiçado, depois de tudo que havia feito por Vitória e sua mãe. Tanto Mamed Batich, quanto Abdon Hoss, em períodos distintos e cidades diferentes, apresentaram em suas defesas o discurso de vítima, na tentativa de se livrarem das acusações.

A polícia procedeu às investigações necessárias, apurando a veracidade das denúncias, bem como a autoria do crime. O exame de corpo de delito constatou o defloramento. No inquérito, foram ouvidas seis testemunhas que corroboraram as denúncias feitas por Maria Amélia. Abdon Hoss, ao ser ouvido, alegou inocência, mas diante da consistência dos elementos em contrário, a prisão preventiva foi decretada.

Em fevereiro de 1931, ocorreu o julgamento. Abdon Hoss constituiu um bom advogado, que alegou serem improcedentes as acusações contra seu cliente. As acusações da promotoria foram contestadas e demolidas. O Promotor *ad-hoc*, coronel Virgílio Esteves de Lima, não conseguiu manter a consistência dos argumentos da acusação e Abdon Hoss acabou absolvido da Acusação de estupro.

No processo não existe explicação para a repentina mudança de promotor. O Dr. Castro Monte, Promotor de Justiça que inicialmente acompanhou o caso e pediu a prisão preventiva do acusado, não atuou no dia do julgamento. Não se sabe o que aconteceu ao longo dos cinco meses decorridos entre a denúncia e o julgamento de Abdon Hoss. O promotor foi embora de Rio Branco? Ficou doente? Não encontramos resposta no processo. A substituição na fase de julgamento do Promotor de Justiça – um jurista por um promotor *ad-hoc* (para esta finalidade), no caso um militar - parece ter facilitado o trabalho do advogado de defesa, o experiente Dr. Flaviano Flávio Baptista, que aparentemente não teve dificuldades em erodir os argumentos da promotoria e conseguir a absolvição de seu cliente.

2. 1. 5. José Sapha⁷⁰

Maria Anunciada, 37 anos, natural do Rio Grande do Norte, solteira, doméstica, apresentou queixa contra José Sapha, 65 anos, comerciante, sírio, estabelecido em Rio Branco, em cuja casa trabalhou durante quatorze meses e vinte e um dias. Maria Anunciada reclama em juízo o pagamento atrasado de seu ordenado mensal pelo período acima mencionado. Relata que veio de Belém do Pará para Rio Branco em 1929, a convite de José Sapha, para trabalhar em sua casa como cozinheira, com ordenado de quarenta mil reis mensal. Afirmou que ao longo do período, havia comprado alguns objetos na loja de seu patrão, por conta das lavagens de roupas que fazia para este, como trabalho particular extra, que fazia por fora de seu serviço de cozinheira. Decorrido vários meses, Maria Anunciada, precisando de seu ordenado, pedira em várias ocasiões a José Sapha que somasse suas despesas na loja e os vales que havia recebido, para saber quanto tinha de saldo. Depois de muito protelar, José Sapha mandou fazer um relatório com todas as despesas e adiantamentos feito a Maria Anunciada, sendo que esta não concordou com a soma e não reconheceu algumas das dívidas que lhe foram apresentadas. Como empregado e empregador não entraram em acordo, Maria Anunciada queixou-se à Justiça.

Na queixa apresentada, Maria Anunciada reclama o pagamento de quatorze meses e vinte e um dias de trabalho a quarenta mil réis por mês, totalizando quinhentos e noventa mil réis, mais trinta e três lavagem de roupas a doze mil réis cada, importando em trezentos e noventa e seis mil réis, que somados ao total do salário, perfazem a quantia de novecentos e oitenta e seis mil réis, devendo ser descontado desta quantia duzentos e setenta e um mil réis de vale que pedira a seu patrão, e a importância dos referidos objetos cujo valor não soube precisar.

Respondendo às alegações de Maria Anunciada, José Sapha afirma que Anunciada já havia trabalhado em sua casa anteriormente. A primeira vez, foi durante os anos de 1926 a 1929, tendo pago seu ordenado de cozinheira, na importância de um conto de réis, do seu soldo, livre de despesas. Maria Anunciada, munida dessas economias, baixou para Belém.

Quando esteve em Belém, tratando de questões comerciais referentes a sua firma em 1929, José Sapha encontrou Maria Anunciada, que estava vivendo em condições precárias na

⁷⁰Inquérito Policial. Nº 2389. Rio Branco, 31 mai. 1932. **José Sapha** (réu). AHTJ-AC.

cidade, e esta lhe pediu passagem para Rio Branco, pois havia gasto todo o dinheiro que tinha ganho como domestica e estava passando privações. Sapha respondeu que não podia trazê-la, pois já havia contratado uma nova empregada, mas Anunciada se propôs a trabalhar na casa de seu genro, Alexandre Zeque, com o que concordou Sapha, mas afirmando que as passagens de Maria e de sua filha menor seriam por conta dela.

Anunciada e a filha embarcaram juntas com Joana, a nova empregada contratada em Belém, mas chegando em Rio Branco, estas trocaram de “lugar”. Joana foi para a casa de Alexandre Zeque, ao passo que Maria Anunciada ficou na casa de José Sapha, pois já conhecia a rotina da casa. Segundo relatou José Sapha, o serviço de Anunciada era concernente a cozinha e lavagem de roupa, tudo por quarenta mil réis mensais, que exerceu suas atividades por quatorze meses e dias, tendo em sua companhia a filha de dez anos de idade que morava junto com a mãe na casa de José Sapha.

Ao longo do período, Anunciada fez despesas na loja de seu empregador e pediu dinheiro, sendo atendida. No depoimento, Sapha se considera surpreso com a queixa de Anunciada, pois esta veio para Rio Branco, sem contrato de trabalho espécie algum e o mesmo só a trouxe por consideração, pois, achava-se em estado muito precário e sem dinheiro em Belém. Que Anunciada lhe deve a importância de seiscentos e dezoito mil e oitocentos réis. Referente a despesas com passagens, mercadorias que esta havia pego na loja e adiantamentos em dinheiro que fizera ao longo do período.

No final do processo, encontra-se um recibo datado de 09 de maio de 1932, no valor de duzentos mil réis, pago por José Sapha a Maria Anunciada, o que demonstra que entraram em acordo mediado pela autoridade pública.

Parece lugar comum, os acusados mostrarem-se indignados ou surpresos com a suposta ingratidão ou injustiça praticada pelos autores das denúncias; com José Sapha, não foi diferente. Maria Anunciada é uma nordestina, mãe solteira, que veio para a Amazônia, na esteira da expansão da economia extrativista. Representa a ponta de um *iceberg* pouco discutido na historiografia amazônica: as mulheres migrantes nordestinas que se dirigiram para a Amazônia durante o “boom” da borracha e trabalharam em atividades paralelas à extração gomífera, como domesticas, cozinheiras, lavadeiras, prostitutas, entre outras.

Ao empregar-se a primeira vez como cozinheira na casa de José Sapha, Anunciada trabalhou pelo período de aproximadamente três anos, juntou um pequeno saldo, embarcou

em um gaiola rumo a Belém, talvez tivesse intenção de chegar ao nordeste. Maria Anunciada reproduz o desejo de movimento dos seringueiros nordestinos, de sírios e libaneses e outros grupos de imigrantes que se aventuraram pela Amazônia. A grande maioria dos que aqui chegaram não vieram para ficar, mas para ganhar algum dinheiro e partir da região, assim que fosse possível.

Alguns abnegados, ao custo de muitas privações, juntavam umas poucas economias e conseguiam partir, mas o trajeto entre o Acre e o destino final do egresso era repleto de “armadilha”. Maria da Anunciação, em poucas semanas, gastara em Belém as economias que levava mais de três anos para juntar no Acre. Um pouco mais à frente, temos o caso do libanês Tufic Salim, que saiu de Xapuri, na intenção de retornar ao Líbano, mas deixou-se seduzir pelo carteadado em São Paulo e perdeu suas economias. Para desafortunados como Maria Anunciada e Tufic Salim, sempre restava a opção de retornarem de mãos abanando ao Acre e recomeçar do zero, todavia, o tempo é implacável, o cansaço começava a se avizinhar e com ele, o desejo que os imigrantes tinham de partir, ia perdendo o vigor, ao mesmo tempo em as possibilidades de integração a uma nova sociedade iam se tornando cada vez mais irresistíveis.

Se olharmos com atenção, percebemos que José Sapha mantém com Maria Anunciada, empregada domestica, um regime de trabalho semelhante ao dos Barracões dos seringais, onde o seringueiro não tinha contrato com definições claras sobre obrigações e direitos dos trabalhadores, o artifício de endividamento para manter o trabalhador sempre preso ao patrão, além do acerto de contas apenas no final de cada ano de trabalho. Todos os elementos que regiam as relações de trabalho entre “barracão” e “colocação” são visíveis nas alegações feitas por Maria Anunciada contra seu patrão.

A ausência do contrato beneficiava o empregador. Anunciada, além dos serviços de cozinheira, esperava ganhar um pouco mais pelo serviço extra como lavadeira. Se fosse diferente, qual o sentido em ter o controle sobre o total de lavagens de roupas ao longo de quatorze meses e vinte e um dias trabalhados na casa de seu patrão? Embora Anunciada, tenha tido coragem de denunciar seu patrão à Justiça e conseguido receber parte de seus ordenados, ficamos com a impressão de que José Sapha acabou se beneficiando deste acordo, pois alegara que o serviço de cozinheira e lavadeira estava incluso no ordenado de quarenta mil réis mensal. Parece que fizera a si mesmo uma promoção: dois serviços pelo preço de um. Anunciada esperava receber trezentos e noventa e seis mil réis, só pelas lavagens de roupas.

No final, acabou aceitando um acordo em que recebera duzentos mil réis, talvez estivesse passando por privações junto com a filha e qualquer acordo seria melhor do que nada. Nesta disputa, não resta dúvida, José Sapha levou a melhor.

2. 1. 6. Almeida Rageb⁷¹

Almeida Rageb, libanês, 50 anos, foi denunciado por agressão física contra a meretriz Alda Soares de Souza, produzindo lesões e escoriações pelo corpo da agredida.

Vítima e agressor residiam na Rua Seis de Agosto, em local onde funcionava uma casa de diversão e uma hospedaria, denominada “Salassieé”. Almeida espancou Alda quando esta estava embriagada. O processo tem o depoimento de quatro testemunhas: duas meretrizes companheiras de trabalho da vítima, residentes no Salassieé, e dois homens, sendo um deles proprietário do estabelecimento.

O Exame de corpo de delito descreve Alda Soares como uma mulher de 28 anos, morena, de constituição franzina. O auto de qualificação descreve o agressor, Almeida Rageb, como um homem com porte físico de 1,75 de altura, branco, 50 anos, contra o qual, Alda não teria a mínima chance em uma luta corporal. O laudo dos peritos constata que Alda sofreu escoriações generalizadas, medindo mais ou menos três centímetros ao nível da região do cotovelo do braço esquerdo e traumatismo na região do maxilar superior.

Em seu depoimento, Alda Soares relata que por volta das quatorze horas de 16 de junho, procurou Almeida em seu quarto e este, alcoolizado, avançou contra ela, dando-lhe murros e rasgando-lhe as roupas. Segundo Alda, o motivo da agressão foi devido ao fato de ela ser solteira e livre. E que gosta de um rapaz que trabalha no pavilhão (outro estabelecimento), o que causa ciúmes em Almeida Rageb, que gostaria de ter exclusividade sobre ela. Afirmar ainda, que tenta ser útil e gentil com Almeida, lavando suas roupas, preparando sua comida; mas quando Almeida Rageb está bêbado, lhe recompensa com maus tratos e espancamento.

A testemunha Raimunda Ferreira Uchôa relatou que Alda Soares estava embriagada e armada com um terçado, invadiu o quarto de Almeida, que acabara de chegar do trabalho e

⁷¹Inquerido Policial Nº 3238. Rio Branco, 21 ago. 1942. **Almeida Rageb** (réu). AHTJ-AC.

descansava em seus aposentos. Almeida desarmou a agressora, como esta insistia em não sair do quarto, Almeida zangou-se e deu-lhe uns tabefes.

Lídia Francisca dos Santos, meretriz e residente no Salassieé, afirmou que ouviu o barulho da briga entre Almeida e Alda, mas não se aproximou, pois estes costumam brigar e se esmurrar mutuamente sempre que bebem cachaça, que os dois são amasiados e vivem se desentendendo.

Maria Alves de Lima, também meretriz, residente no referido estabelecimento, ouviu do seu quarto os gritos da briga, sendo que Raimunda Uchôa interviu na confusão, pedindo para Almeida parar de bater em Alda. Almeida respondeu aos gritos a Raimunda, dizendo que o assunto não lhe desrespeitava. Alda estava muito embriagada e neste estado, constantemente está às turras com seu amasio, e assim ambos costumam se esbofetear reciprocamente. Após o ocorrido, Maria Alves afirmou ter visto Alda Soares com o rosto e as vestes ensanguentadas. Embora não soubesse ao certo o motivo da briga, Maria Alves presume que tenha sido por causa de cachaça, pois Alda bebe quase diariamente, tornando-se um tanto insolente.

Por fim, foi ouvido Alarico Gomes Pereira, proprietário do Salassieé. Este, afirmou que aluga quartos para diversas raparigas e homens. No dia do ocorrido, percebeu que Alda desde cedo estava bebendo cachaça e quando embriagada, torna-se inconveniente. Neste estado, Alda foi até o quarto de Almeida e o agrediu com murros. Almeida pediu providencias para que Alda fosse afastada de seu quarto, mas viu-se tão perturbado que acabou dando umas bofetadas em Alda. Alarico Gomes afirmou que conhece Almeida há muito tempo e tem muita “amizade” por ele. Que Almeida fora prejudicado diversas vezes por Alda, tendo inclusive sido preso devido às cachaçadas dela, mas é um homem ordeiro e bom, mesmo quando se encontra alcoolizado.

Nos depoimentos, percebe-se a falta de apreço das testemunhas com a pessoa de Alda. Os homens deixam implícito que a atitude violenta de Almeida foi uma reação às provocações de Alda, por pouco, não afirmaram que ela teve o que merecia. As duas mulheres, que por sinal são tão meretrizes quanto Alda, que inclusive trabalham no mesmo espaço e dividem o mesmo teto do “Cassino Salassieé”, não demonstram nenhuma solidariedade com a colega. Sem se comprometerem, se limitam a afirmar que estavam no recinto. Que ouviram o barulho provocado pela briga, mas não viram nada, pois preferiram não se meter na confusão. Essa situação se repetia com frequência, sempre que Alda e Almeida bebiam cachaça, acabavam brigando e costumavam se esmurrar mutuamente.

Embora descrito pelo proprietário do “estabelecimento” como um homem bom e ordeiro, tal afirmação contrasta com a ficha criminal que Almeida possuía, arquivada na Delegacia Auxiliar de Polícia de Rio Branco, anexada ao inquérito. Entre agosto de 1921 a julho de 1942, Almeida tinha onze passagens pela delegacia por desobediência à autoridade, desordem, ofensas físicas, agressão física e embriaguez. Deveria ser uma figura bastante conhecida das autoridades policiais de Rio Branco

Ficha criminal de Almeida Rageb transcrita no processo:

[...] Consta a respeito da pessoa do iniciado Almeida Rageb [...], o seguinte: 1) Em agosto de 1921, foi preso correccionalmente por desobediência a autoridade; 2) Em março de 1936, foi preso correccionalmente por desordem; 3) Em novembro de 1936, respondeu inquérito policial por ofensas físicas; 4) Em novembro de 1936, foi preso correccionalmente por agressão física; 5) Em outubro de 1938, foi preso correccionalmente por embriaguez; 6) Em janeiro de 1939, foi preso correccionalmente por embriaguez; 7) Em agosto de 1939, foi preso correccionalmente por embriaguez; 8) Em setembro de 1939, foi preso correccionalmente por embriaguez; 9) Em outubro de 1939, foi preso correccionalmente por embriaguez; 10) Em maio de 1942, foi preso correccionalmente por embriaguez; 11) Em 15 de julho de 1942, foi preso correccionalmente por agressões físicas contra a pessoa de Alda Soares de Souza⁷² [...].

Ao ser ouvido, Almeida negou ter esmurrado Alda, alegou que esta se encontrava alcoolizada e estava perturbando sua privacidade e que a empurrou para fora de seu quarto, como ela estava bêbada, tropeçou e caiu, resultando nos hematomas no corpo. Embora Almeida Rageb tenha negado a autoria do espancamento, as autoridades policiais não tiveram dúvidas quanto à veracidade das declarações de Alda Soares, face ao histórico de passagens de Almeida pela delegacia de polícia.

É interessante neste caso que num confronto entre uma meretriz e um homem dito de “bem”, parece não importarem as circunstâncias, as “simpatias” das testemunhas parecem não ser favoráveis a Alda, mesmo sendo Almeida e Alda moradores do mesmo “Cassino Salassieé”, portanto “farinha do mesmo saco”, as opiniões das testemunhas não favoreceram a vítima, mesmo que esta seja descrita no exame de corpo de delito como “... de constituição franzina”.

⁷²Ibidem, f. 16.

Percebe-se que Almeida Rageb estava perfeitamente integrado ao meio social em que residia e contava com a simpatia de outros moradores do Salassieé, inclusive do proprietário, provavelmente pagava em dia o aluguel. Almeida era o tipo de imigrante libanês que destoa do estereótipo do comerciante bem sucedido, que encontra a “fortuna” a sua espera no novo mundo. Pelo contrário, era um homem de condição modesta, que trabalhava como carregador e estivador no porto e pelas ruas de Rio Branco, atividade que exigia muito esforço físico, para a qual sua idade de cinquenta anos já não era recomendada. As testemunhas o descrevem como trabalhador, ordeiro e bom, ao passo que a meretriz recebe a qualificação de inconveniente e perturbadora.

Na ficha criminal de Almeida, percebe-se que praticamente todas as prisões são consequência de bebedeiras, evidenciando o perfil de um homem vítima do alcoolismo. Certamente que o trabalho dos sonhos de Almeida Rageb, quando deixou o Líbano, não era ser estivador no Acre. Provavelmente se comprometera com os familiares, como muitos outros imigrantes o fizeram, que enviaria alguma “ajuda” financeira assim que fosse possível, ou mandaria buscar os parentes próximos, enfim, os comprometimentos dos que partiam com os que ficavam eram os mais diversos. A dura realidade vivenciada pelos imigrantes que buscavam encontrar um meio de vida que lhes permitisse prosperar no Acre, nas primeiras décadas do século XX, não era fácil. Pela data da primeira prisão de Almeida, percebe-se que estava no Acre há mais de vinte anos, decorrido todo esse tempo, a sorte ainda não lhe havia “sorrido”. A erosão dos sonhos de prosperidade, lentamente, ia cedendo espaço para a decepção, baixa autoestima ou mesmo a depressão. Em um quadro cinzento como este, em que Almeida Rageb caberia perfeitamente, não seria surpresa se o álcool funcionasse como válvula de escape das frustrações cotidianas de uma dura realidade muito diferente da que fora idealizada antes da partida do Líbano para o Brasil. Nesta perspectiva, Almeida Rageb aparece tão vítima das circunstâncias, quanto Alda Soares.

2. 1. 7. Ali Musse⁷³

Através da Carta Precatória de setembro de 1953, expedida pelo Juizado de Direito da Comarca de Caucaia, Ceará, ao Juizado da Comarca de Rio Branco, Arcenia Moreira de Oliveira apresenta Ação de Alimentos contra Ali Musse, com o qual era casada civilmente desde 15 de janeiro de 1928. Segundo relata Arcenia Moreira, em 1946, Ali Musse abandonou o lar e mudou-se para Rio Branco, deixando a esposa sujeita a toda sorte de privações. O precatório informa que Arcenia Moreira, em 1953, estava com quase setenta anos de idade, portanto incapacitada para trabalhar, vivendo da caridade alheia. Enquanto seu marido usufruía o sucesso financeiro de duas casas de comércio em Rio Branco e a convivência marital de outra mulher. Antes de abandonar o lar, Ali Musse vendeu o pequeno patrimônio que sua esposa possuía - uma fazenda de gado e um pequeno carnaubal -, apossando-se do dinheiro. Por meio da carta precatória, Arcenia solicita ação de alimento, a fim de que seu referido esposo seja compelido a prover-lhe a subsistência a que tem direito por lei, e cuja base espera que não seja inferior a mil cruzeiros por mês.

É interessante observar que Ali Musse passara pelo estado do Ceará, posteriormente dirigira-se ao Acre, possivelmente influenciado pelas notícias do Acre, que chegavam ao Ceará levadas por seringueiros que retornavam ao nordeste, após longos períodos trabalhando com seringueiros. Talvez, Abrahim Farhat, como veremos mais à frente, tenha razão quando afirma que os sírios e libaneses chegaram ao Acre, como “árabes nordestinos”, em busca do ouro negro. O processo tinha apenas o precatório que veio de Caucaia-CE, portanto, não sabemos se Ali Musse de fato foi condenado ao pagamento de pensão alimentícia a sua esposa cearense.

Quadro 09 – Mulheres Vítimas de sírios e libaneses no Acre.

ANO	CRIME	ACUSADO – ID.	VITIMA – ID.	OBS
1916	Defloração	Felippe Aly, 27 anos.	Jacyntha Prudência de Barros, 15 anos.	Houve reparação a vítima via casamento.
1922	Estupro	Mamed Almeida Batich, 36 anos.	Vitória Jorge, 12 anos.	A vítima começou a ser abusada aos oito anos.
1928	Lesão	Salim Simão, 36 anos.	Maria Delfina do Amor	A vítima era ex-sogra do

⁷³Carta Precatória Nº 4044. Rio Branco, 26 set. 1953. **Ali Musse** (réu). AHTJ-AC.

1931	Corporal Estupro	Abdon Hoss, 40 anos.	Divino, 58 anos. Maria Amélia Carneiro, 16 anos.	agressor. A vítima era órfã e criada pelo agressor.
1932	Questão Trabalhista	José Sapha, 65 anos.	Maria Anunciada	Cobrança de ordenado atrasado.
1942	Lesão Corporal	Almeida Rageb, 50anos.	Alda Soares de Souza, 28anos.	Vítima e agressor viviam amasiados.
1953	Ação de Alimento	Ali Musse/	Arcenia Moreira de Oliveira.	Deixou esposa no Ceará em 1946 e não deu mais notícias.

Fonte: Processos Criminais do **Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre** – AHTJ-AC.

2.2 Sírios e libaneses abandonados.

2.2.1 Ibrahim Jalul⁷⁴

Em Julho de 1930, Ibrahim Jalul, sírio, solteiro, comerciante estabelecido em Rio Branco, recorre ao juizado contra Dulcineia Mourão, mulher com quem Ibrahim alega travar “conhecimento” há cerca de sete anos, resultado deste relacionamento quatro crianças: Azize de seis anos, Latífe com cinco, Mamed de três e Badria de um ano. Filhos reconhecidos e registrados por Ibrahim.

Ocorre que segundo Ibrahim, por motivos fúteis Dulcineia abandonou o lar e levou consigo as crianças que fora do lar e da proteção paterna estão sujeitas a privações. Ibrahim alega que sua “ex-parceira de conhecimento” não possui meios de subsistência e “podendo voltar à vida fácil”. Com tais argumentos, Ibrahim solicitou ao poder público que lhe defira pátrio poder sobre seus filhos.

Ao apresentar sua versão, Dulcineia Mourão, 21 anos, natural do Estado do Pará, esclarece que abandonou a casa de Ibrahim por não suportar os costumeiros maus tratos infringidos por ele, que é dado ao vício da embriaguez. Dulcineia, ao deixar a casa de Ibrahim, procurou abrigo na casa de sua mãe Francisca Angélica Mourão e de seu irmão Benedicto Mourão, onde mora e trabalha para sua manutenção e de seus filhos.

Vivendo amasiada com Ibrahim Jalul há sete anos, Dulcineia era civilmente casada com Inácio Batista da Silva, embora não morasse com o referido esposo, Dulcineia não era

⁷⁴Reclamação de Menores Nº 2253. Rio Branco, 24 jul. 1930. **Ibrahim Jalul**. AHTJ-AC.

legalmente desquitada, mas vivia com Ibrahim desde os 14 anos de idade, com quem teve quatro filhos. Dulcineia já vinha de um precoce e fracassado relacionamento anterior.

Para o Curador Geral de Órfãos, o pedido de Ibrahim Jalul não possuía nenhum amparo legal. O despacho do processo, traz os seguintes esclarecimentos:

Nenhum direito assiste ao requerente Ibrahim Jalul. O caso em apreço envolve a situação de filhos adulterinos e conforme expressa disposição legal, não podem ser reconhecidos: *‘os filhos incestuosos e os adulterinos não podem ser reconhecidos. Art. 358 do Código Civil de 1916’* [...]. O peticionário, solteiro, não podia reconhecer tais crianças, por serem filhos de mulher em adultério. Embora a ilegalidade do ato de reconhecimento seja patente e sem efeito, cabe ao requerente fornecer exclusivamente aos menores, alimentos.

Para que fosse decretada a extinção do pátrio poder de Dulcineia Mourão, mãe dos menores era necessário à violação de dispositivos do Código Civil e por meio de ação competente, onde esta curadoria apurasse graves faltas na moralidade da mulher. Não existindo elementos [...] ⁷⁵.

O depoimento de Ibrahim é nitidamente permeado por um cinismo velado. A expressão “travar conhecimento”, usada para definir um relacionamento informal, que durara sete anos, do qual nasceram quatro crianças, é no mínimo inusitada. Demonstra pouco comprometimento e apreço com as crianças e a companheira. O ato seguinte é a desqualificação de Dulcineia: pobre e sem condições de criar os filhos, “poderia voltar” à vida fácil, ou seja, sugere que Dulcineia era uma “puta” em inatividade temporária. Portanto, nada mais sensato ao juiz que tirar as crianças da companhia da mãe e entrega-las ao pai, que supostamente poderia dar-lhes vida digna.

Em sua versão dos acontecimentos, Dulcineia alega que sofria constantes maus tratos de Ibrahim Jalul, e que este era um cachaceiro. É relevante destacar que no ato de separação, Dulcineia tinha 21 anos de idade, como vivia com Ibrahim há sete anos, podemos deduzir que aos quatorze anos, Dulcineia era uma mulher separado do marido e entrando em um segundo relacionamento. O que poderia estar por trás de tanta precocidade? Abuso sexual, seguido por casamento de “reparação” de honra de moça ofendida? Situação de pobreza extrema, em que o casamento poderia resultar em algum tipo de compensação material para a esposa e sua família? São questionamentos que devemos considerar, mesmo sabendo que as respostas que

⁷⁵Ibidem, f. 11.

encontramos nem sempre nos são satisfatórias. O ato de abandonar o pai de seus quatro filhos menores é de rebeldia e de extrema coragem desta jovem mãe, que sem renda, dificilmente, teria abandonado o pai das crianças sem a solidariedade da mãe e do irmão.

Por não ser Dulcineia desquitada de seu “esposo”, do ponto de vista legal, seu relacionamento com Ibrahim Jalul era uma relação “adultera” e os filhos dela resultantes foram considerados “adulterinos”. Embora Ibrahim tenha registrado os menores como seus filhos, tais registros não possuíam amparo legal. O pedido de Ibrahim acabou sendo indeferido e as crianças permaneceram com Dulcineia.

2.2.2 Abrahim Rachid⁷⁶

Em Junho de 1944, Abrahim Rachid, 45 anos, sírio, proprietário do Hotel Madrid, situado à Rua 17 de novembro, no segundo distrito de Rio Branco, através de seu advogado, ingressou em juízo solicitando à Justiça que apreendesse e lhe devolvesse seus dois filhos menores, Zuleide Rachid e Rachid Abrahim Filho, de cinco e dois anos de idade respectivamente, pois os mesmos haviam sido levados por sua mulher, que abandonara o lar e fugira com o amante.

As alegações apresentadas pelo advogado de Rachid no requerimento ao juizado:

[...] Que aproveitando-se da ausência do suplicante, por força de seu emprego no “Hotel Madrid”, onde permanece durante o dia e parte da noite, enquanto sua mulher entretinha-se, com prejuízo de seus afazeres domésticos [...], em conversas com estranhos, dando entrada em casa a homens com quem confabulava intimamente, situação essa que tinha conhecimento o suplicante, sem supor que pudesse chegar a extremos. Que Diva Mourão sempre despreocupada com seus deveres conjugais, prestava atenção e tinha relações íntimas com Feliciano dos Santos, com quem afinal veio a ter intimidades criminosas, como soube o suplicante, finalizando por abandonar o lar com o amante, conduzindo os filhos menores Zuleide e Rachid. Nestas condições, o suplicante [...], requer a V. Ex.^a a apreensão dos menores Zuleide Rachid e Rachid Abrahim Filho, de cinco e dois anos de idade respectivamente, do poder de sua mulher, visto que a mesma vem incidindo na prática de atos contrários a moral e aos bons costumes, como é de domínio público nesta capital⁷⁷ [...].

⁷⁶Requerimento de Apreensão de menores nº 3409. Rio Branco, 22 jun. 1944. **Abrahim Rachid** (requerente). AHTJ-AC.

⁷⁷Ibidem, f. 2-3.

Figura 05 – Hotel Madri situado na antiga Rua 17 de Novembro.

Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM

Abrahim Rachid, em dezembro de 1936, contraiu matrimônio com Diva Mourão, 33 anos, acriana de Rio Branco. Em suas alegações, Rachid argumenta que, com o tempo, percebeu uma mudança no comportamento da esposa, que se tornara amante de Feliciano dos Santos, com quem acabou fugindo. A justiça não acolheu o requerimento, considerando que o caso se tratava de situação entre marido e mulher, portanto somente com a apresentação de ação de desquite se poderia verificar quem teria direito aos menores. O processo foi extinto, portanto, Diva Mourão não foi ouvida para apresentar sua versão sobre as alegações feitas por Abrahim Rachid. No processo, estão anexados os registros de nascimento dos filhos de Diva e Rachid, com os nomes dos respectivos avós maternos e paternos. Observamos que a avó materna das crianças se chama Francisca Angélica Mourão, portanto Diva Mourão é irmã de Dulcineia Mourão, cujo caso fora analisado anteriormente. Coincidentemente, as irmãs Mourão se envolveram com imigrantes sírios, e os abandonaram de forma dramática com intervalo de quatorze anos entre ambos os casos.

Quadro 10 – Sírios e libaneses abandonados por suas mulheres.

ANO	CRIME	ACUSADO – ID.	VITIMA – ID.	OBS
1930	Abandono do Lar	Dulcineia Mourão, 21anos	Ibrahim Jalul	A vítima tentou reaver a guarda dos filhos menores
1944	Abandono do Lar	Diva Mourão, 33anos	Abrahim Rachid, 45anos	A vítima tentou reaver a guarda dos filhos menores

Fonte: Processos Criminais do **Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre** – AHTJ-AC.

2. 3. Comentário

Neste capítulo, apresentamos nove casos, que ocorreram nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira, ao longo do período que se estende de 1916 á 1953. Dos processos pesquisados, encontramos um caso de defloração; dois casos de estupro; dois casos de lesões corporais; um caso de questões trabalhista; um caso de ação de alimento; dois casos de homens abandonados pelas companheiras, conforme os quadros 06 e 07. Ressaltamos que consultamos a documentação referente ao período de 1904 a 1975, os processos analisados, foram os que encontramos sobre o assunto violência e conflitos entre homens imigrantes sírios e libaneses e mulheres brasileiras, ocorridos no Acre. A pouca quantidade de casos encontrados a principio decepciona, mas se considerarmos duas interessantes variáveis, o quadro se torna animador.

Primeiro, os casos abordados devem ser vistos como ato de coragem das vítimas, que tiveram atitude, procuraram ajuda e denunciaram seus agressores. É bem provável que para cada caso denunciado, vários outros tenham ficado no anonimato, principalmente os de natureza sexual, nos quais, as palavras das vítimas eram desqualificadas por seus agressores, que não raro, ficavam impunes. Quanto à vítima, em localidades pequenas como Rio Branco e Sena Madureira, nas primeiras décadas do século XX, seu infortúnio se tornava assunto de domínio publico, com graves prejuízos para integridade moral da pessoa ofendida. Kalume, em uma crônica sobre o libanês Salim Mustafa Assem⁷⁸, seu contemporâneo, traz a seguinte informação: *“Solteirão, de quando em vez tinha uma beldade em sua companhia, fazendo-lhe par. Surge-lhe no caminho uma jovem apelidada de ‘Conto de Réis’, epíteto aplicado pelo fato de haver sido desvirginada por esse valor, conforme revelara na polícia⁷⁹ [...]”*. É bem possível que esta senhorita tenha carregado a jocosa alcunha pelo resto da vida. A vítima de abuso sexual que prestava queixa, involuntariamente, tornava pública a violência sofrida, se expondo a toda sorte de constrangimentos e rótulos: “não é mais moça”; “não é mais de nada”; “desonrada”; “moça de vida fácil”, entre outros. Antes de ter “peito” para denunciar seu agressor, a vítima de abuso tinha que ponderar o ônus da denúncia. Quantas fraquejaram e preferiram silenciar?

O segundo aspecto relevante, que talvez esteja relacionado à pouca ocorrência de processos observada neste capítulo, talvez seja a baixa densidade demográfica do Acre no

⁷⁸Citado no primeiro Capítulo deste trabalho.

⁷⁹KALUME, Jorge. **Crônicas do Acre Antigo**. 2. ed. Brasília: s.n., 199?. p. 36.

período, e em particular nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira. O primeiro censo demográfico realizado no Acre ocorreu em 1920, o segundo vinte anos depois, em 1940, conforme o quadro 08. O fato, é que não se sabe ao certo quantos imigrantes sírios e libaneses se estabeleceram no Acre.

Quadro 11 – Número de Habitantes do Acre e municípios do Vale do Acre e Purus.

	Domic.	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Acre	Total	92.379	79.768	114.755	169.208	215.299	301.276	417.718	557.526	733.559
	Urbana	--	--	--	--	59.439	131.930	258.520	370.267	532.279
	Rural	--	--	--	--	155.860	169.346	159.198	187.259	201.280
Brasiléia	Total	--	--	--	--	12.311	13.907	20.263	17.013	21.398
	Urbana	--	--	--	--	2.664	4.841	11.557	9.026	14.257
	Rural	--	--	--	--	9.647	9.066	8.706	7.987	7.141
Rio Branco	Total	--	--	--	--	83.977	117.101	197.376	253.059	336.038
	Urbana	--	--	--	--	35.628	87.577	168.679	226.298	308.545
	Rural	--	--	--	--	48.349	29.524	28.697	26.761	27.493
Sena Madureira	Total	--	--	--	--	22.470	23.541	24.197	29.420	38.029
	Urbana	--	--	--	--	3.577	6.641	10.369	16.155	25.112
	Rural	--	--	--	--	18.893	16.900	13.828	13.265	12.917
Xapuri	Total	--	--	--	--	13.327	14.687	12.366	11.956	16.091
	Urbana	--	--	--	--	1.872	3.117	5.072	5.995	10.330
	Rural	--	--	--	--	11.455	11.570	7.294	5.961	5.761
Porto Acre	Total	--	--	--	--	--	--	--	11.418	14.880
	Urbana	--	--	--	--	--	--	--	1.293	1.982
	Rural	--	--	--	--	--	--	--	10.125	12.898

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ao observarmos o quadro de levantamento censitário do IBGE, veremos que em 1920, a população era de 92.379 habitantes. Em 1940, o total da população era de 79.768 habitantes. Em vinte anos, a população do Acre sofrera um decréscimo de 12.611 habitantes. Uma consequência direta da estagnação econômica regional, provocada pela queda dos preços da borracha no mercado internacional. Estes fatores tornaram o Acre um lugar pouco atrativo para imigrantes sírios e libaneses em busca de oportunidade.

Ao retornarmos ao desfecho dos processos analisados, observamos que no caso de defloração de Jacyntha Prudêncio por Felipe Aly, houve o casamento de reparação. A vítima casou-se com o sedutor-deflorador.

Os dois casos de estupros: O caso de Vitória Jorge, que acusou seu padrasto, não conhecemos seu desfecho, pois o processo estava incompleto. Já o caso de Maria Amélia, que acusou Abdon Hoss, pai de criação, de tê-la estuprado, o processo termina com a absolvição do acusado.

Nos dois casos de lesões corporais: Maria Delfina que fora esbofetada pelo ex-genro, o agressor foi preso em flagrante, pagou fiança e respondeu o processo em liberdade; o caso

de Alda Soares, que foi agredida pelo seu amasio, Almeida Rageb, o agressor foi preso temporariamente.

O caso da questão trabalhista entre Maria Anunciada e José Sapha, é bem verdade que esta conseguiu receber seus ordenados atrasados, porém em um valor aquém de suas expectativas.

O precatório enviado pela Comarca de Caucaia-CE de ação de alimento em favor de Arcenia Moreira, contra Aly Musse, não conhecemos o desfecho por estar o processo incompleto.

Os dois casos de homens abandonados por suas companheiras: no primeiro caso, Dulcineia Mourão abandonou Ibrahim Jalul, alegando maus tratos. Jalul recorreu à Justiça pela guarda dos filhos, mas teve seu pedido indeferido. No segundo caso, Diva Mourão, segundo alegou seu marido Abrahim Rachid, fugira de casa com o amante, levando os dois filhos menores do casal. Rachid tentou haver a guarda das crianças na Justiça, mas seu pedido foi indeferido. Em ambos os casos, Jalul e Rachid, tiveram que conviver com as saudades das crianças.

O quadro descrito acima projeta uma estranha sensação de impunidade, no entanto, os elementos estão perfeitamente inseridos nos parâmetros do contexto da época. Os arquivos das Comarcas espalhadas pelo Brasil afora estão abarrotados com processos que descrevem delitos como: espancamentos, defloramentos, estupros, praticados por cidadãos brasileiros. No Acre, não foi diferente. Os delitos praticados por sírios e libaneses contra mulheres brasileiras não constituem um ponto fora da curva, pelo contrario, são idênticos aos praticados pelos brasileiros e, portanto, não recebem nenhuma diferenciação de tratamento por parte das autoridades judiciais, mesmo os mais sensíveis como os de natureza sexual, que costumam provocar indignação na sociedade.

Todos os delitos abordados ocorreram no âmbito do espaço privado, foram praticados no interior das habitações dos envolvidos, vítima e agressor se conheciam, tinham vínculos afetivos há bastante tempo, evidenciando que o “lar, doce lar”, dependendo das circunstâncias, pode ser um lugar perigoso. Os elementos analisados e discutidos nos levam a uma conclusão: sírios e libaneses estavam perfeitamente integrados à sociedade local, pelos maus costumes. Pelos maus costumes sim, pois não há nos processos nenhuma denuncia de pratica de delitos hediondos, que vão contra os tabus da época. Os delitos praticados por estes

imigrantes contra mulheres são exatamente idênticos aos praticados pelos brasileiros, portanto, recebiam tratamentos idênticos, inclusive ficavam impunes se dispusessem de recursos para custear bons advogados. Se estavam integrados pelos maus costumes, possivelmente se integravam às demais esferas da sociedade como a econômica, política, social, religiosa e filantrópica. Uma harmoniosa integração.

3. HISTÓRIA DE VIDA I

3.1. Deise Salim

O pai de Deise, Tufic Salim Abuaiche, chegou a Xapuri em uma data indefinida, suas memórias dão conta de que chegara antes da Revolução Acriana, iniciada em agosto de 1902. Tendo esta data como referencia, Tufic Salim viveu e trabalhou em Xapuri por 72 anos, até sua morte em 1974. Empregou-se na Casa Zaire, foi regatão, cozinheiro, homem de confiança do comerciante Fares Zaire por mais de 40 anos. Juntou algum dinheiro e antes de casar com Venilha Ferreira, partiu de Xapuri, com intenção de visitar o Líbano, mas seu fraco pelo jogo, fez com que em São Paulo, perdesse todas as economias e o sonho de rever os familiares e a terra natal ficou para sempre perdido.

A trajetória de vida deste imigrante libanês que se aventurou pelas terras acrianas, e o ponto de partida da história de vida de Deise Salim cuja narrativa, se misturam com a história do pai.

Libanês não vende propriedade. Diz-se assim: “propriedade, quem tem não vende. Quem não tem, compra” (Deise Salim) ⁸⁰

Meu Pai era de Beirute, Líbano. Veio para o Acre porque disseram para ele no Líbano, que aqui se juntava dinheiro com ciscador. Diziam que no Brasil todo mundo era rico... Meu pai disse “*Eu quero ir para essa terra*”. Ele chegou bem novinho e morreu com mais de 100 anos, em 1974. Nessa época, eu já tinha me mudado para Rio Branco, estava no último ano da Faculdade. Meu pai dizia: “*Minha filha vem embora, não precisa estudar mais não, tu sabe ler e escrever, tá bom!*”.

⁸⁰ Entrevista com Deise Salim, 80 anos. Natural de Xapuri, Acre. Nascida em: 26 de Fevereiro de 1933. Segunda geração de imigrante libanês no Acre. Entrevistas realizadas nos dias 05, 06, 12 e 13 de março de 2013, em sua residência, na Rua Benjamim Constant, 1311.

Ele chegou ao Acre, antes da Revolução Acreana. Isso eu sei... Porque meu pai dizia... Até cozinhou para os soldados (do Exército acriano). Quando ele chegou ao Brasil, ficou primeiro em Belém. Ele queria achar esse dinheiro... Meu pai perguntava: “*Onde se junta dinheiro com ciscador*”? Disseram: “*Não é aqui não, é em Xapuri, no Acre*”. Em Xapuri, produziam muita borracha... Corria muito dinheiro. Aí ele veio para Xapuri, chegou e foi ser regatão. Ele trabalhava com o seu Faris Zaire, dono do batelão, e meu pai trabalhava remando, vendendo e recebendo. Compravam borracha nos seringais trocavam por fazenda (tecido), por alimentos e traziam a borracha. Levavam medicamentos naqueles batelãozinhos, com muito sacrifício, quando o rio estava seco, embora naquele tempo no Acre chegasse até navio.

Meu pai dizia que o trabalho no rio era constante e pesado. Se o barco encalhava, eles tinham que empurrar... Às vezes descarregar e recarregar o barco novamente. Cortar troncos de árvores a machado... Ele ficou herniado desde essa época e morreu em consequência disso, de empurrar batelão e fazer força, era um serviço muito pesado.

Eles subiam e desciam o rio vendendo mercadorias. Vendiam ou trocavam por borracha, querosene, sapatos, remédios, o que não tinha nos seringais. Só que aquilo era clandestino. Se o dono do seringal soubesse que alguns seringueiros estavam desviando a borracha do seringal, eles podiam sofrer algum tipo de retaliação ou coisa assim.

Naquele tempo, havia poucas mulheres nos seringais, então muitas vezes eles eram trocadas por borracha. Na minha casa em Xapuri, morou por um tempo uma moça chamada Idalina. O juiz mandou meu marido ir ao fórum, buscá-la e dar-lhe moradia por um tempo. A Idalina foi vendida ou trocada e levada para um velho em outro seringal. Quando ela viu o velho, ficou apavorada. À noite o velho ficou olhando para ela. Idalina ficou com tanto medo que à noite, quando foi dormir amarrou as bordas da rede para ele não entrar. Mesmo assim, de madrugada ela fugiu para mata. Atravessou a mata na escuridão sozinha. Naquele tempo tinha muitas onças. Ela conseguiu chegar em outro seringal, toda rasgada e foi encaminhada ao Juiz em Xapuri. O juiz pediu ao Pinheiro, meu marido, para abrigá-la em nossa casa por uns tempos. Quem fazia esse tipo de negócio eram os regatões. Não eram todos, mas alguns faziam.

Meu pai tinha um bar, onde tinha uma mesa de sinuca. É a maior sinuca do Acre. O governo tem muita vontade de comprar essa sinuca. Ela está em Xapuri, na mesma casa que era do meu pai. A propriedade ainda é nossa, nunca vamos tirá-la de lá. Libanês não vende propriedade. Diz-se assim: “propriedade, quem tem não vende. Quem não tem, compra”. Esse

estojzinho foi feito pelo meu pai (mostra um estojo em forma de cilindro, confeccionado em latão, onde guarda a escritura de sua residência), tem quase cem anos. Quando algum cliente do bar ficava devendo qualquer importância, ele fazia a nota promissória, a pessoa assinava e ele guardava neste estojo. Tinha muitas notas promissórias enroladas.

Mantenho em Xapuri, minha antiga residência, perto da Igreja. Sempre gostei de morar perto de Igreja. Era bom demais, as crianças brincavam na rua, sem medo. Naquela época, à noite, a gente só via crianças correndo, brincando de manja, jogando... Não tinha ladrão, não tinha drogas. Hoje em dia, se você vê uma criança correndo, você já fica com medo. Soltavam papagaio, tomavam banho no rio... Tiveram infância... Meus filhos tiveram infância.

Na igreja de Xapuri, tem os ossos de uma freira, madre Gabriela. Ela era uma santa. Sua história é bastante conhecida em toda Xapuri, minha mãe nos contava. No Colégio das Freiras, havia quatro irmãs órfãs, Almira, Belmira, Palmira, Valdomira. O pai delas teve uma doença muito grave. Estava morrendo e não aceitava a extrema-unção do padre. Dizem que ele era português e ateu. Irmã Gabriela fez de tudo para ele aceitar o sacramento da extrema-unção, mas diante da recusa, ela fez uma promessa: daria a vida dela em troca da conversão do moribundo. E assim, ele finalmente aceitou o ultimo sacramento. Irmã Gabriela, pouco tempo depois morreu. Uma das filhas dele, a Palmira, que era aluna do colégio, tornou-se freira e adotou o nome de Gabriela, em homenagem à freira que deu a vida pelo pai dela. Isso foi muito bonito e foi verdade. E todo mundo sabe disso em Xapuri.

Cheguei a ver o navio Benjamin em Xapuri. O Benjamim em Xapuri! Na frente das casas comerciais, a borracha produzida nos seringais estava pronta para o embarque... Todos corriam para o porto. O navio chegava sempre em dezembro na época das cheias e trazia de tudo... Xapuri era tão adiantada. Tinha até campo de pouso. Aqui em Rio Branco, ainda não tinha. Então, o avião pousava em Xapuri e os passageiros desciam de lancha para Rio Branco. Isso na época que o Guimard Santos, era governador (Território Federal do Acre, 1946-1950).

Em Xapuri, o rio faz uma volta, era tão bonito quando vinha chegando uma embarcação. Chegavam as “chatinhas”. Tinha a Sorocaba, Diamantina, Itacoatiara, isso tudo eram os nomes das “chatinhas”. O Benjamim (gaiola) trazia tanta coisa: bacalhau, cestas de camarão seco, muito azeite doce galo, só vinha coisa boa. Tinham mercadorias, louças. Tudo para abastecer Xapuri. Pessoas de Rio Branco que iam se casar, viajavam a Xapuri para fazer

compras. Eu tenho louça daquela época, completos de jantar lindos. Taças lindas, compradas na “Limitada” e na “Casa Zaire” que eram as duas principais Casas de comércio de Xapuri.

Figura 06 - Balsa de pelotas de borracha da Casa Aviadora A Limitada, descendo o rio Acre. Década de 50.

Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural – FEM

Fui estudar no colégio e passei minha infância toda no internato. Saí quando comecei o Normal Regional, que era o equivalente ao ensino médio. Entrei no Colégio com uns oito anos de idade. Sofri muito com saudades de casa. Fiquei internada porque minha mãe não tinha condições de me ensinar. Ela era semianalfabeta, trabalhava demais. As freiras orientaram minha mãe: “bote ela no colégio, que nós cuidaremos dela”. Então, fui para o colégio e as freiras me receberam. Comecei a cantar no coral. Eu cantava muito bem e logo me destaquei. Minha mãe lavava roupa para várias alunas do colégio em troca da minha permanência. Entre as alunas, havia as pagantes e as órfãs. As órfãs eram mantidas pelo Estado. Eu pagava com o trabalho da minha mãe. Minha mãe foi uma heroína. Quando saí do internato, tinha uns 15 anos, eu já era moça.

O colégio das freiras era importante, tinha mais de 100 alunas. Tinha aluna de Brasileira, Cobija (Bolívia), Boca do Acre (AM), Porto Velho (RO), Assis Brasil... O Ensino ia do Primeiro ano até o Normal Regional. O currículo do colégio era muito completo, estudava música, inglês e francês. As aulas de francês era com um padre, todo dia ele chegava

para dar aula e dizia: “vamos fazer um ditado”. Ditado em francês. Tinha ditado de música. Se me der um ditado de música eu faço: dó, ré, mi... Quanto vale cada nota, clave de fá, clave de sol, era muito completo. Havia trabalhos manuais. Os meninos sempre faziam pinturas. Meninas faziam aulas de prenda, aprendia a pregar botão, bordar uma toalha, fazer crochê, tricô, aprendia a fazer tudo. Tinha pintura e aula de canto. Eu canto uma missa em latim todinha.

Aprendi o latim cantando e falando. Sem saber o que estava dizendo. A liturgia religiosa na escola era em latim. A missa era celebrada em latim, com o padre de costas e nós cantávamos em latim também. Tinha o credo. A gente foi aprendendo a cantar. Cheguei a cantar o “*Tantum Ergo*”, um canto sacro que é cantado em frente ao santíssimo.

- Denise, minha neta, me dá aqui aquele retrato que eu tô com um vestido cumprido e uma flor do lado. - Essa mesma Ave Maria (que cantou para o Guiomard) eu cantei na frente do palácio na sagração do Bispo Dom Júlio Mattioli, eu tinha 10 anos. Essa foto (mostra foto com o vestido que usava quando cantou a Ave Maria para o Governador Guiomard Santos) foi tirada muito tempo depois, mas eu guardei o vestido. Como era uma escola religiosa essa roupa era quase extravagante para a época.

No colégio tudo era pecado. Quando eu era garota, tinha medo de Deus. As freiras diziam para nós: “*Não façam nada, porque Deus está com o olho deste tamanho (gesticula) olhando pra vocês*”. “*Vocês pensam que vão fazer alguma coisa escondida? Ele está vendo*”. Às vezes eu me cobria todinha com medo de Deus. Elas diziam: “*Olha a educação*”. Na aula de prenda, você não podia desperdiçar um pedacinho de linha. As freiras diziam que o “Diabo” estava sempre juntando aqueles pedaços de linha que caíam no chão e botando em um saco, quando a gente morresse, olha o saco cheio de linha.

Quando eu menstruei a primeira vez, foi no colégio, eu não sabia nem o que era. Eu disse para minha amiga, o que estava acontecendo comigo: “*Tô ficando muito mal, eu vou morrer*”. Aí ela disse “*Não é isso não*”. Ela começou a dizer o que era... Enquanto isso, eu estava descascando uma manga verde - tinha um pé de manga no colégio - aí ela disse: “*Olha, não come essa manga, porque faz mal*”. Na minha cabeça, tudo era pecado. Sabe qual foi minha resposta? Deus vai me perdoar porque eu não sabia. Embora o colégio fosse um internato de meninas, as freiras não ensinavam nada sobre isso. Minhas colegas que já eram moças me diziam o que fazer. As mais velhas ensinavam às mais novas. Depois, quando as freiras ficavam sabendo, elas deixavam umas toalhinhas e mais de uma calcinha em baixo do travesseiro para quem estivesse menstruada, mas era pouco. Não tomávamos conta de nossas

roupas. As freiras tinham o controle das roupas que usávamos. Nossas roupas eram todas marcadas e guardadas em um armário. De manhã, elas tiravam um vestido, uma combinação e a calcinha e deixavam em cima das camas das internas.

Eu tinha uma amiga, a Elvira Soares. A gente ia para o Colégio e levava as roupas. Íamos crescendo e as roupas iam ficando justas, mas a gente ia usando mesmo assim. Levaram escondido um romance, *Iracema*, de José de Alencar. Para ler aquele romance, nós arrancamos a capa do Iracema e colamos a capa de um livro de língua portuguesa. Para quem via aquilo, era língua portuguesa. Iracema passou de mão em mão, eu li e gostei. Quem não gostava? A Elvira ficou louca pela Iracema, “*a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que as asas da graúna*”, essas coisas... Nós ficávamos vendo a graúna, os lábios de mel pintados, então o que aconteceu? Ficamos cheias de Iracema na cabeça, fantasias... Hoje é obrigado a ler, naquele tempo era proibido. A Elvira vestia um vestido meio apertado, e no livro dizia que “*Iracema ia se tornando moça e, dando formas ao corpo...*”. Tudo isso tinha no livro, então a freira chegou para Elvira e disse: “*Dona Elvira você não está achando que esse vestido está muito apertado em você?*” Aí a Elvira disse assim: “*Irmã o tempo, está dando as formas ao meu corpo*”. Ela disse o que tinha lido no livro. Essa história de forma no corpo resultou em uma surra que ela pegou. Surra, sim. Íamos para o dormitório às 20 horas, após os estudos. Aquela que ia apanhar ficava. Tinha um quarto... A Elvira pegou uma surra dentro deste quarto. Quem aplicava era a madre superiora. Ela usava um cinto que fazia parte do vestuário delas.

Sabe qual a surra que mais doía? Era essa aqui (pega minha mão fechada e gesticula um cascudo aplicado com intensidade na extremidade do 2º, 3º, 4º e 5º ossos do metacarpo do dorso da mão) dói tanto, que chega a doer na alma. Dessa, eu peguei. Todo mundo pegava. Isso era terrível, “pá, pá, pá”, não tinha quem aguentasse. Era a surra que elas gostavam de aplicar. Não deixa marca no corpo. Quando alguém ia ser castigado, todo mundo sabia. Na hora de dormir, se a irmã separasse alguém, quem ficava já sabia o que tinha feito e o que ia acontecer.

Havia formas mais brandas. O castigo mais comum era suspender a merenda e o recreio. Isso era comum. Certa vez, eu peguei cascudos na mão... Tinha caído uma chuva de madrugada com ventos forte. Ouvimos as mangas caírem: “pá, pá, pá”. Era umas duas horas da manhã. Nós com uma fome... Levantamos umas dez, a “panelinha” que comungava dessas coisas. Já havia passado a chuva, enxergamos muitas mangas maduras no chão, nós deitamos

nos bancos do pátio e chupamos manga até quase o dia amanhecer. Lavamos a boca e fomos deitar. Tinha uma menina que ia ser freira, ainda hoje eu a vejo, mas não lembro o nome dela. Ela contou para a irmã que nós tínhamos passado a madrugada fora do dormitório. Acordávamos às 5 horas, tomávamos banho e seguíamos para a missa na igreja, que era longe do colégio. Quando a gente voltava, o café da manhã estava servido, a mesa enorme cheia de canequinhas, com café e um pedacinho de pão em um pratinho. Neste dia, quando nós chegamos da igreja, doidas para tomar café. Sabe o que tinha dentro da caneca? Óleo de mamona. Para nós não adoecermos, ela nos deu mamona. Foi um tipo de castigo. Deu diarreia em todo mundo. Além da mamona, tinha uma panela cheia de chá. Tinha de tomar. Eu derramei o meu, mas alguém viu e contou para a irmã. Ela disse: “*Venha aqui*” e “*pá, pá, pá*” (cascudo no dorso da mão). Tive que beber o dobro. Nós nunca nos esquecemos disso. Bebemos o óleo da mamona e passamos o dia tomando chá. Porque levantamos de madrugada e comemos mangas.

No início, tomávamos apenas três banhos por semana. Após a visita de um médico ao colégio, nós passamos a tomar banho todo dia, às cinco horas da manhã. Na época da friagem, um frio terrível. No banheiro, havia uns tanques cheios de água fria. Fazíamos uma fila, eu com muito frio, molhava o cabelo e tomava banho bem rápido.

À noite, o jantar era sopa de cabeça de boi. As cabeças de boi inteiras chegavam ao colégio, as freiras dividiam ao meio, cortavam os pedaços e faziam um caldeirão de sopa. Também comíamos muito picadinho de sangue de boi. Elas pegavam o sangue do boi, deixavam coagular e cortavam bem miudinho, preparavam e serviam.

No colégio, tinha uma horta linda. Quem cuidava eram as internas. Tinha muito tomate, couve e alface... Para cuidar da horta, eram organizados turnos semanais de cinco pessoas. Não importava a idade ou se a interna era pagante ou não. Todos tinham de fazer o mesmo trabalho. Quando chegava minha vez, eu pedia sal à irmã Amélia, ela me dava um bocadinho em um papel. Eu e todas da nossa equipe, temperávamos os tomates com sal e comíamos para ficarmos fortes. Elas faziam arroz com couve e serviam com feijão, farinha e uma banana. Quando nós comíamos banana, elas sempre diziam para descascar a banana e não tirar seus fiapos, pois ali estavam as vitaminas. Essa era a vida do colégio. De manhã, íamos para a missa, quando voltávamos, tomávamos café e seguíamos para a sala de aula. Saíamos às onze e meia para o almoço, depois era hora do descanso. Uma hora a gente

voltava e após duas horas de estudos, tinha a aula de prenda. Quem fazia o Normal Regional era diferenciado e seguia para outra atividade.

Bonita era a educação física. Fazíamos ginástica rítmica acompanhada com música. Tinha a banda do quartel, mas na maioria das vezes ensaiávamos com um gramofone. Eu lembro... Era lindo. Você vibrava com a educação física. Era muito bonito. E o colégio das freiras tinha uma rivalidade com o Grupo Escolar (escola pública). Vou pegar um livro e dar pra você ler. As lembranças do colégio das freiras, que eu escrevi. São lembranças agradáveis.

Lembro-me de uma ocasião em que fizemos cocada de castanha para festejar o aniversário da Valdomira, uma interna. Fizemos o mel de açúcar, cortamos as castanhas e colocamos naquele mel. Depois espalhamos em uma bandeja, cortamos e fomos festejar o aniversário. Era muita cocada, todo mundo comeu. A Valdomira não comeu, preferiu guardar sua parte no “lugar dela”. O espaço, que nós chamávamos “meu lugar”, era um escaninho, parecido com uma colmeia aberta. Cada interna tinha o seu, onde guardava o véu, as escovas, o livro de reza e todos os objetos pessoais. Alguém muito esperto, à noite foi lá, pegou a cocada da Valdomira e comeu... Quando foi de manhã a Valdomira foi atrás da cocada. Cadê a cocada? No colégio, toleravam-se muitas coisas, mas mexer nas coisas dos outros, era um crime. A madre não aceitava. Como não apareceu o culpado, todas ficaram de castigo, sem merenda. A irmã dizia assim: “Por favor, quem tirou a cocada venha me dizer, porque as outras estão sofrendo por sua causa, você está fazendo isso, mas Deus está vendo”. Nada de aparecer a culpada. A madre disse: “quando vocês forem dormir, vou ficar aqui, até às nove horas da noite, esperando quem pegou a cocada, para se redimir e tirar as outras do castigo”. Ninguém apareceu.

Eu sabia quem tinha tirado a cocada. Mafalda Malanez, ela era boliviana. A cama dela era pegada à minha, à noite eu ouvi ela “crok, crok, crok”... Eu disse "Mafalda, foi você quem roubou a cocada" Ela disse: “Oh! Cocada boa”. Enquanto isso, todo mundo no castigo. Não tinha merenda, nem recreio enquanto não descobrisse quem roubou a cocada. No sábado a Madre disse: “Não quiseram me contar quem roubou a cocada, mas como alguém assim tem coragem de receber cristo no coração? Quem estiver mentindo, por favor, não vá comungar na missa de domingo, porque estará comungando a própria condenação”. A Mafalda disse: “Isso é uma jogada dela. Quem ficar foi porque comeu a cocada”. No dia seguinte, na hora de comungar eu olhei... A Mafalda era a primeira da fila. Todas nós comungamos. As freiras ficaram horrorizadas.

A Madre superiora não desistiu. Mandou chamar o padre para jurarmos inocência com a mão sobre a bíblia. Agora eu quero ver, Mafalda, tu vai te lascar. Que nada, quando o padre chegou, ela foi a primeira... Eu disse: "vixe"... Após duas semanas de castigo, a Mafalda me disse que ia fugir. O Abraão Felício tinha um batelão que fazia a linha Xapuri- Brasília. Ela mandou perguntar ao Abraão Felício, se ele poderia levar uma carta para o pai dela. E que dia ele ia viajar. Ela mandava perguntar pelos alunos externos. O Abraão Felício avisou que viajaria no dia seguinte ao meio dia. Na hora do almoço, durante o recreio ela saiu, e foi embora. Tinha um portão que ficava destrancado. A Mafalda embarcou no batelão e disse ao Abraão Felício: “se você não me levar, eu me joga dentro d’água” (versão do Abraão Felício). Ele mandou avisar às freiras que a Mafalda estava a bordo, para elas não ficarem “feito loucas”, procurando por ela. Meio dia em ponto, o batelão partiu rumo a Brasileia (vizinha à cidade boliviana de Cobija).

Por ser de Xapuri, a Madre me chamou. Nós saímos do colégio correndo, pegamos um atalho da volta do Rio e fomos esperar o batelão passar na Praia do Inferno. Tinha um descampado bem grande que se atravessássemos correndo, chegaríamos à praia primeiro que o batelão. A Praia do Inferno tinha esse nome porque era uma praia muito perigosa, ficava em um trecho encachoeirado do rio, mas durante o verão, o rio formava uma praia muito grande. Nós descemos um barranco e aguardamos o batelão. A Madre esperava que o batelão encostasse à margem da praia, para ela tirar a Mafalda. Por essas alturas, ela já desconfiava quem tinha comido a cocada. Quando o batelão se aproximou, ela acenou pedindo para o barco parar, mas a Mafalda insinuou que se jogaria no rio. Ela, com quatorze ou quinze anos, não sabia nadar. Entre atender a Madre e ver a Mafalda se jogar no rio, Abraão Felício preferiu seguir viagem. Mas quando o batelão ia passando por nós, a Mafalda bateu na barriga e gritou: “*A cocada oh! Eu comiii...*” (risos). A Madre disse: “se você contar o ocorrido no colégio, você vai ficar de castigo”. Ela estava com a aquela batina grande, toda suja de lama, cheia de carrapicho, suada. Acho que ela não queria se sentir diminuída. A Mafalda seguiu para Bolívia. Nunca mais eu tive notícias dela. Ela era da família Malanez, uma família importante de Cobija. Eu tenho um retrato dela e de todas as meninas, eu vou procurar depois te mostro.

Tive uma infância boa. Eu gostava muito de teatro, no colégio tinha um teatro lindo. No fim do ano, os pais, a comunidade xapuriense ia para o teatro e a gente apresentava cada peça bonita. Tinha uma ópera chamada “Marcos: o pescador”. Nós apresentamos essa ópera

na sagração do Bispo Dom Júlio Mattioli, no Colégio Acreano. Os alunos do colégio Divina Providência vieram de Xapuri para sagração do Bispo em Rio Branco...

Adoro fazer e comer bolo. Quando vivia no colégio, na hora do recreio, as externas que os pais tinham condições, levavam bolo para merendarem. Elas abriam aquele papel de seda e comiam seus bolos e nós, as internas, ficávamos olhando. Parece que estou vendo, elas faziam uma rodinha e ficavam comendo assim para a gente ver. Nós tolas, ficávamos olhando. Acho que isso me marcou. Hoje em dia, eu faço bolo, como e ofereço para as visitas..., nunca esqueci. Toda vez que faço bolo, lembro-me disso. Uma coisa simples, um pedaço de bolo, mas é uma pequena grande coisa, que ficou marcada em minha memória. Eu era muito criança, quando fui para o colégio interno.

O colégio, depois que eu me adaptei, se tornou para mim uma referência na minha vida, na religião, nos meus estudos... Foi um período de aprendizado muito grande.

No colégio e na igreja, eu nunca fui diferenciada por ser filha de libanês, pelo contrário, sentia orgulho. Em Xapuri, o comércio era todo libanês e português e os libaneses eram como uma irmandade. A Casa Kalume era uma importante casa "aviadora" de seringais. A Casa Zaire tinha seringais, mas possuía grande variedade de mercadorias vendidas no varejo. A "Limitada" era maior do que todas as outras, pertencia a seu Adão, um português. A Casa Galo também era portuguesa. A Casa Zaire e a casa Kalume eram libanesas. Xapuri tinha muitos libaneses... Daí os costumes e a comida Síria, que muita gente fazia. Eu aprendi a fazer comida síria com meu pai. Faço quibe, lentilha, charuto, tabule, que é a massa de trigo com muito tomate e muito alface, faço homus que é massa de gergelim com grão-de-bico. Também faço esfirra aberta, berinjela recheada à moda do meu pai. Toda comida Síria eu faço. Toda vez que ele ia cozinhar, eu estava com ele. É por isso que eu não admito fazer um charuto de couve enorme, como esses que fazem por aí. Isso não existe. O charuto verdadeiro é feito com folhas de parreira, mas como não existem parreiras no Acre, a folha de vinagreira tornou-se uma alternativa. É um ritual fazer um charuto, tem que botar a carne, pegar as duas pontas e enrolar com jeito, puxar de novo. Só faz quem sabe mesmo. Na época da folha de vinagreira aqui em casa, nós comemos muitos charutos.

Meu pai não se envolvia com política, ele nem votava, porque só escrevia em árabe. Não sabia escrever em português. Entre os libaneses de Xapuri, eram poucos os que sabiam ler. Muitos patrícios recebiam correspondência e levavam em nossa casa para meu pai ler. Parece que estou vendo meu pai olhando aquelas cartas. Ele mandava fazer uns cilindros em

latão, como um cano, onde guardava os documentos importantes. Ele dobrava, guardava naquele cano e fechava. Aquilo ficava isento de bichos, roedores e umidade. Guardava as cartas, notas promissórias, escrituras. Quando chegou a internet, nós procuramos saber se existia algum parente no Líbano. Procuramos pelo sobrenome do meu pai “Salim”. Responderam que “Salim” no Líbano é como Souza no Brasil, é muito comum, portanto, difícil detectar a origem. Perdemos o contato.

Conheci Guiomard Santos e Dona Lúcia, sua esposa. Ela era diferente das acreanas, era uma mulher graúda, loura, muito bonita e comunicativa. Quando o Guiomard Santos ia a Xapuri, a notícia se espalhava, era uma revolução na cidade. Minha mãe era quem preparava os banquetes. Guiomard era o líder político do PSD, considerado o partido das pessoas de maior “status”.

Quando Guiomard Santos chegou a Xapuri, eu fui cantar na recepção. Já era mocinha, tinha uns 15 anos. Cantei “Ave Maria” de Schubert, acompanhada de violino e piano. Eu cantava muito bem. Ele ficou extasiado, olhando eu cantar. À noite fizeram um baile muito grande para ele na prefeitura. Os bailes sociais naquela época eram na prefeitura, com aquelas cadeiras contornando o salão. Ele me tirou para dançar. Eu com 15 anos, moçota. No interior a gente aprende a dançar cedo, porque não tinha problema ir para a festa. Eu fui dançar com ele, tu quer saber? Vou te dizer bem baixinho... Ele disse:

- *Você cantou tão bonito! Você estuda ali no colégio? Quem é sua mãe?* Tudo ele perguntava.

Eu disse: - *Minha mãe é lavadeira e meu pai trabalha no comércio junto com seu Faris Zaire.*

Aí ele perguntou:

- *Você está se formando?*

Respondi: - *Sim, já estou me formando.*

Ele me perguntou: - *Você quer ser professora?* Minha mãe dizia que não era para eu aceitar nada de ninguém. Estou dizendo só para você. Eu era muito retardada. Ele era um homem muito educado, muito bom.

O PTB, diziam, era o partido da ralé. Eu estudava no colégio das freiras - Instituto Divina Providência. A Madre Superiora avisou de sala em sala, que não era para fazer alegria

para o PTB, pois este partido era considerado na época sinônimo de divórcio. Divórcio era pecado mortal, então não se falava em PTB no colégio. Mas minha mãe e meu irmão eram PTB. Quando o Oscar Passos, candidato do PTB, chegou a Xapuri, foi uma alegria geral, com recepção e banquete.

No colégio das freiras, todos, embora não votassem por serem menores, tinham que ser a favor de Guiomard Santos. Mas uma turma de alunas simpatizantes do PTB foi ao campo de aviação esperar e conhecer Oscar Passos, que, até então, ninguém conhecia. Quando Oscar Passos chegou ao campo de aviação, perto da cidade, a população foi recepcioná-lo e fizeram uma passeata enorme pelas ruas de Xapuri. Então quem era que estava na passeata? Quem foi receber Oscar Passos? Eu, a Iraci Castelo e a Elia. Nós fomos receber o Oscar Passos, cantando o hino do PTB: *“poderoso, invencível e inquebrantável adorado meu partido PTB”*. Seguimos cantando na passeata *“poderoso, invencível e inquebrantável adorado meu partido PTB”*, eu me esqueci do resto. Era uma alegria danada, nós fomos dar uma volta nas ruas cantando, Oscar Passos à frente, passamos pela frente do colégio e as freiras estavam todas lá, olhando se tinha alguma aluna participando da passeata. Quem era que ia dançando bem na frente? Eu e as outras duas.

Era fim de ano, eu já tinha feito às provas. Minha mãe com muito sacrifício mandou fazer o meu vestido de formatura, lindo, lindo... Mandou buscar em Manaus. Sabe o que aconteceu? Eu não pude ir à festa de formatura, porque eu era a favor do divórcio, segundo a interpretação das freiras. Naquele tempo era terrível. Porque o Oscar Passos disse: *“se um casal não se desse bem, podia se divorciar”*. Então dizia-se assim: *“se votar no PTB todas as organizações vão pagar imposto, até as lavadeiras”*. Não sei se essa era a posição da igreja em Xapuri, mas as freiras faziam isso no Colégio. Só sei que eu fui proibida de dançar na festa da minha formatura. Minhas duas colegas foram suspensas do colégio. Foi uma suspensão muito longa e eu não fui ao baile.

Comecei a lecionar muito nova. Justamente no colégio em que não me deixaram participar da festa de formatura, olha que incoerência. Tornei-me professora junto com as freiras. O colégio era uma construção de dois pisos. Hoje, se você for ao colégio vai ver muitas fotografias de alunos, de como era o colégio. Quando chegava o fim do mês a freira entregava um envelopezinho com meu pagamento. Ela me pagava conforme as horas aulas que eu ministrava durante o mês. Depois eu passei a receber pela SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que só pagava no fim do ano. Passava o

ano inteiro lecionando sem receber nada. No fim do ano, eles faziam um pagamento único e as freiras me presenteavam com um corte de linho amarelo. Eu tinha vários cortes desse tecido. Imagino que elas tinham uma peça enorme e todo ano elas cortavam uma parte e presenteavam os professores. Final de ano, recebíamos o embrulho com o presente de sempre. Eu ainda tenho um corte de linho amarelo. Fiz vestido, saia, mas eu não podia fazer tantas roupas amarelas. Eram tantos corte de linho amarelo! Dei para minha irmã e para outras pessoas.

Lecionei no Instituto Divina Providência durante muito tempo. Depois passei para o Estado, mas continuei no mesmo colégio durante muitos anos, até me aposentar. Quando eu vim para Rio Branco, fui trabalhar no Instituto São José, outro colégio das irmãs, onde havia umas freiras que tinham trabalhado no Divina Providência. Trabalhei também no CESEME (Complexo Escolar de Ensino Médio), atual CEBRB (Colégio Estadual Barão do Rio Branco). No Instituto São José, trabalhei nas turmas de 6ª a 8ª série, porque eu já estava na Universidade. Em Xapuri, eu lecionava de 1ª a 4ª, aqui em Rio Branco fui lecionar Geografia. Não era preciso ser qualificado para a disciplina. O professor era escolhido conforme a necessidade do colégio. Naquela época, não tinha faculdade de Estudos Sociais no Acre. Lecionei Geografia. Era difícil, preparava o conteúdo com um livro que eu tinha, planejava, ia para sala e explicava o assunto para os alunos, depois escrevia na lousa o resumo do que foi explicado, era o ponto máximo da aula.

Procurei trabalhar desde cedo, devido às dificuldades. Minha mãe e meu pai trabalhavam muito. Achei por bem botar em prática o que eu tinha aprendido e comecei a lecionar no ensino infantil no Colégio Divina Providência. Nesta época, meu pai tinha um bar e minha mãe trabalhava com ele. No bar, havia uma sinuca muito grande, que alias é a maior sinuca do Acre. Ainda existe em Xapuri e está em pleno uso.

Certa vez, houve em Xapuri, um surto não lembro se de impaludismo ou hepatite. Não havia quem fizesse exames de sangue, então enviaram de Rio Branco um técnico laboratorista para fazer coleta e exames de sangue nos doentes. Este rapaz veio do Ceará para trabalhar em Rio Branco, junto com um primo chamado Milton Matos. A Assembleia Legislativa tem o nome dele, Milton Matos. Quando chegaram aqui, esse Milton se projetou na política, foi até prefeito de Rio Branco. O outro continuou na saúde. Foi fazer os exames de sangue em Xapuri e almoçava na pensão do meu pai. Ele gostou de mim e eu gostei dele, e então nós nos

casamos em 09 de junho de 1950 (tinha 17 anos). Ficamos em Xapuri, eu continuei a lecionar e ele a trabalhar na saúde.

Quando eu tinha 29 anos (por volta de 1962), houve uma reviravolta na minha vida. Apareceu um câncer muito agressivo em meu útero. O médico que havia em Xapuri tinha ido embora; para a população não ficar desassistida, uma vez por mês, um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) levava médicos para consultar a população. Meu marido trabalhava no posto de saúde, quando os médicos chegavam, eu ficava louca para levar minha irmã, para aproveitar a oportunidade e ela se consultar. Eu nunca ia porque não sentia nada. E a doente era eu, mas até então, não sabia. O câncer é muito traiçoeiro.

Tive dois filhos, não pude ter mais. Dois homens, o Jorair é o mais velho, depois vem o Jairo. Por esta época, houve um surto de paralisia infantil em Xapuri. Um senhor chegou chorando de manhã e disse: *“Pinheiro faz os atestados de óbito para eu enterrar dois filhos meus, que morreram de paralisia infantil”*. Após atendê-lo, meu marido disse: *“esse homem vem do velório dos filhos, vem com todos os micróbios da paralisia e nós com duas crianças pequenas dentro de casa...”*. Dias depois, eu notei que o Jairo, não estava movimentando o braço, eu ofereci um biscoito e ele não conseguiu levantar o braço. Com uma semana, começou a ter febre alta. Contraiu a poliomielite. Nós o levamos para fazer tratamento no Rio de Janeiro.

O tratamento do Jairo progrediu bem, faltava uma semana para virmos embora. Fui conhecer a igreja da Penha, com sua escadaria de mais de trezentos degraus. Eu quis ver essa igreja antes de retornar para Xapuri. Quando me preparava para subir a escada, uma senhora que eu não conhecia, se aproximou e disse: *“se você subir essa escada a pé, quando chegar lá em cima, se pedir uma graça você alcança”*. Eu subi e cheguei lá! Estou te dizendo com muita realidade, eu disse assim: *“meu Deus, minha Nossa Senhora livrai-me do câncer”*. Câncer era uma doença terrível, comparada à lepra. Tinha muito medo. Após visitar a Igreja, desci a escadaria, quando terminei o trajeto de descida, senti um desconforto. Começou a escorrer sangue pelas minhas pernas como se eu estivesse urinando. Fui para o Hospital dos servidores. O diagnóstico foi câncer no útero. Fui ao Rio de Janeiro tratar a poliomielite do Jairo e descobri que estava com câncer.

Naquele tempo, câncer significava morte. Fora do hospital, as pessoas tinham medo porque não sabiam se era transmissível ou não. Depois, quando tive alta, as pessoas em Xapuri não chegavam perto de mim. A pior coisa é você se sentir rejeitada. No início do

tratamento, quando estive internada no hospital, foi uma fase difícil. Ouvia as pessoas se lamentar, chorar, gritar com dores. Tudo isso me afetou, então fui tomada por um desespero. Comecei a pensar em suicídio, este sentimento foi tomando conta de mim. Eu estava internada no Hospital dos Servidores do Estado e a ala do câncer ficava no sétimo andar. Certa ocasião, tomada por um sentimento terrível, me aproximei da janela com o intuito de pular... Outro paciente, que estava no nono andar, parece ter sido acometido do mesmo desespero e jogou-se primeiro do que eu. Vi o corpo dele no chão, fiquei apavorada. Desisti da ideia.

Na minha cabeça, o câncer virou um “bicho”, uma “coisa” que estava me olhando do teto do hospital. Eu tinha medo de ir ao banheiro porque pensava que ele estava dentro da bacia do banheiro me olhando... Como se eu tivesse personificado a doença. Fiquei desorientada, tanto que precisei de acompanhamento de psicólogos.

No hospital, de onde eu estava, via o Cristo Redentor todo iluminado. Eu dizia: *“Senhor eu sei que vou morrer. O que eu vou te mostrar da minha vida? O que eu fiz? O que eu vou dizer. Minha vida foi vazia, só estudos e trabalho para criar os meninos. A vida religiosa eu deixei de lado, mas se tu me deres uma oportunidade bem pequenininha e não estou barganhando, eu vou transformar minha vida. É muito melhor chegar com alguma coisa para ti senhor, do que chegar de mão vazias”*. Eu dizia isso todo dia. *“Vou voltar a ser como eu era no colégio, como minha mãe me ensinou. Vou voltar a te servir”*. Fiz duas cirurgias, uma retirada do útero, depois surgiram nódulos no peito, tive que me submeter à outra cirurgia. Após receber alta do hospital, passei cinco anos retornando ao Rio de Janeiro a cada seis meses para fazer revisão do tratamento. Gastei tudo o que tinha, só não vendi a casa. O Estado não dava nada, nem o governo. Tudo era por nossa conta. Certo dia, cheguei em casa, eu estava muito angustiada, fechei a casa todinha e fui chorar. Os meninos estavam para a escola, eu ficava sozinha, era terrível. Mas, a partir de certo tempo, disse para mim mesma: *“quer saber de uma coisa, eu estou curada, não estou mais doente”*. De dentro de mim, veio uma certeza muito grande de que eu estava livre do câncer. *“Eu te digo, e que Rio Branco toda escute: eu posso morrer de outra coisa, mas de câncer eu não morro. Não morro porque Deus me curou. Enquanto vida eu tiver, rezo um terço todo dia para Nossa Senhora e nunca mais falto aos ofícios da igreja”*.

Desde que me aposentei da Universidade (UFAC), fiquei à total disposição da Igreja. Sou ministra da Eucaristia, levo a Eucaristia e a Palavra para as pessoas que não podem mais

andar, que não podem ir à igreja. Depois da missa, eu vou à casa delas e digo: *você não pode ir, mas Ele pode chegar até você*. Eu dou a Santa Comunhão e a Palavra do domingo. Faço palestra sobre o significado e importância do batismo na comunidade do Bairro da Base. Também sou Ministra da Palavra. Hoje à noite, vou celebrar a “Palavra” em nossa comunidade e levar a comunhão. Tenho atividades bem diversificadas, não se deve abraçar todas, mas procuro dentro do possível cumprir meu papel a serviço da igreja. Porque quando “chegar a hora” eu quero dizer: *senhor tu me deste mais do que pedi, com 29 anos eu estava na iminência da morte, agora estou com 80 anos. Me deste muito mais do que eu pedi*.

Depois de uns 10 anos do tratamento do câncer, tive um problema na bexiga. O médico tirou um tumor. Fiz a cirurgia aqui em Rio Branco. O médico queria mandar fazer biópsia, mas a enfermeira já havia descartado o tumor. Eu disse: *Doutor, não se preocupe, não é câncer, tenho certeza. Posso ter outras coisas, mas câncer não. Porque eu fui curada*.

Depois, deram minha aposentadoria, eu fui examinada por uma junta de seis médicos que analisaram os documentos e os laudos dos exames que eu havia feito no Rio de Janeiro e ficou comprovado meu estado de saúde. Em decorrência do câncer, fui aposentada, mas me sentia inútil, quando eu consegui me fortalecer, voltei a lecionar, mesmo aposentada. Quando fiquei curada do câncer, reverti à aposentadoria. Durante os cinco anos que durou meu tratamento, meu pai e minha mãe me sustentaram, eu vendi tudo que tinha. Meu marido ia comigo todas as vezes que fui fazer revisão do tratamento. Meus filhos, às vezes ficavam com meus pais, outras vezes eu os levava. Gastamos tanto dinheiro com hotel! Fui curada e criei meus filhos. O Jorair tem 52 anos e o Jairo tem 50.

Naquele tempo, era terrível, as pessoas comentavam: *“fulana tal é cancerosa, não deixa entrar, cuidado com a água, cuidado com o copo”*. Quando eu voltei para Xapuri, depois que me operei, senti a rejeição das pessoas. Eu percebi que quando as pessoas me viam na rua, se afastavam. Fui para o seringal da minha irmã (Seringal Povir II), levei meus filhos, passamos meses lá, até o pessoal se esquecer.

No início dos anos sessenta, as pessoas comentavam em Xapuri sobre a Faculdade de Direito, recém criada em Rio Branco. Entre os professores, era grande a expectativa de criação de uma faculdade para formar professores. Era um assunto de muito interesse. Quando sabíamos que algum conhecido tinha feito vestibular e sido aprovado, aquilo estimulava nossa vontade de também tentar o vestibular. Quando fundaram a universidade, nosso desejo era voltar a estudar, mas ninguém tinha o segundo grau. Tínhamos o Normal Regional que nos

habilitava para lecionar as quatro primeiras séries, mas não habilitava para fazer o vestibular. A solução foi criar o Segundo Grau em Xapuri. Eu tive que fazer o segundo grau novamente. Eu já era casada mãe de filhos, que inclusive já estavam estudando.

Pensando em fazer vestibular, formamos um grupo de estudo no horário da tarde com uma professora, para nos prepararmos. Estudamos alguns meses, mas na época do vestibular, eu adoeci com hepatite. Quando cheguei ao hospital em Rio Branco, recebi o aviso que o vestibular seria no dia seguinte. Pedi ao Dr. Augusto Hidalgo, o meu médico, que me autorizasse a fazer as provas. Ele disse que meu quadro era bem delicado. Que a pessoa acometida de hepatite não poderia passar por emoções fortes. Mas eu estava disposta a correr o risco. Assinei um termo de responsabilidade e no dia seguinte, um carro do Hospital me levou ao local de prova. Depois de uns dias internada, ouvi várias pessoas cantando do lado de fora do hospital, pedi a uma menina que estava no quarto que abrisse uma janela que dava para a rua, eram meus amigos, cantando para me dar a notícia que eu havia passado no vestibular. Foi muito bonito. Fiquei ainda três meses no hospital, dezembro, janeiro e fevereiro. Em março de 1970, começaram as aulas, ainda não estava tão bem, mas comecei a estudar.

Achei tudo muito bonito, as salas amplas e os professores qualificados. Escrevi ao meu marido em Xapuri e disse: “*Estou muito feliz*”. Tudo era novidade, até com a água do bebedouro eu me admirei. Tive bons professores. Havia um professor chamado Roberto. Naquele tempo, a ditadura proibia falar o nome de Paulo Freire em sala de aula. Eu tinha vontade de saber quem era “Paulo Freire”, como era a didática dele, mas não podia falar em sala de aula. Estava proibido, mas um dia perguntamos ao professor se ele tinha alguma coisa sobre Paulo Freire, aí ele disse: “*nós não podemos...*”. Ele deu a entender, que não podia falar sobre o assunto. Ele saiu, olhou na porta de um lado e de outro, fechou a porta e falou em poucas palavras que Paulo Freire teve seus livros queimados e sua metodologia de alfabetização foi aplicada com sucesso em outros países, enquanto no Brasil foi proibido. Foi tudo o que ele falou. No outro dia, cadê o professor? Foi demitido.

Estudei e me formei. O dia da minha formatura foi muito importante, todo o meu esforço valeu a pena. Durante o curso de graduação, toda novidade eu mandava dizer para meu pai e meu marido. Meu pai ficava feliz quando eu mandava dizer para ele as coisas...

Quando me mudei para Rio Branco, meu marido, Antônio Pinheiro de Lima, ficou em Xapuri, ele exercia o cargo de secretário da prefeitura. Ele tinha o português na cabeça, nunca

vi escrever errado. Em Xapuri, ele foi correspondente do jornal “O Rio Branco”. Morreu em 19 de setembro de 1984. Isso eu não comento. Dói tocar no assunto, foi devido a um erro médico. Ele engasgou com uma espinha de peixe e foi procurar tirar no hospital, o médico não teve perícia e perfurou o esôfago dele. Quando saiu do procedimento, ele disse: “*Deise, me liquidaram*”. Quando eu falo nisso eu passo mal. Ainda passo muito mal, porque todo dia eu sinto falta dele.

Lecionava no colégio das freiras de manhã, à tarde ia para faculdade e à noite dava aula no Projeto Minerva. Saía às 7h da manhã e às vezes chegava 10h30 da noite. Isso, para dar conta das despesas de casa e ajudar meu marido. Depois que eu me formei, trabalhava no CESEME de manhã, e de tarde no colégio das freiras e continuei à noite no Minerva. Fui coordenadora de supervisão escolar em nível de secretaria, junto com a Elvira Bahia Marques. Depois, eu também fiquei com orientação educacional, visto que eu era habilitada em duas disciplinas: Orientação Educacional e Supervisão Pedagógica.

Na Faculdade, a disciplina que mais gostava era Psicologia. Depois que eu me formei, meu currículo foi avaliado pela UFAC. Em Psicologia, tinha notas ótimas. Fui convidada pela Universidade para lecionar. Naquele tempo, você era convidado e ficava em avaliação por seis meses. Se naquele período você correspondesse às expectativas, você ficava. Se não, saía. Eu fiquei. Foi em 1976. Iniciei neste ano a carreira docente na recém-criada Universidade Federal do Acre (a federalização da Universidade do Acre – UNACRE, ocorreu em 1974).

Comecei a lecionar Supervisão Pedagógica e depois Psicologia. Fui fazer pós-graduação em Manaus. Passei três anos indo e voltando. Naquele tempo, o salário da Universidade comparado ao do Estado, tinha uma enorme diferença. Com dois ou três meses de salário, você comprava um carro. Se você chegasse a uma loja e dissesse que era da universidade, o gerente te vendia tudo e adulava para você comprar um pouco mais. Era um ordenado de tirar o chapéu. Muito bom, se comparado ao de hoje. Qualquer professor daquela época vai te dizer isso. Todos almejavam trabalhar na UFAC, porque o salário era muito bom, tanto para professores quanto para técnicos.

Trabalhávamos com muitas limitações, não tínhamos os materiais didáticos que estão atualmente disponíveis. A biblioteca era boa, mas ficava a desejar. Lecionei muito e para muita gente. Dentre os meus alunos, posso citar o Haroldo, da Matemática, esse menino, o Aníbal Diniz, que hoje é senador, o Carioca, da História, o Ivan, da Matemática, o Carlos

Alberto, da História, e o Porfírio, da Economia, que foi pró-reitor, foi meu aluno no curso de Letras.

Trabalhei muito tempo no Ciclo Geral de Estudos. O Dr. Ciro Facundo, o professor Mastrângelo e muitos outros trabalharam comigo. Eram mais de cinquenta professores no Ciclo Geral, que coordenavam os primeiros anos dos cursos de graduação. Assumi a coordenação do Ciclo Geral, a primeira vez por indicação, depois por eleição. Acabei permanecendo por quatorze anos no cargo porque ninguém queria se candidatar. A gratificação era pouca. A que era maior, era a de chefe de Departamento. Mas quando me aposentei da UFAC, em 1994, tive um bom percentual de incorporação ao meu salário, devido ao exercício do cargo.

O período em que trabalhei na Universidade foi a época que mais gostei de trabalhar. Gostava demais. Se me perguntassem, hoje: *você quer lecionar com primeiro ano, jardim ou faculdade?* Eu não titubeava, "*eu quero a faculdade*". Achei muito mais difícil lecionar no jardim de infância do que na faculdade. Tinha dificuldade em simplificar a linguagem para tornar o assunto compreensível para crianças das primeiras séries e isso me cansava. Na universidade, as coisas são mais objetivas e diretas. Quando comecei lecionar na Universidade, em salas amplas, com uma audiência que prestava atenção no que eu falava, e estava interessada em aprender, ah, parecia que eu estava no céu. Sentia-me feliz. Eu me via feliz.

Lecionei durante muito tempo na graduação. Há pouco tempo, fui convidada para ministrar aulas em cursos de pós-graduação na Faculdade Euclides da Cunha. Ministrei disciplina de Relações Interpessoais e Relações Humanas no Curso de Especialização em Psicopedagogia. Dei muitas aulas lá, sempre me chamam. Gosto de lecionar, estou com 80 anos e ainda leciono.

O nome do meu pai era Tufic Salim Abuaiche, não posso dizer a idade dele de maneira precisa, porque ele não tinha documentos. Perdeu durante a viagem para o Brasil, mas as pessoas para quem ele trabalhou, que o conheceram desde que chegou a Xapuri, dizem que ele morreu com mais de 100 anos. Natural do Líbano, meu pai não admitia que os filhos tivessem o sobrenome de minha mãe, Venilha Ferreira. Quem colocava nome nos filhos e registrava quando nasciam era o pai, a mulher era só expectadora. Meu nome de solteira era Deise Salim Abuaiche. Eu e meus irmãos não temos o sobrenome Ferreira, apenas o sobrenome do meu pai, Salim.

Meu pai nasceu no Líbano, em Beirute. Sua mãe se chamava Zélia e o pai Tufic. Ele pôs o nome da minha irmã de Zélia em homenagem à minha avó. Meu pai contava que a vida no Líbano era muito difícil, não tinha emprego. Os pais dele trabalhavam plantando trigo e batatas. Meus avós incentivaram meu pai a vir para o Brasil em busca de oportunidade. Meu pai frequentou a escola quando criança, sabia ler e escrever em árabe, também estudou francês. Ele dizia que todo libanês tinha horror de ser chamado de turco, ficava irado, para ele turco era “nome feio”. O Líbano ficou muito tempo sob o domínio dos turcos, os libaneses não tinham documentos, estavam sujeitos a trabalhos forçados, eram totalmente marginalizados. Para meu pai, ser chamado de turco era uma afronta.

Onde ele morava, no inverno, nevava muito. Quando chegava a época de ir para a escola, minha avó comprava umas botas longas, porque as pernas enterravam na neve. Chegava uma época que a neve acumulada impedia de abrir a porta da casa. Antes de o inverno chegar, meu pai dizia que abatiam carneiros, típicos do Líbano, que têm o “rabo” muito gordo, cortavam a carne e cozinhavam em tachos de barro. Eles faziam a mixira e guardavam em potes de barro. Era a alimentação durante o inverno. Quando chegava a hora do almoço, abriam um dos potes, tiravam uma porção de mixira e fritavam com batatas. Comiam com cebola e azeitonas que guardavam dentro de vidros com óleo. Era a comida deles durante o inverno. Ele dizia que de manhã, eles tinham que ir para cima da casa tirar a neve que acumulava por que pesava muito e podia arrebentar o telhado.

Ele dizia que no Líbano, o trigo era o principal alimento. Plantava o trigo no final do verão, quando a neve caía, o trigo tinha meio metro de altura. A neve cobria tudo e queimava a palha das plantas, mas quando chegava à primavera, a neve derretia e o trigo rebrotava com todo vigor e produzia muito. Olha a sabedoria deles. Mesmo em Xapuri, a comida do meu pai era à base de trigo. Fazia quibe, tabule, que é aquela salada com trigo. O quibe ele fazia cru, frito e de forno, além de charuto e lentilha, que ele comia muito. Ele fazia quiabo frito, acompanhado com molho. A comida síria é muito gostosa.

Meu pai chegou a Xapuri antes da Revolução acriana, mas ele não gostava de falar disso. Em Xapuri, tem uma fonte centenária. Antigamente, tinha um senhor que levava água de casa em casa em um burrinho. As pessoas enchiam filtros e potes com a água da fonte. Essa fonte era conhecida na época da revolução acriana como fonte dos bolivianos, porque era de lá que eles tiravam água para beber e tomar banho. Dessa época, também havia um

cemitério. À medida que a cidade foi crescendo, as pessoas foram construindo casas no entorno, e encontraram várias sepulturas, muitas de bolivianos.

Quando meu pai veio para o Brasil, ele não tinha dinheiro para pagar a passagem do navio, então ele veio trabalhando como tripulante. O seu João Esteves, avô da professora Benedita Esteves, Professora aposentada Dep. História, UFAC, veio com meu pai. Ele era mais novo do que meu pai e também queria vir para o Brasil. Veio sob a responsabilidade do meu pai e desembarcaram em Belém. Depois, seguiram para o Acre a bordo do Benjamim (Gaiola). Em Xapuri, meu pai foi trabalhar de regatão com seu Faris Zaire. Depois, conheceu minha mãe, que era doméstica, nascida no Maranhão, mas criou-se em Belém do Pará. Minha mãe era viúva e tinha dois filhos, a Maria e o Guilherme. O marido dela morreu em alto mar devido à explosão de uma caldeira do navio. Ele era foguista. Minha mãe veio para Xapuri porque era muito amiga do seu Adão Galo, proprietário da “Casa Limitada”. Ela casou-se com meu pai e teve seis filhos: Aurélio, Ernesto, Zélia, eu e os gêmeos Jaime e Jamile, que infelizmente morreram novinhos, com menos de um ano. Naquele tempo, em Xapuri, não havia médicos. Meu pai, de tanto trabalhar empurrando batelão, ficou herniado, depois ele foi a Belém, fez cirurgia e ficou bom. Tempos depois, fazendo esforço, a hérnia estourou novamente, ele conviveu com isso por muitos anos e acabou morrendo em consequência dessa hérnia.

Ele nunca aprendeu a falar o português, falava ruim, eu entendia, porque estava acostumada. Ele mesclava as palavras em português e em árabe. Ele nunca chamou minha mãe pelo nome Venilha, só chamava mulher, isso era devido ao costume dele, mas fazia isso de uma maneira respeitosa. Era sempre mulher olha isso, mulher olha aquilo. Quando estava com raiva, xingava e falava palavrões em árabe. Ouvia aquelas palavras que eu não entendia e perguntei para um sírio amigo dele o que elas significavam e ele disse que eram “palavras feias”.

Meu pai não era de pegar a gente e ficar beijando, nunca. Demonstrava afeto de outra forma, eu chegava em casa, ele dizia: *“mi filha, toma que eu guardo pra você”*. Era uma banana frita ou outro prato, que ele fazia e guardava. Ele externava amor e afeto, através da comida. Ele não tinha nada, mas ficava com raiva quando chegava à mesa e tinha pouca comida ou alguma coisa, que não estivesse do seu agrado. Ele externava a amizade, hospitalidade e alegria através da mesa farta.

Ele e minha mãe abriram um bar e morávamos nos fundos, eu nunca esqueço. Ele fazia doce de banana, mamão, caju, todo tipo de doces, colocava para vender em uns vidros, ficava bonito. Tinha uma grande mesa de sinuca. Ele fazia e vendia muita coalhada síria. Meu pai preparava um fermento à base de miolo de pão. A coalhada síria é feita com leite fervido, ele deixava o leite esfriar, quando estava morno, acrescentava o fermento, fechava a vasilha e depois de umas oito horas, a coalhada estava pronta, fica durinha sem um pinga de água ou de soro, é uma pasta. Meu pai servia um copo e comia com açúcar e torradas. A coalhada que sobrava, ele acrescentava sal e botava para escorrer. A tarde ela tinha virado uma bolinha de queijo, ele guardava em uma vasilha e regava com azeite. De manhã, quando ia tomar café, ele tirava partes do queijo, botava em um prato, acrescentava cebola, tomate e azeitonas pretas e comia com pão.

Quando não tinha coalhada nem cebola, ele comia batata amassada com azeite doce, ou então, misturava azeite doce com um pouco de sal e comia com pão. Eu faço isso, às vezes, misturo um bocadinho de sal com azeite e meio o pão, é muito bom. Era a comida do meu pai.

Fazia também o charutinho, que originalmente era feito com folhas de parreira, como aqui não tinha, usávamos a folha da vinagreira, mas também pode ser feito com folhas de couve e repolho. Aprendi a preparar da seguinte forma: frito bem a cebola com bastante alho, joga dentro a porção de arroz e carne crua. Acrescento cheiro verde, tomate e misturo o sal. Pego as folhas de couve ponho para ferventar, escorro e bato os talos para ficar flexíveis para poder enrolar. Ponho a porção de arroz com a carne, puxo as pontas para dentro e enrolo. Arrumo tudo em uma panela, levo ao fogo e está pronto.

Meu pai fazia e vendia no bar a berinjela recheada. Primeiramente frita-se a berinjela, tira o miolo e recheia com carne moída bem temperada. Ele as arrumava numa bandeja para vender no bar. Ele também assava a berinjela no forno, quando ela ficava mole, abria e tirava o miolo, acrescentava pasta de grão de bico, com gergelim, misturava com limão e azeitona e comia com pão.

A lentilha é um prato comum no Líbano, como o nosso feijão. Leva-se ao fogo para cozinhar, quando está cozida, põe-se azeite e muita cebola em uma frigideira, quando está no ponto, acrescenta-se a lentilha cozida, deixa ferver uns cinco minutos. Mistura um pouco de arroz, tempera com sal e deixa secar, mexe para não grudar. Fica como uma papa grossa. Corta outra cebola e frita e joga por cima com azeite. Na minha casa, no dia de Ano Novo,

nós comemos essa lentilha. Quem não gosta de lentilha come pelo menos uma colherada, porque meu pai dizia que a lentilha é bonança, felicidade e traz fortuna. Esaú vendeu sua primazia a Jacó por um prato de lentilha. Meu pai dizia que no dia de Ano Novo, era bom comer carne de porco, porque porco fuça para frente. Na festa de Ano Novo, nós assávamos porções de porco para comer com lentilha. Lentilha é bonança e o porco leva você para frente. Eles diziam para não comer peru e galinha, porque ciscam para trás e não trazem boa sorte. Peru e galinha só comíamos no Natal. Na minha casa, tinha um cercado, quando chegava dia de Natal estava cheio de galinhas, a família se reunia em Xapuri. Vinha gente de Manaus, do seringal. Todos vinham para festejar o Natal na casa do meu pai.

Minha mãe me mandou para o colégio interno, mas meu pai era contra. Ele dizia: “não precisa saber ler e escrever, ela já sabe tudo”. Meus irmãos estudaram, mas só eu fui para o colégio interno. Minha irmã casou-se e foi morar no seringal. Depois, ela ficou viúva. Trabalhava costurando dia e noite. O Prefeito de Xapuri era compadre dela e perguntou se ela queria ser professora. Ela aceitou o emprego, inclusive ela me dava assistência na hora de fazer os meus deveres.

No Natal, meu pai já velhinho, acabava dormindo antes da ceia. Pouco antes da meia noite, nós o acordávamos, para ele fazer as honras da casa. Na mesa, tinha galinha assada criada no quintal. Minha mãe preparava com muito tempero. Dos pés e pescoço, ela fazia uma canja, quem quisesse tomar canja antes da ceia, ela servia. Tinha farofa, feita com os miúdos das galinhas. Não tinha peru, essas coisas... No Natal, era época de milho verde em Xapuri, minha mãe fazia umas travessas cheias de canjica para comermos depois da ceia. Era uma época muito boa. Devido à idade, meu pai comia muito pouco. No Natal e no Ano Novo, eu fazia para meu pai uma galinha especial, cozida, bem temperada e desfiada com batatas. Assava no forno, ele gostava muito. Ele era louco por batata. Nós fomos acostumados com Papai Noel colocando as coisas embaixo de nossas camas. Meu pai e minha mãe compravam qualquer coisinha simples e davam para nós. Todos saíam com alguma coisa, por mais simples que fosse, mas alguma coisa.

Além do Natal e do Ano Novo, minha mãe fazia a festa de São João. Ela fechava a rua em Xapuri. Era uma festa linda. Ela providenciava sacos de macaxeira para fazer bolo. Várias latas de castanhas. Tinha um senhor que quebrava as castanhas para minha mãe. Ela ralava a macaxeira, temperava a massa com castanha e fazia os bolos que eram assados no forno da padaria. Faziam uma grande fogueira. Meu pai ajudava nessas coisas. Ela mandava buscar

batata doce e botava dentro da fogueira. Hoje em dia, tem papel laminado que não deixa tostar; naquele tempo, não tinha nada, aí botava a batata doce, macaxeira, tudo dentro da fogueira para assar. Tinha muito bolo de macaxeira, bolo de milho, bolo de farinha de tapioca, tinha bolo de todo jeito no dia de São João. Muita bandeirinha, ela enfeitava a rua todinha com bandeirinhas e lanternas. As lanternas eram feitas em estruturas de papelão, com um invólucro de papel de seda colorido. Dentro, acendia uma vela e a luz brilhava à noite. Enchiam a rua de fios com bandeirinha e lanternas, tudo de graça, os vizinhos se mobilizavam e ajudavam. Mamãe fazia umas garrafas grandes com aluá de milho. Pegava frasqueiras de vidro. Torrava milho, pilava só para quebrar os grãos, botava o milho nas frasqueiras, acrescentava água e tampava para não sujar e não entrar ar. Em seguida, a frasqueira era enterrada até a metade e ficava fermentando, pegando sol e chuva por três dias. Depois, ela tirava à frasqueira, abria e acrescentava gengibre, cravo e erva doce pisado. Batia rapadura ou açúcar preto para adoçar e tampava novamente. Depois que passava a noite, de manhã ela mexia. À tarde ela abria as frasqueiras, tirava a bebida e coava. Era muito gostosa. Tudo era servido de graça.

Havia também as simpatias para saber com quem você ia se casar. Você pegava uma vasilha com água, benzia a água, botava na boca e ficava detrás da porta, esperando que o nome de alguém fosse pronunciado aleatoriamente. O primeiro nome que você ouvisse: João, Manoel, Antônio... Era com quem você ia casar. Tinha simpatia da vela: em uma bacia com água benta, você pegava uma vela virgem, acendia e ia pingando a vela na água e observando, a letra formada era a primeira letra do nome do seu futuro marido ou esposa.

Depois que minha mãe morreu, minha irmã continuou celebrando a festa de São João, todo ano dia 24 de junho, mas agora ela está doente. Atualmente, a neta dela é quem está à frente de tudo. A festa não tem mais aquela força, como era na época de minha mãe, ou quando minha irmã tinha saúde. Da tradição, ficou “a rua”. A rua toda faz a festa de São João, com fogueira, aluá, quadrilha... Hoje, tem as barracas que vendem comida. Na época de minha mãe, não era assim, todos colaboravam e a festa e a comida eram de graça para todos. Hoje, tudo é comprado. Eu participo, nunca falto, sento na frente da casa da minha irmã e fico vendo o movimento. É uma beleza, dia de São João em Xapuri é uma beleza.

Quando meu pai veio, ele perdeu o elo de comunicação com o Líbano, mas eu não sei como, ele recebia jornais do Líbano; quem mandava para ele, eu não sei. Outros libaneses também recebiam. Meu pai sabia ler e escrever muito bem em árabe. Escrevia da direita para

a esquerda. Depois da morte dele em 1974, nós procuramos entre as coisas dele, mas não encontramos nenhum endereço ou correspondência dele com pessoas no Líbano.

Meu pai era exímio jogador, ele jogava muito gamão, era o jogo predileto dele, jogava com tanta prática que as pedras caíam do jeito que ele queria. Então, os outros libaneses já sabendo disso, usavam uma canequinha de couro, não deixavam jogar as pedras com a mão, porque se não, meu pai ganhava tudo. Todo libanês gostava de jogar gamão. À tardinha, três ou quatro se juntavam a meu pai para jogarem. De longe, se ouvia a gritaria, a algazarra, as acusações mútuas de roubo, parecia que estavam brigando, mas era a marca registrada deles. Também jogavam baralho. Em Xapuri, tinha um bar chamando Ponto Chique, onde os seringalistas, comerciantes se reuniam à noite para jogar. Meu pai frequentava as mesas de jogo e perdia tudo que tinha. Minha mãe ficava muito contrariada. Certa vez, ele perdeu muito no jogo e prometeu para minha mãe que nunca mais jogaria cartas. De fato, ele parou. Continuou jogando apenas gamão com os amigos.

Minha mãe faleceu em 1981, com 86 anos. Teve derrame, já não dizia “coisa com coisa”. A diferença de idade do meu pai para minha mãe era muito grande, mas nós nunca soubemos de quantos anos, como ele perdeu a identidade, não sabíamos ao certo qual a idade dele. Quando minha mãe perguntava quantos anos ele tinha, ele sempre respondia que tinha quarenta. Nunca deixou de ter trinta e cinco ou quarenta anos.

Nós compramos uma casa, na rua da frente, perto do banco. Meu pai, junto com minha mãe abriu um bar: Bar Xapuri. Antigamente em Xapuri, a semana da pátria era muito festejada. Faziam barraquinhas de palha e todos os dias, tinha retreta para festejar a semana da pátria. Minha mãe e meu pai também botavam barraquinha para venderem bolo, mingau, galinha assada, tudo vendia. Eles ganharam um dinheirinho e compraram a casa para fazer o bar, para trabalharem juntos em seu próprio negócio e saírem da casa do seu Faris Zaire. Isso foi na década de quarenta. O seu Faris morreu nessa época. O Bar era muito movimentado, tinha uma sinuca, bonita e grande. Minha mãe cuidava da cozinha, fazia os salgadinhos e meu pai tomava conta do balcão. Cuidava da parte de bebidas, refrigerantes e jogos. Meu pai trabalhava com uma geladeira a querosene para gelar as bebidas, porque a energia elétrica era desligada cedo da noite. Lembro que ele puxava de baixo da geladeira um recipiente grande e abastecia com meia lata de querosene, aí ele fechava, acendia o pavio e a geladeira funcionava. Enchia com refrigerante, cerveja. Colocava também a coalhada síria para gelar. Minha mãe fazia os tira-gostos: peixe frito, iscazinha de galinha frita, bolinho de arroz, bife

frito cortadinho com muita cebola. Tinha também mingau de arroz. Na época da festa de São Sebastião em vinte de janeiro, a cidade ficava cheia de gente, e o bar vendia muito. Meu pai ganhava um bom dinheiro na época da festa de São Sebastião. Ele engordava um porco no fundo do quintal, quando era dia dezenove, ele abatia o animal e minha mãe, fazia panelas e panelas de carne de porco: costelas assadas, pernil assado no forno... São Sebastião era uma festa muito animada.

Meu pai trabalhou no bar até falecer em 1974. Um dia, ele foi fazer força para tirar um mato do quintal, quando sentiu a hérnia estrangular. Nós o levamos para o hospital, mas ele durou pouco.

Figura 07 – Deise Salim

Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Meu pai era druso, era seguidor de Maomé, mas gostava de comer carne de porco. De manhã, quando o sol nascia, ele rezava de frente para o nascente. Na época, eu não entendia

direito. À tardinha, ele também rezava, mas fazia de uma forma tão discreta, que às vezes nem notávamos. Às vezes, eu notava que ele estava rezando, mas também não sabia ao certo o que era. Quando ficava doente, ouvíamos ele dizer: *“Ih Alá! Ih Alá! Ih Alá...”* Mamãe dizia *“ele está clamando por Alá”*. Mesmo assim, ele casou na Igreja Católica com minha mãe.

Em Xapuri, havia muitos libaneses, muitos eram muçulmanos, mas não sei se eles faziam algum tipo de encontro ou reunião religiosa, até porque, muitas vezes as religiões não batiam, eram diferentes. Meu pai, por exemplo, era druso.

Quando meu pai falava sobre o Líbano, ele sempre dizia que era muito bonito. A neve que caía no inverno, os campos de trigo na primavera, muitas frutas. Ele dizia: *“mi filha um cacho de tâmara você não come só, é muito grande e muito doce”*. Ele gostava muito de banana, que conheceu aqui. Gostava de fazer banana no forno. Pegava as bananas bem maduras, cortava ao meio e abria as bandas com casca, arrumando em uma bandeja e levava ao forno. Depois de um tempo, ele tirava aquelas bananas acrescentava açúcar canela e colocava de novo no forno. Ficava aquele mel dentro das bananas, uma delícia. Ele dizia que comia muita uva, tinha muita maçã. Das narrativas do meu pai sobre o Líbano, eu guardei na memória a imagem de uma terra farta.

Eu lamento meu pai ter morrido antes da chegada da televisão em Xapuri. Ele poderia ter visto o Líbano pela televisão, ele ia ficar muito feliz em ver, mesmo que fosse através da televisão, porque desde que chegou a Xapuri, meu pai não voltou mais a sua terra. Quando ele ainda era solteiro, conseguiu juntar um dinheiro para visitar o Líbano, mas quando chegou a São Paulo, caiu na jogatina e perdeu tudo. Voltou no mesmo caminho que foi.

Quando minha mãe veio para Xapuri, ela deixou uma casa em Belém. Uma amiga dela ficou tomando de conta. Era uma casa simples, construída em madeira, mas era própria. Ficava na Praça da República, hoje é uma área nobre. Ela pensava em voltar, assim como meu pai, mas nunca voltaram. Não sei o que foi feito da casa. Alguém deve ter tomado de conta. Nunca fomos atrás.

Meu pai não gostava que usássemos roupas sem mangas ou vestidos decotados. Minha mãe dizia que ele estava no Brasil, e não no Líbano, onde as mulheres viviam embrulhadas. Ele dizia: *“que roupa é essa que tá mostrando tudo? Você tá nua mi filha bota uma roupa”*. Ele contava que no Líbano, quando nascia um menino, a família saía na rua batendo tambores, anunciando aos vizinhos e amigos o nascimento de um menino. A alegria externava

a expectativa de uma vida dinâmica em prol da prosperidade. Quando nascia uma menina, eles iam bater nas tampas das panelas da cozinha, para anunciar que ela seria uma boa cozinheira, uma boa dona de casa, uma boa mãe.

Quando nascia uma menina, muitas vezes os pais combinavam casamento com filho de outra família de amigos. As crianças às vezes, já cresciam comprometidas. Meu pai dizia que o noivo só via a noiva, como um todo, no dia do casamento. Minha mãe comentava: *“e se o noivo pegar uma bomba, não tem mais jeito”*. Meu pai dizia que após o casamento, os convidados saíam cantando pelas ruas e acompanhavam os noivos até sua casa. Davam muito valor à virgindade da noiva e o marido tinha que atestar a virgindade da esposa para a sociedade. Não sei se meus avós prometeram meu pai para alguém no Líbano, ele nunca falou nada sobre isso.

O que eu gostava no meu pai era a maneira de ser dele, a maneira dele demonstrar afeto através do gesto. Meu marido dizia que meu pai era um homem seco e frio, mas isso era uma característica dele. Ninguém entendia, o quanto papai gostava de nós. As atitudes e ações falavam por ele. O marido de minha irmã a deixou com muitos filhos. Ela e os filhos nunca passaram fome, meu pai a amparou. Eu nunca cheguei à casa do meu pai para não ter alguma comidinha, alguma coisa guardada. *“Toma isso, guardei para você”*. Através de ações ele dizia, eu gosto de ti, me preocupo com você, lembrei-me de você... Lembro quando ia visitá-lo à tardinha, ele me chamava para sentar na frente de casa, para olharmos o por do sol. Ele dizia: *“olha mi filha o sol como é bonito”*. Tem o Rio Xapuri e o Rio Acre, eles se juntam bem na frente da cidade. O sol vai baixando sobre o rio e se escondendo atrás da mata ao fundo. Essa lembrança para mim é muito forte. Sempre que eu vou a Xapuri, à tardinha, eu vou à casa que era dele. Pego uma cadeira e sento, fico olhando e lembrando dele. Sempre faço isso, é uma saudosa lembrança.

3.2. Comentário

Na mais tenra infância, Deise Salim foi enviada ao internato, Tufic Salim se posiciona contrário a essa proposta, mas a influência da mãe foi decisiva para que a filha aos oito anos de idade fosse internada no colégio das Irmãs Servas de Maria Reparadoras. A experiência do internato, como pode ser observado no depoimento, marcou profundamente a infância de Deise Salim. Quando adulta, diante de uma dura batalha travada contra o câncer, agarrou-se

aos valores e à fé católica ensinada pelas freiras do Colégio Divina Providência, permanecendo na atualidade como uma católica devota e praticante. Da religiosidade do pai, permaneceu na memória o fato que este era Druso⁸¹ e, muito discretamente, costumava rezar conforme sua crença, ao amanhecer e ao por do sol, mas aparentemente não deu maiores explicações para os filhos e muito menos os incentivou a praticarem algo que não fosse o Catolicismo dominante em Xapuri.

Na data da entrevista, Deise Salim estava com oitenta anos e com muita clareza, retornou às memórias de sua infância, em particular ao internato do Colégio Divina Providência⁸². Obviamente que sua infância não se restringe ao Divina Providência, mas esta é uma fase intensa que ficou marcada, como se percebe ao longo do depoimento. O que nos serve de alerta enquanto educador no sentido de fazermos uma autocrítica constante sobre nossa praxe em sala de aula. Não foi o ensino Superior ou o Normal Regional que marcaram significativamente as memórias de Deise Salim, foi o ensino fundamental, ministrado pelas Irmãs Servas de Maria no internato, que delinearam os valores que Deise carregou ao longo da vida. A fase entre os oito e os quinze anos de internato está marcada de maneira indelével em suas memórias.

A sólida formação católico-cristã, apreendida no colégio foi como uma gigantesca força centrífuga que em sua dinâmica a impediu de se afastar dos valores e princípios tão profundamente incutidos. Mesmo sentindo-se humilhada por não lhe ser permitido participar do baile de formatura, por ter desobedecido às freiras e apoiado o candidato do PTB, nem por isso Deise se afastou da órbita das freiras, pelo contrário, iniciou o Normal Regional no mesmo Colégio. A vida profissional tem início no colégio das irmãs, onde leciona por muitos anos. A luta contra o câncer, também significou uma reafirmação da fé católica, em que

⁸¹Os drusos são uma pequena comunidade religiosa autônoma que reside, sobretudo em Líbano, Israel, Síria, Turquia e Jordânia. Eles usam a língua árabe e seguem um modelo social muito semelhante ao dos Árabes da região. Não são considerados muçulmanos pela maioria dos muçulmanos da região, apesar de alguns drusos dizerem que a sua religião é islâmica. A maioria dos drusos considera-se árabe, apesar de alguns drusos israelenses não se considerarem como tal. Existem cerca de um milhão de drusos em todo o mundo, a maioria dos quais vivendo no Médio Oriente. Os drusos auto intitulam-se em árabe como Ahl al-Tawhīd "o povo do monoteísmo". A origem do nome druso é debatida, mas costuma ser ligada com Maomé al-Darazi, um antigo mensageiro da comunidade, que é considerado um herético pelos drusos hoje em dia. **Disponível em:** < <http://dicionarioportugues.org/pt/drusos>>. Acesso em: 29 Dez. 2014.

⁸²Fundado em 1928, pelo Padre Felipe Galerani e administrado pelas Irmãs Servas de Maria. Inicialmente funcionava como internato apenas para moças. Posteriormente passou a admitir crianças do sexo masculino em regime aberto. **Disponível em:** < <http://xapurinews.blogspot.com.br/2008/12/colgio-divina-providencia>>. Acesso em: 29 de Dez. 2014.

assume o “compromisso” de ter uma postura ativa em prol dos serviços da igreja. Quando Deise veio morar em Rio Branco, para cursar a graduação em Pedagogia, foi lecionar no Instituto São José, um colégio que também pertence às freiras Servas de Maria. Deise só parou de trabalhar em colégio de freiras quando foi contratada pela Universidade Federal do Acre, em 1976, mas após sua aposentadoria em 1994, dedicou-se intensamente aos serviços da igreja católica, embora com idade avançada, permanece bastante atuante neste serviço.

A memória que Deise guarda do pai é nítida e intensa. Tufic Salim emerge como um homem de poucas palavras, de aspecto rustico, afeiçoado ao trabalho, que criara em torno de si uma aura de mistério. Não tinha documentos, nunca revelou sua idade para a esposa e os filhos. Não mantinha vínculos com familiares ou amigos no Líbano. Inclusive após sua morte, os familiares procuraram entre seus objetos pessoais por alguma carta, documento ou endereço que o vinculasse aos familiares no Líbano, mas nada foi encontrado. Parece que Tufic Salim, de forma deliberada, optou por obliterar de seus familiares, em Xapuri, suas origens libanesas. Mas era também um homem que, segundo palavras de sua filha, era capaz de demonstrar afeto através dos gestos, de agradar preparando um prato especial de comida e o ofertando aos filhos em ocasiões oportunas. Que costumava demonstrar hospitalidade através da mesa farta, mesmo sendo uma pessoa humilde.

Na velhice, Tufic Salim parece ter narrado suas memórias em diversas ocasiões para Deise. Fica claro o “ranço” que carregava dos turcos, mas as lembranças do Líbano que transmitiu a filha estavam impregnadas de saudosismo e adoçadas pelo tempo, lembranças repletas de paisagens, aromas, sabores e odores que parecem impregnar a memória. As conservas em azeite de cebola e azeitona preta, as conservas de carne de carneiro frita e imersa em gordura, cachos de uvas suculentas, cachos de tâmaras doces e tão grandes que um homem não consegue comer sozinho. A imagem de uma terra farta foi o Líbano que as memórias de Tufic Salim legaram a Deise.

Essa memória se traduz e se materializa em culinária exuberante, exótica e rica em aromas e sabores. Lentilha, quibe frito e cru, charutos, esfirra, húmus, tabule, berinjela recheada, pasta de berinjela e grão-de-bico, coalhada síria, queijos, doces, entre outros, que Deise Salim descreve minuciosamente em suas narrativas, como se toda a memória de um passado distante, dos antepassados que já se foram, pudesse ser revisitada ou lembrada no processo de elaboração de um prato típico de comida libanesa.

Deise Salim continua a revisitar o espaço da memória ao reproduzir um gesto tantas vezes feito pelo pai. Sempre que possível, quando está em Xapuri, assiste ao por do sol de frente da antiga casa que fora de seu pai. O contraste de cores avermelhada do sol se pondo com o verde da floresta, o conjunto se refletindo nas águas do Rio Acre, bem no ponto em que este se junta com o Rio Xapuri, produz um espectro de cores, que desencadeiam as memórias que Deise guarda do pai. Memória viva, produto de uma existência, repleta de experiências e significados.

Essas belas imagens pouco enfatizam o processo de “tornar-se brasileiro” daquela trajetória, exceto no que diz respeito à substituição de alguns ingredientes da culinária (dificuldades de acesso às folhas de parreira, por exemplo). Tendo vivido no Brasil, esse homem é mais lembrado pela herança libanesa anterior.

Indiretamente, todavia, o trajeto da própria Deise repõe a brasilidade, temperada pela memória.

4. HISTÓRIA DE VIDA II

4.1 Abrahim Farhat Neto

Abrahim Farhat chega a Rio Branco em 1910, progride de mascate a comerciante estabelecido. Retorna em definitivo para o Líbano em 1952, após 42 anos de trabalho no Acre. O filho primogênito – Hechem Abrahim Farhat – deu continuidade ao legado iniciado pelo pai, até sua morte em 1975.

As trajetórias de vida do avô e do pai nos são apresentados por Abrahim Farhat Neto, que também narra sua própria história de vida, tendo a Loja da família – A Casa Farhat - como o fio condutor da memória destas três gerações de libaneses que se estabeleceram no Acre no princípio do século XX.

Os árabes deram uma grande contribuição, participaram até da Revolução acriana, Alexandre Farhat, o Ibrahim Turco. Eles vieram como arigó árabe, igual nordestino (Abrahim Farhat Neto) ⁸³.

Eu sou descendente de uma família libanesa, meu avô, Abrahim Fahat Filho, saiu do Líbano, acho que em 1910 e veio para Manaus. Em Manaus, nós temos uns primos que são antigos lá. Os Hatoum. O escritor Milton Hatoum é filho de um primo irmão de papai, o Hassem Hatoum. Como são da família, pode ser que tenham chamado o vovô para Manaus. Esse árabe, pelo que eu sei, dito pelos seus filhos mais velhos, deixou minha avó gestante do meu pai no Líbano. Deve ter vindo atrás do ouro negro, fazer seu pé de meia na Amazônia e voltar para sua terra natal. O que eu soube – precisaria pesquisar mais, mas até hoje ninguém me desmentiu isso - é que em Manaus, ele vendia banana em frente ao Teatro Amazonas. Eu não sei o que houve em Manaus. Ele se deslocou para o Acre e chegou aqui em 1910. Aqui, ele virou mascate. As notícias que eu tenho dele vêm de meu sogro, seu Beba, pai da minha

⁸³Entrevista com Abrahim Farhat Neto (Lhé), 72 anos. Natural de Rio Branco. Nascida em: 24 de Novembro de 1941. Segunda geração de imigrante libanês no Acre. Entrevistas realizadas em 01 de maio de 2013, em sua residência, na Rua Marechal Deodoro, S/n.

companheira Maria Rodrigues, contava uma história interessante. Ele me disse que o pai dele comprava do meu avô, quando ele era mascate, tabuleiro na cabeça.

Contam que ele trazia uma espécie de chocalho que fazia *teco, teco, teco*. Na floresta, servia de aviso: *Está chegando o Abrahim*. Seu Beba me falou que o meu avô passava pelo atual bairro da Floresta e seguia até a Cruz Milagrosa. Tabuleiro na cabeça, levava panelas, medicamentos, utensílios para costuras, coisas simples. Eu não sei onde ele morava, mas pesquisando, descobri que ele também andava pelo Belo Jardim, Cigana e por ali. Naquela época, o segundo distrito era “o bicho”, era o caminho que seguia a rota da Revolução rumo aos seringais Catuaba, Bom Destino, Caquetá. Tudo passava ali por trás, seja pelo Rio Acre ou pelo varadouro. O que eu sei foi que em 1912, com umas pequenas economias conseguidas com a mascateação, meu avô abriu uma casa de comércio no Bairro Quinze. Eu tentei saber onde era, mas não consegui. No meu tempo de jovem, por volta dos quinze anos, tinha uns árabes que já eram velhos, como os Beiruth, na faixa dos oitenta anos. Eles deviam saber onde o vovô inicialmente se estabeleceu. Ele iniciou no comércio no Bairro Quinze, mas ainda no mesmo ano, mudou-se para a Rua 17 de novembro, onde hoje é a Rua Senador Eduardo Assmar, e montou o comércio dele. O papai, o Hechem Abrahim, nasceu em 1910, no Líbano.

O vovô monta comércio aqui e contrai um segundo casamento em Rio Branco, com uma senhora portuguesa chamada Adelina. Isso pode ter sido entre 1915 e 1920. A Primeira família permaneceu no Líbano. Papai nasceu e tinha outros irmãos. Com a portuguesa, meu avô teve quatro filhos no segundo casamento: uma mulher chamada Fátima; José, que agora eu encontrei no *facebook*; Alberto, que ‘tá no Líbano; e o Said Farhat, que foi ministro do João Batista Figueiredo. Mas antes por aqui, na década de 30 ou 40, há a notícia que ele foi prefeito de Brasileia. O comércio ia bem. O vovô com uma nova família. Em 1927, meu amado pai chega aqui e começa a se entrosar com a nova família. O comércio vai progredindo, papai entra nesta luta. Eu pesquisei a vida do papai – o Hechem Ibrahim Fahat. Eu tive informações que ele namorou a dona Antoniete Conde, que era dona desta casa, dizem que ele chegou a namorar a irmã dela também... Eram da família Conde.

Em 1941, papai foi ao Rio de Janeiro fazer compras para a loja. Saiu daqui com um árabe ou encontrou lá, José Farpha, da família de Antônio José Farpha Zeque. No Rio, ele leva o papai para conhecer umas irmãs que moravam na Rua Barão de São Felix, parece-me que número 36. E lá estava a família Maluf. Helena Maluf, de uma família que chegou a Santa Cruz (RJ) em 1890. Um era avô do Maluf (Paulo) e outro da mamãe. É aí nesta casa

que estava Silvia Maluf, minha mãe. Pelo que eu sei, a família Maluf, em Santa Cruz, é grande, eu não conheço. Aí, eles namoraram, com uma semana se casaram e vieram para o Acre. Dizem que na viagem minha mãe já vinha gestante de mim.

Minha mãe, Silvia Maluf Fahat, mas por apelido Elsa, nasceu em 28 de abril de 1922. Faleceu em 2012, em São José dos Campos. Está enterrada com a família dela no Rio de Janeiro, no cemitério do Caju. Ela veio para o Acre com meu pai.

Figura 08 – Aniversário de um ano de Abrahim Farhat Neto. Assinalado ao centro: os pais, Hechem e Silvia Farhat com Abrahim no colo. (Nov. 1942).

Fonte: Acervo da Família Farhat. Editado em Corel Draw por Leonardo Vasconcelos – FEM.

Quanto à primeira família do meu avô... A mãe do meu pai e os irmãos ficaram no Líbano, nunca vieram ao Brasil. Minha avó se chamava... (consulta a irmã, Léia) Fátima. No Acre, meu avô prosperou no comércio e em 1952, o Abrahim (avô), viajou com a segunda família para o Líbano, levando os filhos Alberto, José, Fátima e Said Farhat e não voltou mais. O José e o Alberto ainda vieram aqui, mas o vovô nunca mais voltou. O comércio ficou com o papai, o Hechem Abrahim Farhat.

Meu avô e meu pai eram muçulmanos, mas pouco praticantes. Frequentavam a igreja católica oficialmente. Os demais muçulmanos eram discretos e às vezes, até por uma questão

social, eles iam à igreja. Nas décadas de 50, 60 a Igreja e os católicos “metiam o pau” nos evangélicos, diziam que era coisa do cão, do diabo. Essa briga política de poder. Na minha casa, almoçava Mr. Rui. O Rui era pastor da Assembleia de Deus. E eu pensava... Como é que a Igreja “esculhamba” esse cara e ele aqui é tão gente boa? Isso serviu para eu compreender as diferenças.

Após a partida do meu avô, tínhamos notícias deles por cartas. Parece que ele não voltou com a vovó Fátima, eu não tenho certeza. Eles moravam em um bairro de Beirute chamado Bourj El-Barajneh. Eu não saberia, seria bom consultar os tios como eles se comportaram lá. O Said e o José voltaram para o Brasil. O Alberto, filho da segunda companheira, a Adelina portuguesa, formou-se em Direito, militou no PC-Libanês, fez parte do comitê de apoio à causa palestina e era muito bem situado no mundo. Ainda está vivo e escreve. Se alguém digitar Alberto Farhat no *Google*, aparece... Said Farhat voltou depois e morou no Rio de Janeiro e São Paulo. Ele estudou e em 1955, era dirigente de uma empresa de publicidade “*Standard*” Propaganda. Em Rio Branco, antes de partir para o Líbano, ele foi professor no Colégio Acriano, deve ter se formado professor, ele e o Geraldo Mesquita.

Quando meu avô foi embora em 1952... Eu estou me vendo com uma sacola, um malote. Eu ia também, mas o papai não quis deixar, eu tinha 11 anos. O vovô levou a família toda, o Alberto, o Said, o José e a Fátima. Eu só fui me comunicar com os meus tios em 1955, quando meu pai viajou para o Líbano. Quando o vovô foi embora, ele partiu de avião, eu não lembro se fui ao aeroporto... Eu ‘tô vendo o avião passando para o aeroporto, os pacotes...

Havia uma correspondência entre meu pai e meu avô. Chegavam cartas da vovó. Em 1955, meu pai foi ao Líbano com o pai do Milton Hatoum, que residia em Manaus, tenho até uma fotografia. O Hechem levou os negócios a sério. Ele já tinha dado início a uma grande estrutura na Casa Farhat. Do casamento, vieram sete filhos: Abrahim, Neusa, Helena, Fátima, Léia, Jorge e Lúcia. Todos de parteira. Aí, o Hechem foi dando continuidade a essa estrutura bonita que o Abrahim deixou. Eram autodidatas, todos os dois.

A Elsa – Silvia Maluf Farhat, minha mãe – era operária de uma chapelaria na década de quarenta, situada na Rua Gonçalves Dias, no centro do Rio de Janeiro. Ela e uma prima dela. Essa chapelaria até bem pouco tempo existia. Ela e a prima ganhavam seu dinheiro e antes de casar com papai, frequentavam as noites no Monte Líbano. As noites cariocas fantásticas. Aí, quando se casou com o velho, perdeu-se tudo. Ela veio para o Acre sem nada.

Dizem que ela chorava muito. Eu acho que a única forma de meu pai matar a saudade de minha mãe, foram sete filhos.

Guiomard Santos era muito amigo do meu pai, o cara foi governador. Eu lembro que dona Lúcia, quando via a mamãe, era uma alegria... Mas era mais por uma questão de poder. O Guiomard, quando saiu daqui, morou perto da mamãe no Rio de Janeiro. Depois que o papai morreu, ela voltou para o Rio em 1975, por causa da família dela. Mas ele ficava lá e aqui. Ela era dona do espólio da loja.

O Hechem tinha bons relacionamentos em Rio Branco. Era um cara quieto, ficava sempre na dele e acho que minha inteligência autodidata, devo a ele. Para ele não perder o umbigo com o Líbano e com o Oriente Médio, ele usava o rádio. Rádio do Egito, que eu acho que até hoje tem, que transmitia em português, mas como ele entendia árabe, ele escutava em árabe. Eu lembro que a rádio do Egito, ele escutava uma hora da tarde, para ficar por dentro do mundo. Ouvia também A Voz da América, a Cruzeiro do Sul da França, a Rádio de Moscou e a Rádio de Cuba. À tarde, às cinco e meia, elas entravam todas. Aí, ele escutava e se voltava para sua língua. E de tanto ouvir isso no rádio, aquele rádio à bateria Philips, isso me serviu para eu sair da minha aldeia. Então, veio a guerra árabe-israelense, a questão Palestina. Os membros da comunidade conversavam e depois papai me dava uma explicaçãozinha e eu fui entendendo. Eu soube separar bem as coisas, mas hoje eu acho que minha posição era a mesma deles. Diante de toda burrice americana e inglesa de não querer o Estado Palestino, isso criou um ódio no mundo árabe. Eu considero isso uma burrice política, mas entendo que é uma questão de geopolítica. Eu não entendia nada. Veio a Guerra dos Seis Dias em 1967, eu peguei uma parte. O papai participava de um grupo que arrecadava dinheiro para mandar para o Nasser. Eles mandavam... Mustafa Zacour, papai, os Beiruth, os Fecury. Eles juntavam um dinheirinho e mandavam para o Abdel Nasser, o Presidente do Egito.

Não sei bem como essas remessas eram enviadas. Acho que existia uma conta via embaixada ou alguma organização política árabe. Porque o Nasser... Com essa revolução dos capitães, Nasser, o Ben Bella (Ahmed) da Argélia... Porque antes, tudo era monarquia. Rei Abdullah, Xá Reza Pahlevi, já imaginou... Esses tenentes, capitães conseguiram dar o golpe nestes reis. Mas até hoje algumas monarquias persistem, na Arábia Saudita, Kuwait, Jordânia, até hoje são monarquias. Os árabes foram à guerra e perderam. Hoje, continuam nessa pendência. Mas eles se organizaram numa situação de não perderem seus valores culturais. Em minha opinião, estavam certos politicamente, porque o Nasser fez surgir o Pan-arabismo,

entre os povos árabes. Então, eles se organizaram e defendiam essa luta antiamericana e inglesa. O Mustafa Zacour me parece que, antes de vir para o Brasil, participou do Partido Comunista Libanês com o meu tio Alberto. Ele me falava que estudava na Universidade Americana do Líbano.

Esse ódio se espalhou, parece que mais de cinquenta países islâmicos não têm relação diplomática com Israel. Isso não é bom. Mas tudo isso, hoje, quem está por trás, é o império americano, mas eles (imigrantes) não perderam seu lado árabe, eu gostava disso. Eu acho que sou um produto disso, me aperfeiçoando a cada dia, procurando entender o que é a Lei da Partilha, como ela se dá. Eu a considero uma lei muito inteligente, muito bem feita, mas na hora de cumprir o acordo, não cumpriram. Só veio o Estado que os Estados Unidos e a Inglaterra queriam – Israel. O Estado Palestino ficou no papel. No Acre, havia poucos judeus. Os Lavocat parecem que eram judeus, os Demarrogues, em Sena Madureira, Elias Serruya, era judeu marroquino. Mas tinha muito árabe.

Os árabes nunca deixaram de chegar. Precisava você entrevistar os Malayas ali na Casa Holiday. O Mario Khoury é uma das pessoas com quem eu luto para a criação da Associação Sírio-libanesa no Acre. Temos a ideia, mas ela não prospera... Há uma imagem negativa vinda dos Estados Unidos, que árabe é terrorista, que árabe é homem bomba (risos), isso influencia, se você não tiver uma consciência maior. Eu estimo que em Rio Branco tenha mais de duzentos descendentes de sírios e libaneses. Lembro-me bem. Eles iam para pescaria... Tinha o Abrahim ou Abrahim pescador (Mamed). Me surpreendi em 1955, chegou a família dele, uma grande família lá do Líbano, que veio buscar ele já velhinho. Ele morava precariamente dentro de um casco (Batelão) coberto de palha encostado no porto da Gameleira. Meu tio José e o papai entraram em contato com a família dele e os parentes vieram buscá-lo. Ele era pescador. Teve também uma árabe síria, Bassimi Bacarat, viúva do Said Duke, nós ajudamos a tirá-la de Rio Branco. O Jorge Malaya também ajudou bastante. A família veio aqui e ela não queria ir, mas até que a gente conseguiu convencê-la a retornar com seus familiares. Ela voltou para a Síria. Nunca mais tive notícias, talvez o Jorge tenha notícias dela. Tinha um judeu marroquino, que era negro, chamado Absolon, que morava na Rua Seis de Agosto, tinha um pequeno comércio. Quando uma criança na Seis de Agosto fazia alguma danação, a mãe dizia: “*vou chamar o negro Absolon*”. O Igarapé da Judia tem uma história que tinha uma judia que lavava roupa ali, mas tem que ir atrás desta história...

Olha como a família árabe já se misturou. Meu irmão casou-se com uma jovem de Tarauacá. Vem à filha dele, já é miscigenação e ela casa com um francês. Eu ontem fui ao

aniversário dela. Como eles são de Tarauacá, eu fui com uma indumentária Kaxinawá (indígena), porque a avó dela é de Tarauacá. Meu sangue ainda é árabe, por causa do meu pai e da minha mãe, não houve uma mistura, não que seja bem ou mal, mais aí, eu tirei uma poesia, porque eu me casei com uma companheira, Maria Rodrigue Farhat, que é filha de nordestina com espanhol, índio... Essa poesia se chama *sagrada miscigenação*.

Ei cara qual é a tua?

Tá me chamando de turco?

É bom que te diga no bem popular.

Que eu descobri macucando com meus botões que eu não sou nem turco, nem árabe, nem judeu, javanês, nem vim das europas ou da mãe África, não sou índio também.

Mas sou filho dessa sagrada miscigenação que me transformaram em um caboclo árabe amazônico.

A Casa Farhat era uma casa de madeira, tinha duas portas na Rua 17 de novembro. Ali era interessante, as ruas formavam o triunvirato da revolução: Rua 17 de novembro onde estava a casa Farhat – data o Tratado de Petrópolis. Nos fundos, a Rua 24 de janeiro – sinaliza o fim da revolução acriana. E a rua que segue direto, a Seis de Agosto, marca o início da revolução acriana em Xapuri. Depois, mudaram a 17 de novembro para Senador Eduardo Assmar. A Loja de madeira com duas portas, ao lado, ficava a casa de morada. O papai já tinha saído da Rua da África.

Meu pai era um excelente comerciante, fez a loja crescer em uma situação belíssima. Até a década de sessenta, era a loja que mais recolhia imposto no Acre. Uma potência, recolhia mais imposto que os seringalistas, ou então havia muita sonegação, meu pai sonegava bem menos, mas ele não era um santo.

Ele estava em todas as sociedades, Tentamen, Rio Branco Futebol Club, Vasco. Ele participava de todas. A Teleacre, eu lembro bem, ele comprou bem dez telefones para ajudar a empresa. Ele era uma pessoa que se entrosava com a comunidade. Era muito na dele, caseiro. Minha mãe também, dona de casa. Em 1955, foi ao Líbano, visitar os pais, tem muita fotografia dele aqui dessa hora. Ele foi com o primo Assem Hatoum, pai do Milton Hatoum. Quando ele viajou, o tio José Farhat, com quatorze ou quinze anos, filho da segunda esposa do vovô, veio para tomar conta da loja. A loja continuou crescendo. Enquanto o papai estava

viajando, ele demoliu tudo e reconstruiu em alvenaria, a casa de morada, as lojas, o armazém atrás, tudo aqui era de madeira. Noventa por cento das construções eram de madeira.

Em 1955, quando o papai retornou do Líbano, ele passou por Manaus e trouxe o gás de cozinha, uma evolução muito grande para a cidade. A grande maioria das residências usava lenha, carvão e querosene. Você já viu o fogão à lenha ou carvão de manhã? Aquela fumaça... Tornamo-nos representantes de um judeu de Manaus, o Benchimol. Nós lançamos o gás de cozinha em Rio Branco. As donas de casa têm muito a agradecer por sair do fogão horrível, aquela usina de lenha e carvão, para vir para a botija de gás. Ele foi muito corajoso.

Meu pai foi modernizando o comércio no Acre. Essa primeira partida de gás de cozinha junto com a Fogás. O gás vinha de Manaus em uma Lancha chamada Santo Afonso, que deveria pegar umas trinta ou quarenta toneladas, era pequena. Deveria gastar de dez a quinze dias para chegar, mesmo com o motor à explosão. Como bom árabe, papai foi crescendo, depois estava comercializando máquina de arroz, maromba, industrializando quase todo o Acre. Tinha um judeu também, Jorge Lavocat, com uma grande loja que também vendia. A Casa Farhat trazia também televisão, geladeira a querosene da marca Gelomatic.

O comércio é dinâmico. Você lança uma novidade, foi crescendo, aí eles deram o bote. A Fogás cancelou nossa representação. Deveria ter continuado com quem iniciou. O problema deles é capital, não é amizade, não é reconhecimento. O gás vinha de embarcação, chegavam aqui quinhentas botijas, era incrível. Para ir a Manaus e voltar, era um mês e meio. Tinha a Santo Afonso e a Ubaldo Barros, empresas de embarcação que faziam o transporte. No verão, isso ia para dois meses e meio. Meu pai chegou a investir um capital muito grande, quinhentas botijas. Depois, aqui havia muitas mortes por falta de oxigênio engarrafado. Ele foi com a White Martins e conseguiu a representação para salvar muitas vidas. Vendia para o Hospital e para as oficinas que trabalhavam com solda a oxigênio.

Papai não deixava de comprar de Manaus e Belém, mas muito pouco. Chegou uma época em que só três firmas compravam a crédito da CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, uma delas era a Casa Farhat, com crédito de sessenta dias.

As mercadorias saíam do porto de Santos, vinham até Belém, daí pegavam os Gaiolas pequenos de até cem toneladas: Benjamim, Gonçalves Dias, Sobral Santos, as Chatas da SNAAP (Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará), Evandro Chagas, mas essas vinham de Manaus. Estou falando de navios a vapor, que saíam de Santos

e vinham para Belém. Em Belém, baldeavam e seguiam direto para Rio Branco. Deviam gastar de vinte a trinta dias. Muitas mercadorias, como batata, cebola, chegavam estragadas. Vinte a cinquenta por cento dos perecíveis deterioravam-se. Era uma viagem “doida”, aquele calor... Cerveja, guaraná estragavam... A Casa Farhat transportava pela SNAAP e também pelos particulares, como o Benjamim que pertencia a A.C. Amorim e o Domingos Assmar, mas este, oitenta por cento da carga trazida era da própria Casa Assmar. Trazia muita cocal (cachaça), material que eles fabricavam em Belém. A Aliança fabricava prego, terçado, arame farpado, a indústria era deles (Casa Assmar). Os Gaiolas começavam a chegar a Rio Branco a partir da segunda quinzena de novembro ou início de dezembro, partiam e retornavam em janeiro, partiam e retornavam em fevereiro, partiam e retornavam em março. Faziam quatro, às vezes cinco viagens. Era longe. Quando as embarcações partiam, era uma emoção. Dava uma tristeza... Ver a Chatinha Evandro Chagas apitando, fazendo a volta na gameleira. Ia embora, fazia huuuuu... Passava em frente à cidade apitando, até desaparecer na curva da cadeia velha. Quando ia partir, eles faziam a volta na gameleira, bonito... Bonito, principalmente quando eram as chatas. Tinham todo um mecanismo de tá, tá, tá. Quando ela aprumava, a máquina pedia toda a força e descia aqui na frente fazendo banzeiro, eu moleque pegava esses banzeiros, os catraieiros... Eles seguiam apitando. Até no panorama ainda dava de ouvir os apitos.

Figura 09 - Desembarque de passageiros da Chata Niterói e Gaiola Sobral Santos em Rio Branco. Década de 50

Fonte: Acervo Digital: Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural - FEM

Algumas cargas, como o cigarro, tinham que vir de avião, se não estragavam, se passassem um mês, dois meses a bordo no calor, criavam fungo. Um avião gastava dois dias daqui para São Paulo. Tínhamos a cocal, a cachaça mais fantástica do Acre. Depois, eu descobri que a cocal não era um alambique. Um empresário comprava de vários alambiques, engarrafava em Belém e botava o nome fantasia - Cocal. Era igual ao Guaraná Libertador, em cada garrafa um sabor...

O papai comprou a parte da loja dos irmãos e do vovô, pagou depois. Era uma sociedade. Quando o vovô viajou, entregou a Loja ao papai, mas ele assinou uma promissória a favor do vovô. A Casa Farhat também teve uma vida social muito agregada à sociedade. O vovô era sócio proprietário do Rio Branco Futebol Club. Ele fez parte do primeiro Banco do Estado do Acre, lá no Segundo Distrito, na década de trinta, quarenta, faliram. Parece que era Banco da Lavoura do Acre. Ele funcionava onde hoje é a Fundação Elias Mansour, ao lado do antigo Hotel Madrid, onde era o consultório do Dr. Augusto Hidalgo, o único médico do Acre. Banacre, nem se fala. Ele participava destas ações que fortaleciam a atividade econômica, comprou muitas ações. Perdemos também com o fechamento do Banacre, mas devíamos lutar para recuperar esse dinheiro, porque o débito ainda não terminou. A massa falida 'tá pagando os credores. Era sócio da Tentamen, do Cine Teatro Recreio. Comprou da Teleacre umas dez linhas telefônicas para ajudar. Porque até a década de sessenta, se você me ligasse de São Paulo querendo uma informação, teria que ligar para Radional, que ficava onde é hoje o Café do Teatro Hélio Melo. A Radional seria o que é a EMBRATEL hoje. Você ligava para mim, querendo uma informação. Lá, trabalhava o Otávio Margarido, pai do Silvio Margarido. Você dizia: eu sou o Jorge e quero falar com o Abrahim, que mora na rua tal... Ligo novamente daqui a uma hora. Ele enviava um estafeta a minha casa avisando que o Jorge tinha me ligado, eu ia para a Radional e aguardava. A ligação falhava.

Os árabes deram uma grande contribuição, participaram até da Revolução acriana, Alexandre Farhat, o Ibrahim Turco. Eles vieram como arigó árabe, igual nordestino. A Cidade de Rio Branco começou pelo Segundo Distrito, tudo era do outro lado. A Fazenda Nemaia atrapalhou muito o desenvolvimento do Segundo Distrito. Era uma fazenda e não deixava a cidade expandir, porque começava ali onde hoje fica o DERACRE, a Recol... Ali, tudo era deles.

Na militância, eu comecei com Cristo, eu acho que Cristo foi um comunista utópico. Acho que Cristo me mostrou esses dois mundos comunista e capitalista, já que era mais fácil

um camelo passar no buraco da agulha do que um rico na porta do céu, sendo que a agulha era das mesquitas deles. Por meio do Hédio Khoury, Elias Mansour e leituras, eu fui adquirindo uma compreensão do que é a teoria marxista deste grande judeu fantástico, porque o mundo, decorrido milhares de anos, não compreendia as relações entre patrão e empregado. As pessoas tinham uma ideia, mas não uma ideia científica como Karl Marx deixou. Como eu sou um humanista, adotei a ideia, mesmo sendo um burguês, um cara riquíssimo, mas vi que minha vida, como a de qualquer um, não é só um exercício de acumular riquezas, ter uma mente vazia só voltada para a putaria e a orgia. Veja essa operação *delivery* aqui em Rio Branco, cheia de fazendeiro se metendo com crianças pobres. Tudo isso foi me despertando. O que me levou a fazer uma opção pelos oprimidos.

Elias Mansour e Hédio Khoury, dois filhos de árabes – o primeiro, filho do velho Elias Mansour que montou a Tasa (Telefônica do Acre), primeira companhia telefônica do Acre, e o Hédio Khoury, era da família Khoury de Xapuri. Essas pessoas me deram uma noção mais científica sobre o Marxismo. Nos anos sessenta e setenta, era moda ir fazer universidade no Rio de Janeiro. O Hédio Khoury era sociólogo e estudou o Marxismo. O Elias, se eu não me engano, vem da PUC, era ativista do movimento estudantil, como foi José Augusto há cinquenta anos. O José Augusto estudou no Rio de Janeiro e veio para se candidatar ao governo do Estado em 1962 e me parece que pertencia à UNE, que era ligada ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Todas essas pessoas me deram uma visão de como funcionavam as engrenagens do mundo. Isso se dava nos almoços e na convivência do dia a dia, mas eles eram pessoas perseguidas pelo regime de 64. O Hédio só vivia sendo preso, mesmo assim eles participavam da minha casa e eu participava da casa deles. Eu cheguei a ler o Marxismo à luz de vela em 1965 (risos), com o filho do Zaire (Alberto Zaire), esse garoto que hoje tem problemas mentais e anda a esmo pelas ruas, era um intelectual, eu não sei bem o que aconteceu, mas ele enlouqueceu.

O José Augusto fazia uma das coisas mais espetaculares que a nossa Universidade e o nosso governo deveria fazer para formar pessoas críticas. Atualmente, a educação, via Projeto MOVA – Brasil, no Estado do Acre é feita através da Fundação Roberto Marinho. Não vai formar pessoas com senso crítico, vai formar artistas globais. O Paulo Freire diz uma coisa interessante: *“Tu tá louco, tu acha que a burguesia ou o patrão vai botar uma educação crítica, onde o trabalhador saiba qual o papel que ele representa diante do patrão, ou que ele compreenda com se dá a relação entre força de trabalho é mais valia?”* Jamais! O José

Augusto, por meio do Hélio Khoury, lançou o Paulo Freire nas escolas. A Universidade daqui não está formando estudantes com senso crítico como deveria, seja comunista ou não. Pessoas que entendam o mundo, não esse oba, oba. Esses árabes me ensinaram e eu fui crescendo. Hoje, eu defendo o Socialismo democrático porque o Capitalismo que está aí, o que ele trouxe para o mundo? Olha a crise que nós estamos passando! Mas o Comunismo também se perdeu, claro que era uma experiência muito pequena. Porque eu compreendo que a coisa não é pelo feudalismo, pelo reinado, pelo escravagismo ou pelo capitalismo ou neocapitalismo. Tudo tem só uma fórmula: a exploração do homem pelo homem. Muda a forma de ser. No passado, se trabalhava para o senhor feudal ou para o Rei. Hoje, se trabalha para o capital ou para quem tem propriedade. Parece que não mudou muita coisa. O mundo atravessa uma crise pesadíssima, agora quem foi que provocou essa crise? Só um cara nos Estados Unidos surrupiou do Estado americano trezentos bilhões de dólares. Só um cara! Aquele da bolsa imobiliária.

No Brasil, os políticos roubam de um a dois PIB por ano. Os políticos todos roubam, dos pequenos aos grandes. Hoje essa turma é o PT. O PT pode estar fazendo uma manobra que já existe há quinhentos anos. É o PT... É o PMDB? Não! É uma estrutura de poder que aliena o povo. Se um cara for te roubar uma galinha, tu dá um tiro, mas se rouba o dinheiro da tua educação, da tua saúde, entende-se que roubou, mas fez (risos). Povo alienado é a pior doença. E minha vida é essa... Coloco em pauta a questão Palestina, como uma questão de Direito. Uma questão que há sessenta anos esse povo luta ao menos para ter Direito a um país, não pelo que eu falo, mas por uma lei da ONU, a Lei da Partilha de 1947. Cinquenta e cinco países assinaram. Estados Unidos, Israel e os Árabes, aqui se criam dois países! É coisa fácil. Por que não criam? Porque não há interesse, mas foi assinada. A Lei da Partilha é uma Lei bonita, eu considero a Lei da Partilha por ambos os lados. Foi a mesma coisa que o Tratado de Petrópolis. Eu não sei como aqui não deu o mesmo problema que deu na Palestina, porque a Bolívia, naquele tempo, tinha o apoio dos dois países que estão por trás de Israel: Estados Unidos e Inglaterra. A Bolívia poderia ter feito igual a Israel, *“vou entregar só Puerto Alonso, mas vou ficar com Xapuri e Brasileia. O resto eu fico”*. Há ainda o senso de Justiça que não me deixa cegar, eu sou um cara que me faço crítico. O povo árabe detém naquela área cerca de oitenta por cento do petróleo do mundo, enquanto o Japão não tem uma gota de petróleo. Eu sei que foram os Estados Unidos e a Inglaterra para fechar a União Soviética, porque o comunismo vinha incomodando muito, aí eles colocaram o neocapitalismo, que o salário de um trabalhador americano seria oito mil, por exemplo, enquanto o do povo árabe não chega a

quinhentos reais, como o do brasileiro. Por causa da alienação. Olha o Brasil, um país riquíssimo, que tu acha barra de ouro desse tamanho (gesticula com os braços aberto), água por todos os lados, petróleo. Isso por quê? Falta de uma inteligência. Como é que se quer um país grande como a Alemanha, a França e o Japão que não tem porra nenhuma... Nós sabemos disso, mas não pomos em prática.

Na ditadura, eu tenho muito a agradecer ao meu pai e minha mãe, que não eram nada de esquerda, eu já tinha um conhecimento maior da luta de classe. A maioria dos perseguidos políticos almoçava lá em casa, quando a maioria das casas se fechava. Eles frequentavam nossa casa, Hélio Khoury, Elias Mansour, os pesados. Estavam lá almoçando com a gente e eu almoçando na casa deles. Era mais uma questão de solidariedade, uma questão humanitária, porque os caras eram muito perseguidos. A Ditadura era tão sacana que uma pessoa não podia ter livros de esquerda dentro de casa. Dona Iolanda, aqui do Juventus, Elias Mansour e o João Barbeiro, um velho comunista, me deram os seus livros para eu enterrar em baixo da nossa casa. Papai e a mamãe sabiam disso. Quer dizer, eram solidários. A beleza dessa família que se tornou envolvida com a luta política. Aconteceu uma coisa fantástica na década de setenta, em que a casa Farhat ficou em prova, mais uma demonstração de que seu comércio não era baseado na acumulação e no lucro. Em setenta, no governo Dantas, vieram os ditos “paulistas” e com isso, os acrianos, os índios sofreram na pele, sem dinheiro. A Casa Farhat, por meu intermédio, acolheu a luta dos índios e trabalhadores seringueiros. Foi ela que segurou a barra, quando em 1972 a professora Ivanilde no Catuaba faz o primeiro Empate. Os Empates saíram com o Chico Mendes e Wilson Pinheiro depois. Aqui na estrada de Boca do Acre, começou com a Ivanilde, depois teve outros, antes de ir para Xapuri com o Chico. Quem enviava as ferramentas, terçado, foice e algumas coisas mais, era a Casa Farhat. Ferramentas para fazer os empates como o terçado, a foice, às vezes a espingarda, porque os paulistas tinham AR15. Para mandar espingarda, eu chegava a ser tão bom que enganava o Exército, porque tinha que dar um controle de “venda”. Para mandar uma espingarda para o Chico Mendes, para ele se autodefender. Eu tinha que ter todo um controle junto ao Exército. Agora, os paulistas com AR15 e metralhadora... O Exército não me pegou, eu fui bom nisso (risos). A Casa Farhat segurou todas as barras. Segurou com Terri as lutas indígenas dos Kaxinawás, mandando motor, munição para Boca do Acre. Ela estava presente nesta luta entre fazendeiros e seringueiros.

O Hechem, às vezes, me chamava e dizia: “*Olha, toma cuidado. Tá dando coisa demais*”. Aí, eu falava com alguém que fazia maracutaia para mandar essas armas. Alguém do governo da ditadura pagava, eu tinha alguns amigos, porque a casa Farhat não ia aguentar sozinha mandar espingarda para Xapuri, Brasileia, Tarauacá. A Casa Farhat assumiu por meu intermédio, mas Hechem sabia de tudo. Na ditadura, eu mandava notas de canos, tintas... para poder pagar as espingardas, os terçados, as foices que eram enviadas para eles. Porque os paulistas eram todos bem armados, eu nunca vi tantas armas poderosas como a destes fazendeiros. Eles não queriam saber de gente. Eles queriam saber de terra, de boi. Eu acho que o papai, em parte, entendeu isso, e aí, deixava. Quem fazia a coisa era eu. Papai faleceu em 1975. Não faz muito tempo.

Havia um grupo da segunda geração de árabes que se identificava com a esquerda, enquanto os mais antigos eram mais conservadores, se identificavam com o PSD de Guimard Santos. Era uma questão de poder. Eles eram estrangeiros, viviam apatriados. O Kalume (Deputado Federal), o Abud (Deputado Estadual) eram ligados ao PSD. Depois, o Abud brigou com o Kalume. Eles não apoiaram José Augusto, eleito primeiro governador do Estado do Acre em 1962, pelo PTB. Abud brigou com o Kalume depois que deram o golpe que cassou o mandato de José Augusto em 1964. Briga interna entre eles. Em seguida, o Abud também acabou sendo cassado, logo depois que o Capitão Cerqueira Filho assumiu o governo do Estado em 1964.

Essa briga, eu acho que foi briga de poder, por espaço. Eu já vi muitas outras brigas parecidas, até dentro do meu partido (PT). Os grupos disputando espaço, uma hora se tornam inimigos mortais. Eu acho que foi isso que aconteceu com o Elói Abud e o Jorge Kalume, uma briga por poder.

Só para você ter uma ideia, um dos maiores perseguidores de um árabe chamado Hélio Khoury, foi outro árabe: Jorge Kalume. Era briga de poder, briga ideológica. O Hélio Khoury, para se casar em Rio Branco, teve que casar escondido, pelo Bispo Dom Giocondo, porque se o Kalume soubesse, mandava invadir a catedral e prendê-lo. Outro árabe, o Deputado José Akel Fares de Sena Madureira, era do movimento de esquerda, também foi cassado.

A Casa Farhat ajudou os índios a se libertarem do barracão. Ela ajudava esses índios a quebrar a estrutura dos barracões, apoiando o Terri Aquino, a Pro-Índio. Ajudava com dinheiro, com armas, porque os fazendeiros queriam tomar as terras deles. Através do Manoel Apurinã, apoiamos os Índios Apurinãs, de Boca do Acre. Enviamos motor para os Índios

Kaxinawás lá em Tarauacá, dizem que eles ainda têm esse motor entregue pelo Terri. Todos esses movimentos têm um pedaço da Casa Farhat.

Os paulistas tomavam tudo, transformavam em fazendas e serrarias onde eram as terras dos Apurinãs, os índios daqui do baixo Acre. Hoje, eu gostaria de saber como os Apurinãs se comportaram durante a revolução acriana, porque tudo isso aqui era dos Apurinãs. Tem Apurinãs até no baixo Purus. Já perguntei a um indigenista, mas não tive resposta.

A Casa Farhat, desde o tempo do papai, fez uma opção pelo homem da floresta, em ajudar, seja seringueiro, índio. Aqui, nesta casa (residência), era cheia deles, eles vinham aqui. Eu moro nesta casa desde 1973. Lá na casa dos meus pais, acolhiam-se muitos exilados, Hélio Khoury, Elias Mansour. Aqui nesta casa, o Lula já veio muitas vezes. Ele almoçava, mas não dormia aqui. Nós o instalamos em um Hotel. Mas dois sindicalistas dormiram aqui: O Djalma Bom, que hoje é Deputado Federal, e Gilson Menezes, que foi duas vezes prefeito de Diadema (SP). Todos eram metalúrgicos, nós é quem segurávamos a barra deles aqui, como companheiros. Foi um comércio não só voltado para o lucro, para a acumulação, ajudou muito a sociedade de um modo geral.

Eu comecei a militância partidária no PMDB, junto com o Nilson Mourão, Pacifico, Hélio Khoury, Zaire, da frente popular. Estávamos enfrentando a ditadura na luta pela redemocratização do país. Participei da marcha dos cem mil no Rio de Janeiro, com Mário Camelo e Noélia Pinho. Lembro bem disso, não sei se foi em 67, 68 ou 69 (26 de junho 1968). Ficamos no PMDB, quando alguns intelectuais, na divisão da esquerda... A esquerda se divide que Deus me livre. Tem o grupo do Antônio Manoel, trotskista que hoje está preso. A gente dizia que toda vez que dois caras da 4ª Internacional se reúnem, é para formar uma nova tendência. Estávamos neste grupo dentro do PMDB, quando alguns intelectuais ligados ao PCB, PCdoB, acharam de cunhar um partido de perfil popular. Nasceu o PT. Desde oitenta, eu entrei nessa. Eu, Nilson Mourão, Célia Pedrina... O Hélio Khoury ficou no PMDB, mas era uma tática. A Casa Farhat foi um esteio econômico para eles, junto com a Igreja Católica, porque de outra forma, não daria para aguentar. Nós fomos formalizando o partido. Eu digo em uma poesia:

Mal cabia na palma da minha mão.

E no fusca do Nilson Mourão.

A emoção do meu coração que era PT, PT, PT, PT.

O Partido foi ocupando associações, sindicatos... Morreram muitos... Jesus Matias, Calado... Para fundar o PT e a CUT, teve mais de duas mil mortes neste país e aqui também.

Chico Mendes inicialmente era do PMDB, foi vereador em Xapuri. Era do PMBD como nós éramos. Tem um problema que nós esquecemos: a Professora Ivanilde, do Seringal Catuaba. Ela foi a primeira pessoa que eu conheço que fez Empate no Acre. Não é desmerecendo Chico Mendes nem Wilson Pinheiro. O primeiro Empate foi feito aqui no Seringal Catuaba em 1972, pela professora Ivanilde, com o grupo dela. A Casa Farhat estava apoiando, enviando terçado, foice, alimentos e dinheiro às vezes.

A Igreja, através de Dom Moacir, e, depois, a Comissão Pastoral da Terra – CPT -, ajudava mas em 1974, antes de Xapuri e Brasileia, houve outro grande empate na estrada de Boca do Acre, em que foi morto um paulista porque quis matar o Raul. Esse cara fugiu, não sei onde ele anda. O Paulista queria expulsá-lo da terra, o cara foi, deu um tiro e errou. O Raul se autodefendeu, revidou e matou o fazendeiro. Ainda houve outro empate, acho que foi no Bom Destino, feito pelo Barba Azul, já com o apoio do João Maia, delegado da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em 1975. Em 1975, os Empates ainda não tinham chegado a Xapuri e Brasileia. Na época, saiu na capa do Jornal “O Varadouro” a foto do empate, espingarda, facão, tudo empilhado. Um pouco antes, morre Dom Giocondo (Bispo de Rio Branco), que, até hoje, eu tenho minhas desconfianças se foi uma ação da operação condor, que pode, Pode!, ter mandado matá-lo. A articulação de fundar o PT no Acre iniciou com o João Maia e Pedro Marques, que convidaram Nilson Mourão, Célia Pedrina, Zé Gilberto, Abrahim Farhat (Lhé). Eu não me encontrava aqui, eu estava participando da Fundação do PT no Rio de Janeiro, em São Gonçalo.

Nesta época, a mãe da minha filha Cibele estava terminando o Mestrado em Educação na UFF. Minha ex-esposa, Maria Rodrigues, era professora da UFAC, hoje está aposentada. Estamos divorciados, mas somos grandes amigos. Quando eu retornei para Rio Branco em 1980 ou 1981, eu me incorporei ao grupo. O Antônio Manoel, esse companheiro da 4ª Internacional que está preso hoje, não se pode desconhecer a luta. A coisa dele, ele está pagando, já está há dez anos preso. Tinha vários professores da Universidade. Nós fomos ocupando os espaços dentro da Universidade. Nós fomos ousados e por isso que eu acho que

hoje estou cansado. Eu não sei como nós criamos o partido do nada. Porque não era só questão financeira, isso não funciona. Era questão de você ir para a praxe. Chegar à Universidade junto aos professores e vamos formalizar o sindicato. Tu está falando com um dos fundadores da tua ADUFAC, ninguém sabe disso lá dentro. Eu vendia mimeógrafo. O primeiro mimeógrafo da Universidade quem vendeu foi a Casa Farhat, passamos um ano e meio para receber, mas recebemos. Depois, montamos o DCE, eu estava junto, é por isso que eu digo que estou cansado. O DCE e ADUFAC, eu participei bastante, eu vivia muito dentro da Universidade. A Perseguição ao Edgar de Deus, Mário Lima... Eu era amigo do Áulio Gelio (Ex-reitor) e tentava evitar as demissões que o SNI pedia. Por exemplo: para contratar o Edgar de Deus, Mario Lima, Eurípedes... Eu dizia “são meus amigos”, o Áulio Gelio acabava contratando. Então, fomos ocupando estes espaços, sindicatos. Formamos o sindicato das lavadeiras, entramos no meio rural. A beleza do PT, para mim, é que ele é uma escola popular, é um partido de massa, não é um partido ideológico como é o PCB ou o PCdoB, que quer ganhar o poder e instalar um partido socialista. O PT é o primeiro espaço para o trabalhador compreender aquilo que Paulo Freire falava, “*na política o trabalhador alienado vota no seu próprio algoz*”. Nós dizíamos: Olha, você faz tua casa para morar com sua família... (invasões de terras urbanas)... Eu chamo isso dos primeiros passos para abrir a cabeça dos trabalhadores, e isso deu certo, porque depois, o Chico Mendes veio fazer parte disso. A gente foi andando, no campo, na cidade, ribeirinhos. Nós fomos organizando o que você possa imaginar. Mas na maioria das vezes, porque ninguém é santo, não existia a formalização do “esse partido é meu” ou “esse partido é do meu clã”, se não a gente ficaria no que estamos. Tínhamos um objetivo de criar um partido para auxiliar a conscientização do trabalhador e mudar esta estrutura de poder que há quinhentos anos só muda de nome, mas quem manda são os grandes industriais, os grandes latifundiários, os grandes banqueiros... São os que dominam. Hoje, o Congresso é de trabalhador? Não! Agora que as domésticas, coitadas, em pleno século XXI... Estamos ajudando (PT) a criar para elas a expectativa de cidadania, dando o primeiro passo. Nesta luta ideológica, o trabalhador dominado por essa classe dominante foi induzido a acreditar que o Comunismo era a perdição do trabalhador...

A Casa Farhat fechou ano passado (2012), depois de cem anos, é uma pena. É um crime, uma falta de sensibilidade deixar uma casa dessas, que é a história dos movimentos populares... Toda a história da esquerda acriana, a partir da década de sessenta, passou por ali. Nós decidimos fechar porque não dava mais. Às vezes, você precisa de uma mão amiga. Não é corrupção, mas aí eu acho que o pessoal não entendeu o que foi essa casa na história dos

movimentos sociais e políticos do Acre. Um dia, eles vão se lembrar. O diabo é, que na Universidade, já tem umas cinco teses... Será que eu vou morrer, porque vários estudantes estão me entrevistando (risos)? Eu acho que a Casa Farhat foi o bom burguês, ela tirava da mais valia... Era isso, o papai não era um cara de esquerda, mas intervinha, e apoiava, por exemplo, a causa árabe no Oriente Médio, ele tirava dinheiro da loja e enviava para a causa árabe.

Figura 10 – Prédio onde funcionou a Casa Farhat, na Rua Sen. Eduardo Assmar. Fechada em 2012.

Fonte: Acervo pessoal, 2015.

4.2. Comentário

Ao narrar à trajetória do avô e do pai, Abrahim Neto enfatiza uma habilidade comercial nata de seus antepassados, algo como uma “tradição” mascateira de sírios e libaneses, observado em outras partes do Brasil. É interessante o início da atividade comercial do patriarca da família em 1910 – mascate com tabuleiro na “cabeça”. Quando na Amazônia, a tradição de comércio ambulante, no âmbito da extração gomífera, foram os chamados “regatões”, que em pequenas embarcações, percorriam os rios e igarapés da região negociando seus produtos em um raio de atuação mais amplo. No entanto, trabalhar e negociar como regatão exigia um mínimo de investimento inicial, para aquisição de barco,

mantimentos, além da contratação de remadores experientes que conhecessem os rios da região. Um investimento inicial que talvez Abrahim Farhat Filho não possuísse.

A opção de trabalhar como mascate e percorrer a pé o entorno de Rio Branco, mostrou-se uma decisão certa, dois anos depois o patriarca da família Farhat torna-se um comerciante estabelecido, dando início às atividades comerciais da “Casa Farhat”.

Ao contrário de cidades mais antigas do Pará e Amazonas, onde havia grupos mercantis há tempos estabelecidos, que não viam com bons olhos a atuação de comerciantes sírios e libaneses e tratavam de dificultar suas atividades na região. Nos rios acrianos, a situação era um pouco diferenciada. Primeiro, porque o Acre, no início do século XX, era uma fronteira de expansão do capital, que atraía pessoas de outros estados, em particular do nordeste, e de outros países, portanto, todos eram “de fora” ou recém-chegados. Não havia oligopólios mercantis estabelecidos que reclamassem um “direito de primazia” sobre o comércio local. Segundo, inicialmente, a elite econômica da região era composta pelos donos dos seringais, os seringalistas que possuíam uma freguesia “cativa”, composta de seringueiros que, obrigatoriamente, tinham de comprar na casa de comércio do seringal – o barracão - e, portanto, estes senhores não se interessavam pelo pequeno comércio, dos incipientes espaços urbanos em tímido desenvolvimento no Acre, nas primeiras décadas do século XX.

Através da narrativa, percebe-se um esforço da primeira geração da família Farhat – avô e pai - em estabelecer uma relação amistosa com a sociedade “acolhedora” em que estavam se inserindo. Abrahim nos diz que seu avô e pai eram muçulmanos, mas “pouco praticante”. A manifestação desta religiosidade provavelmente se dava no âmbito privado e individual, já que a segunda geração da família Farhat – ao menos os estabelecidos em Rio Branco – não se apresenta como de muçulmanos⁸⁴.

O esforço para se integrar a esta nova sociedade é percebido a partir da participação como sócio em sociedades recreativas, como o clube Tentame e Cine Teatro Recreio, e em associações desportivas, como Rio Branco Futebol Clube, ou associações financeiras como o

⁸⁴Em 27 de agosto de 2014, recebi SMS de Abrahim Farhat Neto, convidando para missa de 7º dia de falecimento de seu tio Said Farhat, ocorrido em São Paulo. Compareci a cerimônia, mas o Abrahim não.

Banco do Acre⁸⁵. Espaços públicos como a igreja católica também eram formalmente frequentados.

Abrahim Farhat Filho e o filho Hechem Abrahim Farhat eram muçulmanos, não fica claro se houve alguma preocupação por parte de ambos para que seus descendentes no Acre seguissem a tradição religiosa de origem. Parece que a conjuntura de uma sociedade receptora em formação, que não possuía rígidos “códigos sociais”, somada à distância em que o Acre se encontrava de centros urbanos como Manaus, Belém ou São Paulo, onde a colônia síria e libanesa estava bem estruturada e em melhores condições de promover suas tradições culturais, explicam isso. No Acre, tudo conspirava para a integração dos imigrantes, e seus filhos e netos vão se afastando lentamente das tradições culturais de seus antepassados, e vão se tornando o que o Abrahim Farhat Neto definiu como “árabes arigó” ou “árabes nordestinos”.

Hechem Abrahim Farhat, pela condição financeira favorável que possuía, enviou duas filhas ao Líbano (ver apêndice A) para conhecer a parentela, estudar a língua e a cultura árabe e, se possível, encontrarem pretendentes para casamento. Abrahim e Jorge Farhat mencionam possíveis pretendentes a esposas que seu pai havia combinado com parentes no Líbano. Aparentemente, conforme a narrativa, Hechem se esforçara para que os filhos contraíssem matrimônio com mulheres muçulmanas, mas o esforço não obteve resultados, bem provavelmente devido à morte prematura do Hechem em 1975.

Abrahim Farhat Neto descreve com bastante intensidade a partida do avô para o Líbano com toda a família em 1952. O avô gostaria de levar o neto, mas o pai não permitiu. Revisitando a memória, Abrahim diz estar se vendo aos onze anos com uma bolsa arrumada e vários pacotes com os pertences dos que iam partir: “*eu tô vendo o avião passando para o aeroporto*”. Após mais de quatro décadas de trabalho no Acre, Abrahim Farhat Filho, partiu do Acre em definitivo para o Líbano e nunca mais retornou, foi a última vez que Abrahim Neto viu o avô.

A partida do avô parece ter guardado um significado especial na memória da infância de Abrahim Neto. Em outra ocasião da entrevista, quando se refere ao fluxo de entrada e saída de pessoas e mercadorias, transportadas em chatas e gaiolas pelo Rio Acre, descreve em cores

⁸⁵Banco do Acre: sociedade cooperativa de responsabilidade limitada. Fundado em 1924. Cf. anúncio no jornal FOLHA do Acre. Nº 724. Ano XIX. Rio Branco, 19 de set. 1929. Recorte.

vívidas a tristeza das cenas de partida das embarcações, mas ao mesmo tempo percebe-se o fascínio pela dinâmica do movimento e das manobras das embarcações, que apitavam, aceleravam causando um barulho estridente e as ondas ou banzeiros provocados pelo deslocamento do barco, faziam a alegria da criançada que se banhava às margens do Rio Acre.

A imagem de embarcações partindo do porto, com apitos longos, passageiros acenando do convés para os que ficavam e, do porto, assistiam à partida, produz uma cena dramática que se repete em portos espalhados ao redor do mundo.

Os gaiolas, as chatas fizeram parte da paisagem acriana até o final dos anos setenta. A partir da ligação rodoviária do Acre com o centro sul do país, o modal de transporte fluvial tornou-se obsoleto e o sistema rodoviário se configurou dominante.

Deise Salim relatou a imagem de Gaiolas e Chatas atracadas no Porto em Xapuri. Ao contrário de Abrahim Neto, que destacou a tristeza da partida, Deise guarda a memória da alegria coletiva em Xapuri com a chegada das embarcações, que despontavam na Curva do Rio Acre apitando, enquanto a população se aglomerava no porto, ansiosa para ver os recém-chegados e pelas mercadorias que abasteciam o comércio local, pelas notícias de Manaus e Belém, pelas cartas do correio que os Gaiolas e Chatas traziam. São memórias distintas, com diferentes significados.

Abrahim Neto recorda com entusiasmo a atuação política de seu pai, que, junto com outros sírios e libaneses, se reuniam e discutiam as propostas políticas do Pan-arabismo e ainda arrecadavam dinheiro entre si, e enviavam ao presidente do Egito, Abdel Nasser. Abrahim revela o papel da rádio do Cairo que transmitia em ondas curtas e sensibilizava a comunidade síria e libanesa em Rio Branco em prol da causa Árabe no Oriente Médio, isso em plenos anos cinquenta.

Nos anos sessenta, Abrahim Neto conhece o marxismo, através dos amigos Elias Mansour e Hélio Khoury, e adere ao movimento socialista, e no início dos anos setenta se posiciona contrário às políticas públicas para a Amazônia, implementadas pela ditadura militar de 1964. A política de “pecuarização” da economia acriana, em substituição ao combalido extrativismo, resultou em confrontos entre as famílias de seringueiros que habitavam os antigos seringais e os pecuaristas ou “paulistas”, que compravam as terras, expulsavam as famílias de seringueiros, derrubavam as florestas e abriam pastagens para a

criação de gado. A Casa Farhat, segundo narra Abrahim, discretamente, apoiava, material e financeiramente, os movimentos de resistência dos índios e seringueiros.

Fica claro que a inspiração do Abrahim Neto vinha do pai, que apoiara o pan-arabismo de Abdel Nasser em 1956, durante a nacionalização do Canal de Suez, e na consequente Guerra de Suez. Bem como o apoio à causa árabe durante a Guerra dos Seis Dias em 1967. A morte prematura do pai, Hechem Abrahim Farhat, em 1975, e o retorno da mãe, Silvia Maluf Farhat, para o Rio de Janeiro, permitiram que Abrahim Neto, na condição de primogênito, tivesse maior influência sobre os negócios da família. É provável que sua “generosidade”, para com os movimentos de contestação da ditadura tenha sido ampliada. É possível que, ao longo do tempo, esta ação que se estendeu pelos anos setenta e oitenta tenha se mostrado ruínosa aos interesses da Casa Farhat.

No início dos anos oitenta, Abrahim se encantou com a proposta de criação do Partido dos Trabalhadores – PT –, e junto com outras lideranças, iniciaram um amplo trabalho de base na organização de sindicatos. O resultado desta ação contínua produziu resultados. Em menos de duas décadas, o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder no Estado do Acre, vencendo as eleições para governo do Estado em 1998. Desde então, o partido venceu sucessivamente cinco eleições para Governo do Estado. Abrahim Farhat Neto encerra sua narrativa com uma “ponta” de mágoa. O sucesso do projeto político, contrasta com o fracasso dos negócios familiar. A Casa Farhat, no ano que completaria cem anos de fundação, foi obrigada a fechar suas portas-faliu.

Abrahim Neto e Deise Salim constituem a segunda geração de imigrantes libaneses que chegaram ao Acre no início do século XX. Ambos seguem trajetórias paralelas. Deise militou a causa da Educação, sonhou tornar o mundo um lugar melhor e socialmente mais justo a partir de sua atuação enquanto docente, não esquecendo que também milita a causa da Igreja Católica, levando conforto espiritual a quem precisa dos serviços religiosos. Abrahim Neto militou a causa socialista e sonhou em transformar o mundo a partir da conscientização de classe trabalhadora. São dois humanistas que, cada um a seu modo, escolheram trabalhar pelas causas que consideram justas, pelas quais valia a pena lutar. E lutaram!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de levantamento das ocupações exercidas por sírios e libaneses no Acre, juntamos os dados individuais contidos nos processos que foram analisados no capítulo 1 e 2, considerando-os como amostragem, e chegamos aos seguintes resultados: dos 31 imigrantes listados (Quadro 12), 24 eram comerciantes, incluídos os ambulantes – regatão – e os com estabelecimentos fixos (77,2%). Dos oito restantes, apenas dois possuíam atividades definidas: um era carpinteiro, o outro estivador. Os demais: duas mulheres com ocupação indefinida e quatro homens, sendo um Ex-comerciante e três com ocupação indefinida.

QUADRO 12 – Sírios e libaneses: ocupação

ANO	NOME	LOCAL	IDA.	OCUPAÇÃO	NACION.
1913	José Mussi	S. Madureira	--	Comerciante	Sírio
1914	Sadala Hautes	Rio Branco	--	Comerciante	Libanês
1914	Said Buhamn	S. Madureira	--	Indefinida	Sírio
1916	Felippe Aly, 27 anos.	S. Madureira	27	Comerciante	Sírio
1919	Mahmud Carrun	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1920	Assad João	S. Madureira	--	Comerciante	Sírio
1921	Abdon Haffir	Rio Branco	--	Indefinida	Sírio
1922	Jorge Jacob Chamma	S. Madureira	35	Comerciante	Sírio
1922	Mamed Almeida Batich	S. Madureira	36	Comerciante	Sírio
1923	Amid Assefe	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1924	Antônio Miguel	S. Madureira	50	Comerciante	Sírio
1927	Felippe Huatt	S. Madureira	--	Indefinida	Sírio
1928	Salim Simão	S. Madureira	36	Carpinteiro	Sírio
1929	Jamil Arack	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1929	Zacharias Assen Zehir	Rio Branco	65	Comerciante	Sírio
1930	Ibrahim Jalul	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1931	Mansour Chedick	S. Madureira	--	Comerciante	Sírio
1931	Abdon Hoss	Rio Branco	40	Ex-comerciante	Sírio
1932	José Sapha	Rio Branco	65	Comerciante	Sírio
1933	Assem Omar	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1938	Antonina de Castro Assef	S. Madureira	--	Indefinida	Síria
1938	Farideé Caram	S. Madureira	55	Indefinida	Síria
1939	Ibrahim Ohab	S. Madureira	--	Comerciante	Sírio
1942	Almeida Rageb	Rio Branco	50	Estivador	Sírio
1944	Abraham Rachid	Rio Branco	45	Comerciante	Sírio
1946	Benjamim Salim Cadi	Rio Branco	58	Comerciante	Libanês
1947	Jose Mamed Araque	Rio Branco	70	Comerciante	Libanês
1951	Kassem Mamed Gandor	Rio Branco	44	Comerciante	Sírio
1953	Ali Musse	Rio Branco	--	Comerciante	Sírio
1955	Bachir Dannáuy	Rio Branco	--	Comerciante	Libanesa
1962	Salim Mustafa Assem	Rio Branco	85	Comerciante	Libanês

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

Pelo exposto, podemos afirmar que no Acre, a atividade econômica majoritária exercida por imigrantes sírios e libaneses que legaram inventário ou documento similar foi o comércio, reproduzindo nos Vales dos Rios Acre e Purus um padrão que foi utilizado por estes imigrantes em muitas outras cidades espalhadas pelo Brasil. O comércio é quase uma marca registrada étnica do grupo. Outro aspecto relevante que destacamos é que a atividade mercantil síria e libanesa, no Acre, foi, em seus primórdios, uma função eminentemente masculina, e isso se devia principalmente ao fato de que esses homens, na maioria, preferiam viajar sozinhos para evitarem despesas desnecessárias, explorarem as oportunidades ao máximo, juntarem um bom dinheiro e irem embora: esse era o sonho de Tufic Salim, pai de Deise Salim, narrado no capítulo 3; foi o sonho que Abrahim Farhat Filho (cap. 4) conseguiu realizar após quarenta e dois anos de trabalho no Acre e retornar ao Líbano, deixando seu primogênito Hechem Abrahim Farhat à frente dos negócios. Segundo Fátima Farhat (apêndice A), esse também era o desejo de Hechem Farhat, seu pai, que chegou a enviar a esposa e duas filhas para uma temporada de mais de dois anos em Beirute, mas infelizmente a morte prematura de Hechem em 1975 o impediu de concretizar o sonho padrão da maioria dos imigrantes sírios e libaneses: o movimento cíclico de partir-chegar-trabalhar-ganhar-acumular-partir. Fácil de descrever, difícil de realizar.

Os imigrantes iniciavam suas atividades, quase sempre do zero. Abrahim Farhat vendeu bananas em Manaus, depois veio para Rio Branco e trabalhou como mascate, mas tinha um diferencial para potencializar as vendas: uma espécie de matraca de madeira, com um barulho característico para anunciar sua chegada, não demorou a se tornar um próspero comerciante estabelecido. A criatividade em se fazer anunciar talvez tenha sido seu diferencial...

Tufic Salim trabalhou anos como auxiliar de regatão para o Sr. Fares Zaire, contraiu uma hérnia que o acompanhou pelo resto da vida, mas em certa ocasião, conseguiu sua independência financeira, potencializando suas habilidades de cozinheiro, junto com sua esposa, comprou um imóvel e abriu um bar.

Percebemos, através da análise dos processos *post mortem*, que a relação entre trabalho e prosperidade foi uma equação solucionada por uns poucos abnegados. A grande maioria viveu e morreu pobre, em condições pouco melhores do que chegaram. A maioria provavelmente se perguntava intimamente: “Valeu a Pena?”.

Para os que foram bem sucedidos e de repente se depararam na iminência do “inevitável”, o testamento foi à forma utilizada para recompensar pessoas queridas, próximas e distantes. As pessoas detentoras de posses, geralmente, se afeiçoavam à prática do exercício do poder sobre os indivíduos que gravitavam em sua volta, seja como empregados ou por relações clientelistas. Neste aspecto, o testamento é bastante revelador, no sentido de que o testamentário utiliza-se deste instrumento como forma de garantir que mesmo em sua ausência, as coisas continuarão acontecendo conforme sua vontade: quem será agraciado com legados; como será feita a partilha; quem é escolhido como testamenteiro; por quanto tempo a firma deve funcionar. São prerrogativas do testamentário. Mas observamos que estes artifícios são facilmente suplantados por manobras e interesses de terceiros. Vimos o inventário de Kassem Mamed Gandor se prolongar por quase 32 anos.

Nesta pesquisa, vimos que muitos espólios de pequena ou grande monta acabavam vacantes – sem herdeiros – e eram incorporados ao patrimônio da União. O processo seguia um ritual simples: constatada a morte de um imigrante sírio e libanês sem parentes conhecidos, as autoridades arrecadavam o espólio; avaliavam; publicavam edital de chamado de herdeiros com prazos de sessenta a noventa dias; não havendo manifestação, publicava-se edital de leilão; o dinheiro arrecadado era encaminhado para a Mesa de Rendas Federal. Esse tipo de situação repetia-se corriqueiramente, como ficou demonstrado nesta pesquisa. O argumento legal era que não houvera manifestação de herdeiros no prazo de convocação via edital. Ocorre que o referido edital, que dava legalidade ao ato, era publicado afixando-se o mesmo na porta do Fórum da cidade ou, quando possível, publicava-se em jornais. Como os jornais eram de circulação local, dificilmente, a notícia chegava aos familiares que, na maioria dos casos, residiam no Líbano. O discurso do isolamento do Acre sacramentava a vacância do espólio.

Neste caso, observamos que o leilão do espólio era um bom negócio para outros comerciantes – entre estes, sírios e libaneses –, que nos leilões, arrematavam lotes de mercadorias a preços bem abaixo do de mercado. No entanto, o argumento do isolamento do Acre é um grande “engodo”. Desde 1912, existiam Estações Rádio Telegráficas no Acre, era perfeitamente possível enviar um telegrama para o consulado do Líbano, comunicando a morte de um imigrante.

No processo de Ibrahim Ohab, comerciante de Sena Madureira, que faleceu em Manaus em 1939, a viúva, por telegrama, enviou procuração e nomeou um procurador em

Sena Madureira para, em seu nome, movimentar o comércio do falecido marido, e evitou que a Justiça fizesse a arrecadação do espólio. Isso demonstra que o serviço telegráfico funcionava. A questão era quem se beneficiava com a não comunicação dos obituários de sírios e libaneses no Acre?

Nos relacionamentos afetivos, percebemos que muitos eram informais. Quando as relações extrapolavam e acabavam na Delegacia de Polícia, os homens sírios e libaneses, não raro, definiam seus relacionamentos como: “travando conhecimento”; “viviam como amigos”; “amigas”. Tais aspectos denotam que estes imigrantes tinham uma percepção de sua estadia no Acre como algo transitório, estavam de passagem e não queriam assumir “compromissos” ou “deitar raízes” no solo. O resultado: quando morriam, esposas e filhos ilegítimos não tinham direito a herança e mais um espólio vacante ia para os cofres da União.

As narrativas de Deise Salim e Abrahim Farhat Neto encerram este estudo. São filhos de libaneses que chegaram ao Acre no início do século XX, atraídos pelas oportunidades da expansão gomífera na Amazônia, que desde a segunda metade do século XIX, atraiu milhares de nordestinos que ocuparam os seringais nativos existentes nas margens dos rios amazônicos, disputando espaço com as populações indígenas. Na esteira desta ocupação, seguiram-se outros grupos de imigrantes: portugueses, espanhóis, italianos e, sobretudo no caso do Acre, sírios e libaneses.

Abrahim e Deise narram suas histórias de vida a partir de seus antepassados, como uma espécie de marco zero de suas experiências, pois o conhecimento que possuem sobre suas origens tem como ponto de partida as memórias legadas por seus familiares. No caso de Abrahim Neto, o avô, Abrahim Farhat Filho, e o pai, Hechem Abrahim Farhat. No caso de Deise, apenas a memória do pai, Tufic Salim Abuaiche.

As narrativas das histórias de vida de Deise e Abrahim discorrem sobre trajetórias distintas, que seguem vias paralelas em um espaço comum, o Acre, no contexto histórico dos anos quarenta à atualidade. Deise militou a causa de Educação, tornou-se professora aos dezesseis anos e aos oitenta, ainda leciona. Nos sessenta e quatro anos de ofício, milhares de estudantes passaram pelas salas e pelas mãos da professora Deise. Abrahim Farhat, desde cedo, não demonstrou muito apreço pelo balcão da loja, sua paixão era a militância política. A causa Palestina no Oriente Médio e o Socialismo no Brasil. A Casa Farhat foi à falência no ano em que completaria cem anos de fundação. Uma pena, segundo Abrahim, mas o grupo político no qual esta inserido segue de vento em poupa.

Os narradores, Deise e Abrahim Farhat representam a síntese deste processo migratório que no Acre, enveredou pelo caminho de adaptação e da integração, transformando-os em caboclos-árabes-amazônicos, ou “sagrada miscigenação”, como bem definiu Abrahim Farhat Neto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Zuleica. **Imigrantes:** A vida Privada dos Pobres do Campo. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: República, da Bela Época à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3. P. 216-287.
- ANTONACCIO, Gaitano. **A Colônia Árabe no Amazonas**. Manaus: [s.n.] 1996.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia:** um pouco antes e além depois. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.
- BASSANEZI, Maria Sílvia Beozzo. **Família e Imigração Internacional no Brasil**. São Paulo: CEDHAL/USP, nº 07, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOSI, Ecleá. **Memória e sociedade:** lembranças de velho. São Paulo: T. A Queiroz, 1979.
- BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular:** História e Imagem. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- CHALLITA, Mansour. **Esse Desconhecido Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Revan, 1980.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Imigração e História Local:** Sírios e Libaneses em Franca. Franca, 1998. Tese (Livre-Docência) FHDSS-UNESP.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral:** memórias, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DEMANT, Peter. **O Mundo Mulçumano**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1971.
- DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico**. São Paulo: Papirus, 1994.
- ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EL KADI, Nágila. **A Migração Druza: passos e traços**. Um estudo de caso. Belo Horizonte, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG.
- ELKHOURI, Rosemary Nader. **Os Libaneses em São José dos Campos:** A História dos que Imigraram entre 1950 e 1970. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado) FFLCH-USP.

FARHAT, Emil. **Dinheiro na Estrada:** Uma Saga de Imigrantes. São Paul: T. A. Queiroz, 1987.

FAUSTO, Boris **Imigração:** Cortes e Continuidades. In: História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.4. p. 13-61.

FAUSTO, B. **Imigração e política:** judeus, sírio-libaneses e japoneses em São Paulo. São Paulo: Sumaré/IDESP, 1995.

FAUSTO, B. (org.). **Fazer a América.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História Oral:** Desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC, 2000.

FISHER, Tânia. **Poder local:** governo e cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FUNDAÇÃO Oswaldo Cruz. **A ciência a Caminho da Roça:** Imagens das e Expedições Científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao Interior do Brasil entre 1911 a 1913. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ Casa de Oswaldo Cruz, 1991.

GARCIA, Maria Angélica Momenso. **Trabalhadores Rurais em Ribeirão Preto:** trabalho e resistência nas fazendas de café, 1890-1920. Franca: UNESP-FHDSS, 1997.

GATAZ, André. **Do Líbano ao Brasil:** história oral de imigrantes. 2. ed. Salvador: Pontocom, 2012.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOUBERT, Pierre. **História local.** História & Perspectivas. Uberlândia: nº 6: 45/57, jan/jun 1992

GOULART, José Alípio. **O regatão:** mascate fluvial da Amazônia. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

HAJJAR, Claude Fahd. **Imigração árabe:** 100 anos de reflexão. São Paulo: Ícone, 1985.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Relato de Certo Oriente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KALUME, Jorge. **Crônicas do Acre Antigo.** 2. ed. Brasília: s.n., 199?.

KALUME, Jorge. **Dos Seringais Acreanos ao Congresso Nacional.** Brasília: Gráfica do Senado: 1985. 3. Vol.

- KARNAL, Leonardo. **O Oriente Médio**. São Paulo: Scipione, 2002.
- KHATLAB, Roberto. **Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância**. Bauru: EDUSC, 1999.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LEITE, José Chalub. **Tão Acre: o humor acreano de todos os tempos**. Rio Branco-AC: BOBGRAF, 2000.
- LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do capitalismo aos dias de hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MARCHEZAN, Luiz Gonzaga. **O espaço no conto regionalista**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em história Social) – FFLCH-USP.
- MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MIEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). (Re) **Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- MORAES, Raymundo. **Na Planície Amazônica**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 1987.
- NABHAH, Neuza Neif. **Islamismo de Maomé aos nossos dias**. São Paulo: Ática, 1996.
- NOWLTON, K. **Sírios e Libaneses**. São Paulo: Anhembi, 1960.
- NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás 1870-1970**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH-USP.
- OLIVEIRA, R.C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OSMAN, Samira Adel. **Imigração Árabe no Brasil: histórias de vida de libaneses muçulmanos e cristãos**. São Paulo: Xamã, 2011.
- PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. São Paulo: Estudos Avançados, nº 20 (57), 2006.
- PERTIÑEZ, Joaquín Fernández. **Primórdios de uma Diocese**. Rio Branco: Gráfica e Editora Francarlos, 2012.
- PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores**. IN: Revista Projeto História, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUCSP, São Paulo: EDUC, 1993, nº 10, pg. 41-58.
- RASHID, Ahmed. **Jihad**. São Paulo: Cosaq & Naif, 2003.

RATTER, H. **Tradição e mudança: a comunidade judaica em São Paulo**. São Paulo: ÁTICA, 1977.

REBOLLEDO H. Antônia. **La “turcofobia”: discriminacion antiarabe em Chile, 1990-1950**. História, Santiago de Chile, nº 28, 1994.

SAFADY, J.S. **A imigração árabe no Brasil**. São Paulo, s/d. tese (Doutorado) – FFLCH/USP.

SAFADY, Jamil. **O café e o mascate**. São Paulo: Comercial Safady, s/d.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou o paradoxo da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. IN: Revista brasileira de história. São Paulo: ANPUH/MCT/ Marco Zero, set. 89/ fev. 90.

SCHWEICKARDT, Júlio César; LIMA, Nísia Trindade. Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. Dec. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020070005000002&lng=en&nrm=iso>.access on 19 Jan. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-597020070005000002>

SILVA, Marcos A. **A História e seus limites**. História & Perspectivas. Uberlândia: 6: 59/65, jan/jun 1992.

SOUZA. Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas novas abordagens**. 6. ed. Rio Branco-AC: CAAS, 2008.

SOUZA, Roney Salina de. **Assafaru – A Viagem: imigrantes sírios e libaneses em Dourados**. Dourados-MS: UEMS, 2008.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventário Post Mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, n. 8, p. 63-83, jan./jun. 2012.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios**. Sírios e Libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Sírios e Libaneses e Seus Descendentes na Sociedade Paulista**. IN: FAUSTO, B. (org.). **Fazer a América**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 315-351.

ZAIDAN, Assaad. **Raízes Libanesas no Pará**. Belém: governo do Estado do Pará, 2001.

FONTES:**ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RJ.**

DESPACHO Interno nº D 122. **Socorro de Repatriação solicitada por brasileiras ao Consulado Brasileiro em Beirute.** Assinado por Cesar de Mesquita. Rio de Janeiro. 25 abr. 1923. AHI – RJ.

OFÍCIO nº CE 3333/9 da Secretária de Estado das Relações Exteriores, para Fortunato Sellan, Consul brasileiro em Beirute. **Oferta da colônia sírio e libanesa de São Paulo, para custear despesas de repatriação de mulheres brasileiras abandonadas pelos maridos muçulmanos no Líbano.** Rio de Janeiro, 25 ago. 1923. AHI – RJ.

OFÍCIO nº CE 3882/4 da Secretária de Estado das Relações Exteriores, para Fortunato Sellan, Consul brasileiro em Beirute. **Repatriação de quatro menores filhas de Catharina Elias.** Rio de Janeiro, 27 set. 1924. AHI – RJ.

OFÍCIO nº 8/ER do Consul brasileiro em Beirute, Fortunato Sellan, para Otávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores. **Repatriação de brasileiras.** Beirute, 27 set. 1928. AHI – RJ.

MEMORANDO, **Sobre Solicitação de Repatriação.** Assinado por Cesar de Mesquita. Rio de Janeiro. 14 jun. 1929. AHI – RJ.

ENTREVISTAS:

FARHAT NETO, Abrahim. **Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus – 1900-1975.** Rio Branco, 01 mai. 2014. Entrevista concedida a Valmir F. Araújo, como contribuição para elaboração de tese de doutorado em história social, realizado na USP.

LIMA, Deise Salim Pinheiro. **Memória da Imigração Síria e Libanesa nos Vales dos Rios Acre e Purus – 1900-1975.** Rio Branco, 5,6,12 e 13 mar. 2014. Entrevista concedida a Valmir F. Araújo, como contribuição para elaboração de tese de doutorado em história social, realizado na USP.

JORNAIS:

Correio do Acre. Rio Branco, 05 ago. 1923.

Correio do Acre. Rio Branco, 07 out. 1923. p. 03-04.

O Acre. Rio Branco, 18 nov. 1934.

ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – AHTJ-AC.

Ação Criminal Nº 1169. Sena Madureira, 10 nov. 1928. **Salim Simão** (réu). AHTJ-AC.

Apelação Criminal Nº 401. Sena Madureira, 27 nov. 1922. **Mamed Almeida Batich** (apelante). AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 1101. Sena Madureira, 29 abr. 1927. **Felippe Huatt**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 1151. Rio Branco, 21 dez. 1921. **Abdon Haffir**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 1370. Rio Branco, 11 Jun. 1914. **Sadala Hautes**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 1371. Rio Branco, 28 set. 1923. **Amid Assefe**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 1403. Sena Madureira, 07 fev. 1938. **Farideé Caram**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 2111. Rio Branco, 06 mai. 1929; Reclamação de Dívida nº 2121.

Arrecadação de Espólio nº 2509. Rio Branco. 28 nov. 1933. **Assem Omar**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 416. Sena Madureira, 05 ago. 1913. **José Mussi**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 647. Sena Madureira, 14 dez. 1920. **Assad João**. AHTJ-AC.

Arrecadação de Espólio nº 946. Sena Madureira, 26 mar. 1924. **Antônio Miguel**. AHTJ-AC.

Carta Precatória Nº 4044. Rio Branco, 26 set. 1953. **Ali Musse** (réu). AHTJ-AC.

Decreto-lei 4.791, de 05 de outubro de 1942, instituiu o CRUZEIRO com equivalência a UM MIL RÉIS – Na conversão do mil réis para o cruzeiro, corta-se três zeros. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm>. Acesso em 07 jan. 2015.

Espólio nº 1468. Sena Madureira, 26 dez. 1939. **Ibrahim Ohab**. AHTJ-AC.

Espólio nº 1753. Rio Branco, 06 Jun. 1919; Espólio nº 917. Rio Branco, 02 Jun. 1919. **Mahmud Carrun**. AHTJ-AC.

Espólio nº 518. Sena Madureira, 17 dez 1914. **Said Buhamn**. AHTJ-AC.

Inquerido Policial Nº 3238. Rio Branco, 21 ago. 1942. **Almeida Rageb** (réu). AHTJ-AC.

Inquérito Policial. Nº 2389. Ri Branco, 31 mai. 1932. **José Sapha** (réu). AHTJ-AC.

Inscrição de Testamento nº 4823. Rio Branco, 13 fev. 1946. **Benjamim Salim Cadi**. AHTJ-AC.

Inscrição de Testamento nº 4856. Rio Branco, 04 jul. 1947. **Jose Mamed Araque**. AHTJ-AC.

Inventário nº 1122. Sena Madureira, 07 fev. 1931. **Mansour Chedick**. AHTJ-AC.

Inventário nº 1459. Sena Madureira, 05 jul. 1938. **Antonina de Castro Assef**. AHTJ-AC.

Inventário nº 866. Rio Branco, 22 ago. 1922. **Jorge Jacob Chamma**. AHTJ-AC.

Liquidação de Firma de Bachir Dannáuy nº 6395. Rio Branco, 29 set. 1955. **Antissar Dannáuy**. AHTJ-AC.

Prestação de Contas, por Salim Mustafa Assem nº 4769. Rio Branco, 26 jan. 1944. (inventário: Kassem Mamed Gandor) f. 7-8. AHTJ-AC.

Processo Crime - Estupro Nº 2354. Rio Branco, 27 out. 1931. **Abdon Hoss** (réu). AHTJ-AC.
Reclamação de Dívida nº 2138. Rio Branco, 11 jul. 1929; Justificação nº 2141. Rio Branco, 21 jul. 1929;

Reclamação de Dívida nº 2144. Rio Branco, 22 jul. 1929. **Espólio de Zacharias Assen Zehir**. AHTJ-AC.

Reclamação de Menores Nº 2253. Rio Branco, 24 jul. 1930. **Ibrahim Jalul**. AHTJ-AC.

Recurso Extraordinário STF nº 5108. Rio Branco, 31 dez. 1949 (Inventário). **Kassem Mamed Gandor**. f. 154.

Recurso STF nº 14746. Rio de Janeiro, 10 mai. 1948. Salim Mustafa Assem. f. 201. (Esp. Kassem Mamed Gandor).

Registro de Testamento nº 4243. Rio Branco, 31 ago. 1934. **Kassem Mamed Gandor**. AHTJ-AC.

Requerimento de Apreensão de Menores nº 3409. Rio Branco, 22 jun. 1944. **Abraham Rachid** (requerente). AHTJ-AC.

Requerimento nº 4476. Rio Branco, 04 ago. 1936. **Kassem Mamed Gandor**. f. 02. AHTJ-AC.

Testamento nº 6960. Ri Branco, 24 jul. 1962. **Salim Mustafa Assem**. AHTJ-AC.

APÊNDICE A – Conversa em Família.

Ao longo da entrevista com Abrahim Farhat Neto, dois irmãos do entrevistado que se encontravam na residência, Jorge Farhat (Nascido em 1950) e Fátima Farhat (Nascida em 1946), contribuíram com algumas falas, transcritas no dialogo abaixo.

Jorge Farhat – Quando as chatas, os navios chegavam, eles abriam aos domingos para visitas.

Fatima Farhat – A Chatinha... Agente era garota e subia a bordo. Porque naquela época não tinha pão, bolacha na cidade. A tripulação fazia pão e servia a bordo para os visitantes. Minha tia tinha um irmão que era comandante da chata. Comandante Rodrigues, ele trazia umas tartarugas enormes para a gente comer.

Fatima Farhat – Eu ia tomar leite com a minha tia na Fazenda Nemaia, eu era garota. Ela levava iodo para colocar no leite par matar os micróbios. Nossa casa era na própria loja do meu pai. Depois, ele comprou uma casa para nós na Rua Cunha Matos, era perto da casa da minha tia (amiga da mãe), ela era casada com o seu Benjamim Salim. Eu tenho uma foto com o meu avô, eu era bebê, ele queria me levar para o Líbano. Depois eu fui conhecer o Líbano com minha mãe e minha irmã e morei lá por quase três anos. Depois nós voltamos lá várias vezes. Quando fomos a primeira vez, eu era bem jovem, tinha vinte e dois anos. Eu gostei muito do Líbano. Eu gosto muito do meu Líbano, só não gostei da guerra que eu vivenciei lá, na época da guerra civil, eu saí de lá como refugiada em um barco com mil e quinhentas pessoas enquanto às bombas caíam. Fomos para o Chipre. Acho que foi em 1989. Minha amiga Vivian Manasfi foi me deixar no porto em meio aos Tanques, porque o aeroporto estava fechado devido aos bombardeios. Eu estava na casa do meu primo quando começou o bombardeio de madrugada. Fiquei muito assustada, caiu uma bomba a cinquenta metros da casa. Beirute é uma cidade com montanhas atrás e os inimigos jogavam bomba lá de cima para baixo. Os aviões de Israel passavam por cima jogando bombas.

- Quem jogava as bombas?

Fatima Farhat - Havia muitos confrontos políticos, as facções, os Drusos. Eles ficam lá nas montanhas jogando bombas... Eu não sei bem... Porque eu estava em casa, ai a minha prima disse assim: “basta você chegar e as bombas começam a cair”. Eu fiquei no banheiro junto

com as crianças, os filhos da minha prima. Fiquei assustada com aquele bombardeio acho que era um canhão, eu não sei, fiquei muito assustada. Nós estávamos todos dormindo. Fábio, nosso primo, estava com um bebezinho, a mulher dele tinha ganhado nenê e olha, essa bomba foi de estremecer. Todo mundo caiu fora, ficamos todos lá embaixo, no subterrâneo, porque todos os prédios são obrigados a terem abrigos já visando à guerra. Eu já tinha pedido ao meu primo para comprar uma passagem para mim, que eu queria vir embora... Eu ainda tinha permanência, meu passaporte estava dentro da validade. Porque nós temos dupla nacionalidade, todos os filhos do meu pai. Minha mãe não foi registrada no casamento muçulmano, por isso, ela não teve direito ao que era do meu pai no Líbano. Eu falo árabe, eu fui aprendendo só no ouvido.

Lhé – Tira uma dúvida. O vovô quando saiu daqui, com a Adelina, mãe do Said, Alberto, Fátima e José. Quando ele chegou ao Líbano eles viveram juntos na mesma casa, a Fátima e Adelina (primeira e segunda esposa respectivamente)?

Fatima Farhat – Nãaaao. Não. Ela (Adelina) não gostava da nossa avó (Fátima).

- Como muçulmanos, não seria natural a primeira esposa aceitar a segunda esposa?

Fatima Farhat – É verdade, mas elas viviam... Eu não sei essa história eu não conheço.

Lhé – Adelina morava em uma casa? Não é isso?

Fatima Farhat – É, eu não sei desta história. Eu sei que os muçulmanos... Eu tenho umas primas que os maridos têm duas mulheres, uma mora em cima e a outra em baixo. Minhas primas, filhas da tia Fátima e irmãs do Fadel.

Lhé – Quando você chegou lá o Abrahim (vovô) estava vivo?

Fatima – Estava.

Lhé - E morava com a Adelina?

Fatima – Morava, e a vovó Fátima já tinha morrido.

Lhé – O que eu quero saber é se quando o vovô voltou para o Líbano, ele morava com a Fátima e a Adelina juntas.

Fátima – Eu não sei. O tio Alberto saberia. Quando nós chegamos lá em 1968, eu, mamãe e Leila, o papai foi nos visitar uma ou duas vezes em Beirute.

Lhé – Então você pegou os três vivos ainda?

Fátima - Não a vovó Fátima. Só tinha a tia Zeina, irmã do papai. A única irmã de pai e mãe, do primeiro casamento. Papai nos ofereceu o melhor apartamento para nós ficarmos à beira mar. Meu pai nos mandou para estudar e casar, tanto que fomos estudar em uma escola francesa. Meu avô e o tio Alberto, que era casado, moravam na mesma casa. Nós ficávamos com meu avô. A parte térrea da casa era alugada para uma escola e nós estudamos árabe. Nós fazíamos ditados, porque o árabe se escreve da direita para a esquerda (escreve o próprio nome em árabe para eu ver). O árabe é muito difícil, mas com persistência se aprende. Meu avô tinha vontade que nós aprendêssemos árabe, aí falou com a diretora da escola, que nos aceitou como alunas. Eu e Léia descemos e fomos assistir às aulas. Léia com dezenove ou vinte anos, muito bonita. Não aguentamos terminar o primeiro dia, o bê-á-bá das crianças era muito difícil, só crianças. A vontade do papai era voltar para o Líbano, a terra dele.

O vovô era cego. Ele passou vinte e cinco anos cego. Era um homem muito forte, ele subia uma escada de dois lances... Ele comia muito pouco, em um pratinho bem pequeno. Ele dizia: “Elsa (nora), ponha bem pouco!”. Ele deixava espaço para a sobremesa, que ele gostava muito. Falando essa história da minha avó, de eles terem morado juntos Adelina e Fátima, eu acredito que não.

Quando chegamos lá, os parentes foram nos visitar e conhecer as filhas do Hechem. O Líbano é bem aberto, foi colonizado pela França, passou vinte e cinco anos sendo dominado pela França. Usávamos minissaia quando passeávamos no bairro. A Léia era bonita, olha você precisa ver as nossas fotos, queria que tu visses, era de fechar quando nós andávamos no bairro Bourj El-Barajneh. No Líbano, pelo sobrenome eles sabem em que bairro moram as famílias. Nós fomos visitar a família dos Chalck e Zacour. Primeiro industrial do Acre, do Guaraná Libertador – cada garrafa uma cor, cada gole um sabor (risos).

Lhé – Do que era feito mesmo o guaraná?

Fátima Farhat – De açúcar. Os bombons que derretiam ele transformava tudo em guaraná. Nossa, ele era um industrial mesmo (risos). Olha, uma vez a Isaura Maia (amiga) foi na loja. Quando chegava uma visita, a gente servia um guaraná. Era um Libertador. Sabe o que encontramos? Uma barata na garrafa, quando viramos foi no copo da Isaura. A Isaura ficou doida.

Jorge Farhat – Mas era o melhor guaraná da região! (risos). A maior emoção que eu tive quando viajei para o Líbano em 2006, foi quando o avião aterrisou. Um avião com quinhentos e poucos passageiros da Aero linha Libanesa. Quando aterrissei eu desci a escada e beijei o solo, quando eu levantei a vista vi aqueles tanques de guerra...

Fátima Farhat – No Líbano, pelo sobrenome, eles sabem localizar a família e se é católica ou muçulmana. A região do Bourj El-Barajneh é muçulmana. Tem os ortodoxos (cristãos) que ficam nas montanhas.

Jorge Farhat – Nesta região que estamos falando, do Bourj El-Barajneh, tem muito terrorismo do Hezbollah, cada pessoa, cada apartamento, tem uma arma. Armas pesadas. A Lúcia minha irmã, namorou um hezbollah e foi para o apartamento dele. Ele conversava com ela. Todo mundo no Líbano tinha arma.

- E a senhora encontrou um pretendente?

Fatima Farhat – Tinha, mas minha mãe e minha irmã quiseram vir embora e largamos tudo. Ele já era homem feito e não queria deixar o país dele. Era o engenheiro do prédio.

Lhé – Agora vamos ver se a gente casa pela internet (risos).

Jorge Farhat – O papai falava que quando nascesse uma prima nossa no Líbano, eu ia casar com dezoito anos. Eu nascido no Brasil e ela libanesa e muçulmana.

Fatima Farhat – O Abrahim tem uma noiva no Líbano, a Suad.

Lhé – Ela formou-se em medicina na Tchecoslováquia, e aí não deu. E o velho ficou sem a médica.

Fátima Farhat – Ela agora está viúva, pode casar! Nossa, uma dona de casa. A Suad foi criada pelo meu avô.

- Por que o Lhé não se casou com a Suad?

Lhé – É da cultura árabe que os muçulmanos se casem entre os parentes e cada um de nós deveria ter a sua preferida. Eu tinha a minha, mas eu nunca fui ao Líbano, eu gosto muito daqui, sou muito regionalista. Eu nunca tive contato, só sabia que ela existia e que estudava medicina na Tchecoslováquia.

- Ela perguntava pelo Lhé?

Jorge Farhat – Perguntava! Tem dinheiro? (risos).

Lhé – (responde em árabe) não tem dinheiro (risos). É uma grande médica.

Fátima Farhat – Ela é dermatologista.

Lhé – Olha aí, já cuidava do meu vitiligo (risos).

Fátima Farhat – Na última vez que estive no Líbano em 2009, eu fiquei na casa da Suad, meu tio não me deixou ficar em casa de amigos.

Jorge Farhat – A lembrança que eu tenho do Líbano é de um mini Rio de Janeiro. Muito bonito.

Fátima Farhat – O Líbano era considerado a Suíça do oriente. Os primos do Fábio, meu primo, também fizeram medicina em Praga. A Suad estudou em Praga. O filho do Fábio é médico também. Estudou em Moscou. O filho do tio Alberto também estudou em Moscou, é médico.

APÊNDICE B – Relação das Mercadorias do Espólio de Zacharias Assem Zehir.

Qt.	Itens	Vl.	Qt.	Itens	Vl.
29m	Brim	78\$000	01	Armação de Arpoeira	6\$000
95m	Brim Ordinário	103\$000	02	Panelas	15\$000
179m	Cretone	214\$000	01	Bule	4\$000
50m	Perca	75\$000	02	Despertadores	10\$000
29m	Americano	29\$000	04	Cx. Cartuchos	20\$000
10m	Murim	12\$000	01	Rifle	50\$000
32m	Vuale	57\$000	01	Espingarda	15\$000
12	Cortes de Tecidos	96\$000	02	Carteiras p/ Cigarro	6\$0000
04	Vestidos de Cambraia	20\$000	01	Lote de Balas (munição)	25\$000
11	Vestidos de Cretone	55\$000	500	Espoletas	7\$500
05	Calças	25\$000	02	Novelos de Linha 20	6\$000
05	Ternos de Kaki	75\$000	01	Cx. Miudezas	10\$000
02	Blusas+1 Terno de Brim	20\$000	01	Lote de Louças	10\$000
03	Ternos de Brim p/ Crian.	24\$000	05	Vidros Elixir Nogueira	17\$500
12	Camisas	60\$000	03	Vidros Elixir 940	13\$500
04	Camisas p/ Senhoras	20\$000	10	Vidros de Emulsão Scott	9\$000
09	Camisas de Meia	15\$000	01	Lote de Med. Divers.	35\$000
04	Toalhas de Rosto	6\$000	05	Latas de Pólvora	5\$000
07	Toucas	5\$000	01	Lote de Sabonete	20\$000
01	Mosquiteiro	15\$000	01	Cx. Papelinho	10\$000
01	Cobertor	20\$000	06	Marços de Vela	12\$000
01	Rede	15\$000	02	Cx. Linha Brilhante	12\$000
01	Harmônica	25\$000	08	Espelhos	5\$000
04	Chapéus	40\$000	01	Cx. Missangas	10\$000
06	Suspensórios	12\$000	04	Facas de Cozinha	8\$000
02	Cintos	2\$000	03	Terçados	25\$000
03	Pares de Sapatos	45\$000	03	Tesouras	12\$000
04	Pares de Sapatos Sport	24\$000	02	Cx. De Gregas	10\$000
03	Pares de Sapatos	12\$000	01	Lote de Miudezas	10\$000
500	Cigarros	10\$000	01	Lote de Chumbo	2\$000
01	Lote Perfume	15\$000	01	Trem de Cozinha	30\$000
07	Navalhas 800	21\$000	03	Facas p/ Seringueiro	6\$000
01	Amarrado de Livros	6\$000	10	Lata de Manteiga	15\$000
08	Lote de Miudezas	10\$000	01	Canoa	300\$000
01	Cx. Com Fitas	5\$000			
Subtotal I		1:251\$000	Subtotal II		751\$500
Total Geral					2:002\$500

Fonte: Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Acre – AHTJ-AC.

ANEXO 01 – Carta de Cessão de Deise Salim**CARTA DE CESSÃO**

Rio Branco, AC 06 de janeiro de 2015.

Eu, **DEISE SALIM PINHEIRO DE LIMA**, RG Nº 15413 SSP/AC, residente e domiciliada na **Rua Benjamim Constant, 1311 – Centro**, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, dada nos dias 05, 06, 12 e 13/03/2013 para Valmir Freitas de Araújo, Professor da Universidade Federal do Acre/UFAC, aluno do Doutorado em História Social da USP, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma autorizo a transcrição da gravação para texto escrito, para uso sem restrições. Autorizo a audição da gravação e o uso das citações a terceiros. Autorizo ainda a transcrição da gravação em vídeo da entrevista para texto escrito, bem como a utilização das imagens gravadas sem restrições.

Deise Salim Pinheiro de Lima

Deise Salim Pinheiro de Lima

ANEXO 02 – Carta de Cessão de Abrahim Farhat Neto**CARTA DE CESSÃO**

Rio Branco, AC 24 de Janeiro de 2015.

Eu, **ABRAHIM FARHAT NETO**, CPF 013 003 002-30, residente e domiciliado **Rua Marechal Deodoro, nº 646 – Centro**, declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, dada dia 01/05/2013 para Valmir Freitas de Araújo, Professor da Universidade Federal do Acre/UFAC, aluno do Doutorado em História Social da USP, para ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma autorizo a transcrição da gravação para texto escrito, para uso sem restrições. Autorizo a audição da gravação e o uso das citações a terceiros. Autorizo ainda a transcrição da gravação em vídeo da entrevista para texto escrito, bem como a utilização das imagens gravadas sem restrições.

Abrahim Farhat Neto